



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0578/15	DATA: 14/05/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h	TÉRMINO: 16h59min	PÁGINAS: 202

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RENATO SANCHES RODRIGUES - Diretor de Operações e Participações da Sete Brasil Participações S.A.

SUMÁRIO
Apreciação de requerimentos. Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis. O Presidente encerrou a reunião ordinária e imediatamente iniciou a reunião de audiência pública.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregularidades, no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 16ª Reunião e, sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Peço dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura, por solicitação dos Deputados Lelo Coimbra, Izalci e Delegado Waldir.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente.

Ofício da Advocacia-Geral da União, em resposta ao Ofício nº 160, de 2015, desta CPI, indicando o Advogado da União Leslei Lester dos Anjos Magalhães e o Procurador Federal Marivaldo Andrade dos Santos para prestarem assessoramento ao Deputado Luiz Sérgio, Relator da Comissão.

Esta Presidência informa que o acesso aos documentos sigilosos encaminhados à CPI estará suspenso até a reforma da sala cofre e que a realização desse trabalho se dará provavelmente ainda na data de hoje até às 15 horas. Determinei que a sala cofre, onde estão organizados os documentos sigilosos desta CPI, passe a contar com reforço de segurança, com a instalação de câmeras internas, além daquelas dos corredores de acesso. O acesso de Parlamentares e assessores eventualmente autorizados será feito por agendamento na Secretaria.



Não será aceito ingresso na sala de equipamentos eletrônicos como celulares, máquinas fotográficas, *pen drives* e similares.

Todos os documentos ostensivos serão digitalizados e disponibilizados no *link* da Comissão, no *site* da Câmara dos Deputados, devendo a disponibilização ocorrer na medida em que forem concretizados os trabalhos de digitalização e inclusão na rede.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e audiência pública da sub-relatoria coordenada pelo Deputado André Moura, para investigação de irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e venda de ativos da PETROBRAS na África, mais a recuperação de ativos, para tomada de depoimento, com a presença do Sr. Renato Sanches Rodrigues, Diretor de Operações e Participações da Sete Brasil, pela aprovação do Requerimento nº 452, de 2015, de autoria do Deputado André Moura.

Dando continuidade à Ordem do Dia, informo que, após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que o depoente Renato Sanches Rodrigues será ouvido na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Passemos à deliberação dos requerimentos.

Foi acordado entre esta Presidência, o Relator e os Sub-Relatores a priorização na apreciação de alguns requerimentos. Por conseguinte, esta Presidência anunciará o número e a ementa da proposição e, em seguida, passará ao encaminhamento de votação e apreciação nos termos regimentais. Os demais requerimentos serão deliberados pela ordem de apresentação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, há uma pauta pronta aí desse acordo feito com o Relator, para que possamos ter acesso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Todos os requerimentos estão na pauta. Porém, como de praxe, o Relator tem um bloco prioritário a ser votado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Cadê o bloco?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O bloco prioritário está aqui. Eu peço que faça chegar...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Dá para distribuir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço que faça chegar a todos os Deputados a pauta priorizada pelo Relator, a ser apreciada prioritariamente. Depois daremos seguimento a todos os requerimentos de forma numérica, claro que obedecendo a pedidos de inversão de pauta, se assim for a vontade da maioria dos membros da CPI.

As cópias estão chegando, mas para que possamos evoluir e agilizar...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, a título de informação, nós apresentamos alguns requerimentos de preferência, para os quais tivemos apoio e protocolamos na última reunião ordinária, como ficarão esses? Entrarão na pauta normal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esses requerimentos não poderão ser atendidos como extrapauta, porque todos os requerimentos já estão na pauta. Então, por consequência, eles já estão...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eles vão obedecer a essa ordem que V.Exa. colocou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eles já estão atendidos. O que agora nós podemos receber são novos pedidos que não são mais extrapauta, e sim de inversão de pauta.

Então, V.Exa. pode encaminhar requerimento de preferência que nós o apreciaremos. Já tenho aqui três requerimentos de preferência do Deputado Onyx Lorenzoni. V.Exa. pode encaminhar, porém os extrapauta eu não tenho mais como atender, pois só poderiam ser atendidos se eu não tivesse feito uma pauta com todos os requerimentos. Como eu coloquei todos os requerimentos na pauta, o que como de costume sempre faço, hoje eu não posso atender extrapauta, porque eles já estão na pauta. Então, na verdade, perdem a finalidade os requerimentos extrapauta apresentados.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Inversão dentro dessa lista?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas estão na pauta todos os requerimentos. Essa lista é apenas dos requerimentos do bloco do Relator. Todos os outros requerimentos estão na pauta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria duas informações. A primeira é a seguinte: esse requerimento do Relator eu não recebi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vai receber agora, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu pediria a V.Exa. que desse 3 minutos para a gente checar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. terá até mais tempo do que isso, porque nós primeiramente passaremos a palavra ao Relator. Ele, com certeza, tem uma ordem a ser seguida. Nós poderemos deliberar o primeiro requerimento, enquanto V.Exa. lê. Ninguém vai fazer em bloco, nós vamos fazer um a um.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu só queria colocar o seguinte: os requerimentos que já estavam extrapauta e agora estão incorporados na pauta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Estão na pauta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Como nós vamos destacar? Entregamos à Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Os requerimentos com prioridade são os priorizados pelo Relator, como de praxe. Nós apreciaremos os requerimentos do Relator, depois seguiremos a ordem numérica, claro que apreciando os requerimentos de preferência. Em sendo esses requerimentos de preferência acolhidos pela maioria do Plenário, nós seguiremos aqui a ordem de preferência. É regimental.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas vamos entregar à Mesa os requerimentos?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Os do Relator estão na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Todos estão na pauta.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Entregamos à Mesa os requerimentos de preferência, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem de encaminhar requerimento de preferência, Deputado Ivan.

Deputado Paulo Pereira da Silva, Paulinho da Força, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - V.Exa. já disse que está na pauta, mas eu quero confirmar se estão os requerimentos que eu fiz: o primeiro para quebrar o sigilo telefônico e fiscal do Rodrigo Janot e do Ministro José Eduardo Cardozo; e o segundo sobre uma denúncia grave que fiz na semana passada, nesta Comissão, a respeito da contratação sem licitação pelo Ministério Público da empresa de um funcionário do Presidente, Sr. Rodrigo Janot. Com esse requerimento, eu quero convocá-lo aqui na sessão para que ele explique como foi feito esse vazamento de informação, essas coisas todas.

Agora, caso não esteja, eu quero informar a V.Exa. que eu estou fazendo hoje a entrega dessa denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem o número dos requerimentos aí?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu posso passá-los já. Eu estou fazendo a denúncia dessa contratação do Sr. Rodrigo Janot...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço para melhorar um pouco o som aqui, porque não estamos ouvindo o Deputado Paulinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Primeiro, estou entregando essa denúncia à Polícia Federal. Estou também entregando essa denúncia ao Conselho Nacional do Ministério Público. Estou também entregando ao Tribunal de Contas da União e até, ao Ministério Público, para ver se ele tem a mesma firmeza que tem com esta Casa. Essa denúncia é muito grave. Qualquer um de nós que tivesse feito a contratação de uma empresa de um amigo nosso, ou um prefeito que contratasse um amigo que tenha feito a campanha dele para ser o chefe do Ministério Público estaria preso. Ele contratou a empresa de um amigo, e esse amigo é funcionário dele hoje, é do gabinete dele, e não acontece nada. Ele pagou mais de 600 mil reais para essa empresa fazer comunicação, sem licitação. Qualquer prefeito estaria preso. Além disso, essa empresa é feita para vazar as



denúncias da Lava-Jato. O que o Procurador-Geral está fazendo é uma coisa muito grave.

Por isso eu já fiz esse requerimento para convocá-lo aqui. Mas estou até entregando para a imprensa essa denúncia que eu estou fazendo hoje em todos estes órgãos: Ministério Público, Polícia Federal, Conselho Nacional do Ministério Público e também TCU. É muito grave o que aconteceu com a contratação de uma empresa de um amigo dele, que fez a campanha dele, sem licitação. Qualquer prefeito no Brasil — e repito isso — que fizesse uma contratação dessa estaria preso. E esse senhor que faz o que faz, que põe debaixo do tapete as denúncias contra a Presidente Dilma não pode ficar impune.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que esse tipo de debate pode ser feito depois, mas não só isso, não é escopo da CPI fazer esse tipo de debate. Então, nós poderíamos pegar qualquer repartição pública e convocar qualquer pessoa de qualquer lugar. Nós estamos investigando a questão da PETROBRAS aqui. Temos que ter foco.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É da PETROBRAS que eu estou falando. Ele está vazando as informações da Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso aí é retaliação. Não pode ser visto...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Retaliação coisa nenhuma.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Claro que é. Isso é retaliação.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O PSOL, que é tão correto em todas as coisas, está com medo do Ministério Público por quê?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso aí é desmoralização da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exas., mas esse debate é inócuo neste momento em que estamos aqui tendo de apreciar uma quantidade grande de requerimentos e também, depois, termos a oitiva importante do Sr. Renato Sanches.

Para concluir, Deputado Paulinho, para que eu possa seguir os trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - São os Requerimento nºs 427 e 409.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A pergunta de V.Exa. é se os requerimentos estão na pauta. Quatrocentos e vinte e quanto?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, só a título de informação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Todos os requerimentos que foram...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Requerimentos nºs 427 e 409.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço à Secretaria para confirmar, mas acredito, Deputado Paulinho, que todos os requerimentos, por determinação nossa, que deram entrada na CPI até o dia de ontem, constam da pauta. Então, com certeza, os requerimentos de V.Exa. já estão incluídos na pauta pré-distribuída.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento à nossa reunião deliberativa, todos os Deputados já têm em mãos a lista do Relator? *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, só para eu entender: essa lista agora que foi distribuída são os requerimentos de preferência do Relator, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Do Relator, do bloco do Relator.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E a pauta do dia de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - São todos os requerimentos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu só quero saber se a ordem dos requerimentos é exatamente a ordem cronológica de protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Relator tem precedência para priorizar requerimentos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tudo bem a do Relator. Eu estou querendo saber a sua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos apreciar e depois seguiremos a ordem numérica dos requerimentos, como é regimental.



É o 735...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, por economia processual, eu queria fazer a sugestão de que o bloco selecionado pelo nobre Relator fosse aprovado, como foi selecionado. Aí nós economizamos processualmente, ao longo da nossa reunião, porque temos uma oitiva para fazer ainda hoje. Então, a ideia é que se votasse em bloco todos aqueles requerimentos que o Sr. Relator selecionou em acordo com os Sub-Relatores. Isso simplificaria muitíssimo. Como todos nós temos a relação dos requerimentos selecionados, seria apenas feita a menção de que aprova todos os requerimentos selecionados pelo Relator, conforme documento já entregue a cada um dos Parlamentares. Isso economizaria dezenas de votações que são absolutamente desnecessárias.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, em relação a essa questão levantada pelo Deputado Onyx Lorenzoni, eu tenho sido muito questionado acerca de requerimentos de autoria dos Parlamentares, quanto à razão e à importância desses requerimentos. Então, eu acabo respondendo por requerimentos que não são de minha autoria. Por isso, como prevê o Regimento da Casa, eu aqui solicito a V.Exa. que os requerimentos sejam votados um a um, dando o direito ao autor do requerimento de justificar e defender o objeto pelo qual apresentou o requerimento, porque entendo que isso cabe ao autor do requerimento e não ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu quero contraditar da seguinte maneira: como nós temos um bloco já selecionado pelo próprio Relator, naqueles casos em que houver discordância, o Parlamentar autor solicita que seja separado o requerimento sobre o qual há discordância. Aí nós economizamos processualmente. É só isso.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu queria me somar às palavras do Deputado Onyx: para haver celeridade, que apoiássemos o bloco de requerimentos do Relator e, caso houvesse discordância, que os autores se manifestassem. Seria mais fácil.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Leo de Brito; em seguida, V.Exa.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, eu gostaria de concordar com o Relator, sobretudo porque essa escolha foi feita entre o Relator e os Sub-Relatores. É importante que os demais Parlamentares tenham conhecimento das justificativas de cada requerimento. Eu acho fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Silas Câmara.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, eu quero concordar com o Relator e solicitar a V.Exa., se não houver nenhum tipo de restrição dos Deputados... Eu analisei todos os requerimentos. Quero subscrever todos eles, exceto os de nºs 409 e 427, do Deputado Paulinho. Eu acho que este ainda não é o momento adequado para nós entrarmos no debate diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os requerimentos do Deputado Paulinho, segundo consta, não estão no bloco priorizado pelo Relator. Eles estão na pauta, porém seguirão outro rito. Nós votaremos prioritariamente os que o Relator priorizou. V.Exa. quer subscrever...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Tanto os que estão na pauta do bloco do Relator como os que estão na pauta normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. subscreve todos os requerimentos da pauta? V.Exa. será atendido regimentalmente.

Deputado Rodrigo Martins.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Eu agradeço, Presidente. Nós sabemos qual o intuito de colocar a votação desses requerimentos um a um. Nós sabemos que temos um trabalho árduo, difícil. A CPI e todos os Deputados têm se dedicado bastante. Acredito que seria razoável. Eu apelo para o bom senso. Lógico que nós sabemos das possibilidades, mas queremos dar agilidade à CPI, ao processo, para que isso aconteça. Vamos deixar de demagogia, vamos trabalhar e dar resposta ao Brasil, que tanto precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Izalci.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Primeiro, indago se subscrevendo dá direito ao subscritor de falar sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Acredito que nós estamos aqui obedecendo o seguinte rito: sempre o autor do requerimento, por mais que um Deputado assine, só um fala.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só o primeiro. O.K.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Delegado Waldir. Peço brevidade para que possamos seguir com a pauta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vou ser breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como sempre faz V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Trinta segundos. Eu gostaria de discordar do nobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Gostaria de pedir silêncio ao Plenário. Nós não estamos nem conseguindo ouvir o que os Deputados estão falando. Eu gostaria de pedir silêncio para que possamos seguir com a reunião.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu respeito demais o Deputado Luiz Sérgio, mas eu acho que a medida é protelatória. O Brasil espera desta Comissão agilidade processual. A manifestação do Deputado Onyx é fantástica. Olhem o pessoal da imprensa. O Brasil está nos assistindo. Se tomarmos a medida de ficar votando um por um, parece enganação para o cidadão brasileiro. Ontem nós tivemos a delação premiada de mais uma pessoa. Nós temos dezenas de empreiteiras para ouvir, agentes políticos para ouvir e vamos ficar aqui perdendo o dia todo para votar isso. Vergonha, né, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. ONYX DEPUTADO LORENZONI - Sr. Presidente, questão de ordem, segundo o art. 83.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. ONYX DEPUTADO LORENZONI - Sr. Presidente, se nós formos ao Regimento — peço a atenção do Dr. Manoel Alvim, que conhece muito bem o Regimento da Câmara, não sei se o Deputado Arnaldo Faria de Sá está aí, que é outro que conhece até as vírgulas —, o art. 83 diz que a ordem estabelecida pode ser alterada. E como ela pode ser alterada? Através de aprovação de requerimento



de preferência. Então, se aquela sugestão de manutenção de um acordo de que a seleção do Relator pode ser aprovada, ressalvados os destaques feitos pelos Deputados, nós vamos ter que votar a preferência para os requerimentos de preferência que se colocarão à frente da ordem estabelecida pelo Sr. Relator. É isso o que o Regimento estabelece. Tem que votar o requerimento de preferência.

Por exemplo, eu tenho um requerimento de preferência para fazer uma acareação, com a qual eu tenho certeza de que V.Exa. concorda, o Relator também e os Sub-Relatores. É o Requerimento nº 743. É o primeiro requerimento de preferência da pauta. Existem outros. Nós faríamos uma acareação entre pessoas que nós já ouvimos: o Sr. Pedro Barusco, o Sr. Renato Duque e o Sr. João Vaccari. Aliás, dois estão presos, e o Sr. Pedro Barusco está em prisão domiciliar. Então nós temos aí a condição de reunir essas três pessoas que estão diretamente imbricadas. São dezenas os autos de delação premiada que apontam para esses senhores. Todos eles já demonstraram nos seus depoimentos contradições absolutas a ponto de o Sr. Renato Duque dizer que o Sr. Pedro Barusco, que era um dileto amigo de mais de 20 anos, não é amigo dele.

Então, Sr. Presidente, eu vou usar o Regimento, vou pedir a V.Exa. que coloque esse requerimento na frente da seleção do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Afonso Florence pediu a palavra. É para contraditar? Eu tenho que responder à questão de ordem. É para contraditar o Deputado Onyx Lorenzoni ou é outro assunto?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Depois então eu encaminho. Por gentileza, V.Exa. com a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Respondendo à questão de ordem de V.Exa., os requerimentos apresentados são requerimentos de preferência regimentalmente amparados, porém a preferência feita pelo Relator antecede o pedido de preferência feito por V.Exa. Nós estamos, na verdade, aqui analisando preferencialmente um bloco do Relator, o que é praxe e conhecido por V.Exa., que já participou de várias CPIs. Eu concordo com V.Exa., as acareações são inevitáveis. Essa CPI vai precisar apreciar acareação. Agora, neste momento, eu



faço um apelo a V.Exa. para que possamos dar seguimento: votarmos a pauta do Relator. Em seguida, apreciarei o requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k. Presidente, eu peço que o Dr. Manoel Alvim me aponte no Regimento da Câmara dos Deputados onde está escrito que a seleção do Relator tem preferência sobre o requerimento de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É uma praxe feita aqui na Casa...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Espere aí, Presidente! Desculpe, Presidente! Essa questão de praxe... É por isso que eu estou colocando. Se nós vamos para um acordo, que é o respeito à praxe... E eu me submeto ao acordo, Presidente. Eu não tenho nenhuma dificuldade de caminhar nessa direção com V.Exa., e o Plenário da CPI também não. Nós só estamos querendo votar toda a seleção do Relator sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas o que eu quero dizer...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E só não queremos fazer isso que ele quer, ou seja, votar um a um porque é despiciendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero dizer a V.Exa. o seguinte: da mesma forma que V.Exa. apresentou um requerimento de preferência para alguns requerimentos, o Relator, de praxe, tem preferência para apreciar um bloco prioritário. Nós vamos, na verdade, cumprir aqui o que o Regimento está dizendo. Nós estamos atendendo à preferência do Sr. Relator, que sempre teve preferência em relação aos requerimentos nas reuniões deliberativas.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Uma praxe não é o texto. Sinto muito, Presidente. O senhor está tentando corretamente, e eu também estou tentando corretamente. Nós dois estamos certos. O que eu quero propor, então? Eu topo caminhar na direção que V.Exa. deseja, com toda tranquilidade. Nós queremos é votar em bloco a seleção do Relator sem nenhum óbice, sem nenhuma obstrução, sem nada. Se houver algum dos Srs. Parlamentares que tenha qualquer dificuldade, ele aponta, aí separamos o requerimento do bloco do Relator. Dessa forma, nós vamos fazer duas ou três votações apenas, e não 60, Presidente! É isso o que eu estou tentando... E aí eu me curvo a esse acordo, e depois fazemos as preferências.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Essa votação em bloco nós já fizemos aqui nas outras três reuniões deliberativas. Esse é um acordo que previamente foi combinado. Não houve reunião de trabalho ontem com os Líderes, como nós fazemos todas as semanas. Por quê? Porque fomos a Curitiba, alguns Deputados chegaram de terça para quarta de madrugada, outros chegaram ontem à tarde. Num dia de muitas votações, como tivemos ontem, foi impossível realizar essa reunião. Por isso que o bloco do Relator foi priorizado como de preferência. Agora, isso é comum acordo das Lideranças. Por isso que o Relator está pedindo para que seja votado numericamente um a um. Eu não tenho aqui nenhuma objeção a isso.

(Não identificado) - Encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu acredito que os requerimentos precisam pelo menos ser conhecidos.

(Não identificado) - Encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Presidente!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vamos votar, Presidente. O Plenário delibera. O Plenário delibera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O Plenário delibera se quer fazer assim ou assado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas eu não posso fazer o requerimento de votação em bloco agora...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Os Deputados tiveram acesso agora a esse bloco. Agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...se o próprio Relator que propôs o bloco não concorda com a votação em bloco.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como é que eu faço votação em bloco se quem está propondo o bloco não concorda?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente! Presidente!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Da próxima vez, Presidente, eu vou ajudar então.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Claro. Como sempre faz V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Regimentalmente. Da próxima vez faz um requerimento por escrito porque aí tira o meu argumento, mas não tem...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O que V.Exa. está tentando fazer, e eu respeito a decisão de V.Exa., eu compreendo melhor a decisão de V.Exa., é tentar fazer com que as coisas avancem. O que o Plenário quer fazer é reduzir processualmente aquilo que não é necessário, porque na medida em que fica só a soberana vontade do Sr. Relator em detrimento da vontade do Plenário está errado, nem o Regimento suporta isso. O Regimento diz sempre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Que o Plenário é soberano.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Que V.Exa. e o Relator são dependentes da maioria do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Da vontade da maioria, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, por essa razão que eu estou fazendo esse argumento, votamos em bloco e, depois, vamos para as preferências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E essa maioria, Deputado Onyx...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ... tem sido respeitada em todas as suas ocasiões.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - V.Exa. está dando uma contribuição admirável, admirável.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, uma informação só. Eu queria saber...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de dizer aqui o seguinte: todas as reuniões deliberativas vêm imbuídas de muito sentimento de ansiedade, de vontade dos Srs. Parlamentares de contribuir com o bom andamento



da CPI. Só que essa ansiedade, quando ela vem em excesso, nós evoluímos para um debate que deixa de ser necessário. Acredito eu que nós deveríamos já estar deliberando requerimentos, em vez de estarmos aqui discutindo assuntos que não são relevantes.

Então, eu faço um apelo aos Srs. Parlamentares, darei a palavra quantas vezes for solicitado, como sempre tenho feito, agora, nós precisamos neste momento dar uma resposta e votar os requerimentos. Nós estamos aqui para isso.

Então, eu darei a palavra ao Deputado Ivan Valente, em seguida ao Deputado Prascidelli, Deputada Eliziane e passarei à deliberação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu quero fazer uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É o seguinte: como o Relator apresentou aqui um conjunto longo de propostas, que nós votássemos uma parte, talvez oito ou dez requerimentos do Relator, e passássemos aos destaques, porque não precisamos votar toda a pauta do Relator de uma vez só. Pegamos a ordem aqui e votamos oito ou dez requerimentos e, depois, passamos aos destaques em separado.

Essa é a proposta de encaminhamento que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Primeiro, Sr. Presidente, ainda não chegou em minhas mãos a quantidade de requerimentos, e eu gostaria de ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está a caminho.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Segundo, eu, até corroborando com V.Exa., acho que nós precisamos, para que dar sequência e bom andamento aos trabalhos, exatamente, fazer o encaminhamento desta Comissão o mais racional possível, qual seja, ouvindo cada um dos senhores autores desses requerimentos, para que também possamos ter celeridade nos próximos andamentos da Comissão. Se não, acabamos votando os requerimentos em bloco, como aconteceu nas sessões anteriores, e depois, nas próximas sessões, acabamos tendo prejuízo do atraso da apuração daquilo que nós queremos.



Então, é melhor que percamos um pouco mais de tempo nesta sessão, porém, ganhemos tempo nas próximas sessões com a racionalidade de caso a caso desses requerimentos.

Portanto, eu concordo com esse encaminhamento que o Relator fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, para concluir a discussão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria só saber quanto tempo nós teremos para esta sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É imprevisível, Deputada Eliziane. Nós temos que esgotar a pauta e, em seguida, temos a oitiva.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, vamos esgotar toda a pauta de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos deixar aqui que o bom senso vença. Eu não posso dizer que nós vamos esgotar toda a pauta, porque, se começar a Ordem do Dia daqui a uma hora, eu fico impedido de apreciar requerimentos. Então, é um limite regimental que esta CPI tem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nós vamos aguardar, então, a Ordem do Dia do plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu acredito que se nós pudermos seguir aqui com a apreciação dos requerimentos, quanto mais cedo iniciarmos mais requerimentos nós vamos deliberar. Eu estou vendo que há vontade do Plenário.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, para colaborar com V.Exa. Já que V.Exa. vai insistir, eu não vou criar um caso desnecessário, V.Exa. tem sido muito equilibrado na condução dos trabalhos, eu quero fazer esse reconhecimento público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Seria possível apenas ler o número do requerimento e quem é o convocado? Isso resolveria, e muito, desculpe-me, aquela lenga-lenga de ficar "*solicita convocação*". É óbvio que solicita convocação! Todos os Parlamentares têm a lista aqui de todos os requerimentos, basta dizer Requerimento nº 2, do Sr. Fulano, solicita tal coisa. Isso agilizaria o nosso trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. O Relator tem a palavra para que possamos dar início à Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, só um esclarecimento rapidamente. Teve um Deputado que eu não vi qual era que solicitou a subscrição de todos os requerimentos. Eu não gostaria de fazer isso, mas eu gostaria de, eventualmente, em algum desses casos poder subscrever, na hora da leitura é possível fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será regimentalmente atendido.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É possível fazer isso na hora da leitura do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro, para que os Parlamentares tenham conhecimento, no geral, eu estou dando preferência a 64 requerimentos. Desses, fazendo uma observação, embora o Deputado Altineu tenha apresentado o maior número, é que em razão das reuniões que ocorreram em Curitiba eu mesmo solicitei a ele, como veio um voo à frente, que pudesse apresentar vários requerimentos dos quais sentimos a necessidade em decorrência das oitivas que ocorreram no Paraná.

Para que o Plenário possa ter conhecimento, eu estou dando preferência a 4 requerimentos — depois eu vou ler a ordem — do André Moura, 32 do Altineu, 2 da Eliziane, 4 do Onyx Lorenzoni, 3 do Ivan Valente, 2 do Júlio Delgado, 1 do Félix Mendonça, 6 do João Bacelar, 5 do Arnaldo Faria de Sá, 1 do Silas Câmara, 1 do Darcísio Perondi, 2 do Paulo Magalhães e 1 do Celso Pansera.

Seguindo aqui a relação: o Requerimento nº 62, do Deputado Onyx Lorenzoni, solicita a convocação do Sr. Leonardo Meirelles; Requerimento nº 415, do Deputado Ivan Valente, que solicita também a convocação do Leonardo Meirelles; e o Requerimento nº 754, do Deputado Altineu Côrtes, que solicita a convocação do Sr. Leonardo Meirelles; Requerimento nº 99, do Deputado Onyx Lorenzoni, que solicita a convocação do Rafael Ângulo Lopez; Requerimento nº 440,



da Deputada Eliziane Gama e do Deputado Moses Rodrigues, que requer também necessária a convocação do Sr. Rafael Ângulo, empregado do Sr. Alberto Youssef; Requerimento nº 589, do Sr. Deputado Ivan Valente, que requer também a convocação do Rafael Ângulo Lopez; Requerimento nº 741, do Deputado Júlio Delgado, que requer a convocação do Sr. Rafael Ângulo Lopez; Requerimento nº 374, quer requer a convocação do Sr. Caio Gorentzvaig, esse coincide com o Requerimento nº 106.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para contribuir com V.Exa. V.Exa. vai ler todos os requerimentos e os apreciará em bloco ou V.Exa....

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não. É que o Plenário pediu para ter conhecimento, Eu estou entendendo...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Relator, nós já temos conhecimento. Todo o mundo tem a mesma lista que o senhor tem aí, e todo o mundo concorda com V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já lemos aqui, Relator. Todo mundo tem essa relação já em mesa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não se trata disso. Calma. É que houve Deputados aqui, como o Prascidelli, que estavam reclamando que não tinham recebido a relação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então a assessoria entrega.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, se acabou a relação, se acabou a relação...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Acabou de chegar, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Relator, eu reclamei porque o meu nome não aparece aí. Não foi escolhido nenhum da sua preferência? (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Relator, também não tem nenhum requerimento meu. Eu apresentei 400 requerimentos, não tem nenhum meu.

(Não identificado) - Nesse caso, precisamos reclamar muito mais, porque não temos requerimento aí.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas tenho certeza de que V.Exa. vai concordar comigo, também não tem requerimento de minha autoria. Então, requerimento nº 62, 415 e 754, do Deputado Onyx, Ivan Valente e Altineu Côrtes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Algum autor deseja fazer encaminhamento?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual é esse, por favor, o último que o Relator leu?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O requerimento de V.Exa. é o de nº 415, que solicita a convocação do Sr. Leonardo Meirelles.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. colocou que tinham três requerimentos meus, eu só acho dois aqui na sua lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vá mais adiante.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Já fui mais adiante, eu já vi adiante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Calma, Deputado Ivan.

Delegado, um minuto. Prascidelli, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Como cada Parlamentar, durante o funcionamento da CPI, busca as suas informações tanto na imprensa quanto em outros órgãos — agora está chegando a documentação, que está sendo analisada pelos Deputados —, evidente que às vezes a gente não consegue se lembrar de todo mundo. Por exemplo, eu não sei quem é Leonardo Meirelles. Evidentemente que pode ter me escapado. Eu posso ter visto em alguma coisa. Agora, eu gostaria de saber dos autores desses requerimentos quem é Leonardo Meirelles, o que ele faz, para que eu possa, inclusive, saber se voto favorável ou contra a convocação dele aqui na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx, V.Exa., como autor, pode esclarecer ao Deputado Prascidelli quem é o Sr. Leonardo Meirelles.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, nos requerimentos que estão listados aqui estão todos os esclarecimentos. Essas pessoas operavam, por essa razão estão elencadas não apenas por mim, mas por vários autores. Então, a medida, lamentavelmente, é protelatória. Eu lamento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Prascidelli, entendido?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, desculpe-me, não é protelatória. Eu não sei quem é Leonardo Meirelles. Eu não tenho obrigação de saber quem é Leonardo Meirelles.

Evidentemente que o autor pode dizer o seguinte: *“Essa pessoa está sendo convocada porque trabalhava em tal lugar, ou porque está citada por ter feito tal coisa”*. É isso o que eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Existem três autores. Dá para algum dos autores esclarecer quem é o Sr. Leonardo Meirelles ou não? Isso está protelando ainda mais.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, como autor, o Sr. Leonardo Meirelles era um operador.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, ele era um operador.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Era um operador, como o Sr. Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Isso. Pronto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A convocação dele é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não custa nada responder. Eu acho o seguinte: Eu já vi...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, os Deputados têm que moderar a forma de conversar com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já vi a Oposição obstruir muito aqui e também vejo o Governo obstruir. É regimental. Quem não tem tempo para ficar na reunião enquanto um dos lados obstrui não pode estar na CPI.

Se vocês acham que eu gosto de estar aqui sentado quando há uma obstrução clara, eu não gosto. Mas é uma obrigação nossa estar aqui. Então, é regimental, e nós vamos respeitar o direito dos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, sabe por que...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos respeitar, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sabe por que eu digo isso?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu estou inscrito há 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não vou estar aqui fazendo as pazes dos dois lados.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, o computador está aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ou vocês convivem bem, ou vamos apreciar numericamente, um a um.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu estou inscrito há 30 minutos. Há Deputado que falou cinco, seis vezes. Eu ainda não pude falar.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, o computador está aberto. Basta o Deputado que me interpelou digitar o número do requerimento. Está tudo explicado lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim, mas se um Deputado questiona, o que custa a V.Exa. responder? Não custa nada. É um companheiro de V.Exa. aqui do Congresso Nacional. Pode responder.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Está fazendo uma medida protelatória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim, mas V.Exa. já protelou também algumas matérias que não queria que fossem votadas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não é verdade, Deputado Onyx. Não é verdade.

(Não identificado) - Já está respondido.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu estou há meia hora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos seguir.

(Não identificado) - Sr. Presidente, nós estamos em votação.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Há Deputado que já falou cinco vezes. Eu ainda não falei uma vez. Eu falo 2 minutos. Eu tenho o direito de usar a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa., quando vem, sempre fala mais do que 2 minutos. É porque há tempos que V.Exa. não aparece aqui na CPI, para nossa saudade.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Primeiro, eu vou responder a essa gentil provocação de V.Exa. e dizer que fiquei responsável pelo acompanhamento das medidas provisórias, designado que fui pelo Governo. Hoje, votaremos o segundo turno, os destaques remanescentes do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É por isso que o Governo tem vencido, graças à competência de V.Exa.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - E também à competência do Vice-Presidente Michel Temer, do seu partido, que tem contribuído bastante na articulação política.

Por isso, eventualmente, a minha atribuição, na condição de Vice-Líder e de Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores neste plenário, tem sido competentemente exercida pelos meus colegas Deputado Leo de Brito e pela Deputada Maria do Rosário e, eventualmente, porque é Sub-Relator, pelo Deputado Valmir Prascidelli também.

Eu também estou interessado em um encaminhamento que resolva e que não seja protelatório. Por isso, Presidente, eu evitei ficar intercedendo para apresentar reiteradamente a minha posição.

Eu considero que também é compreensível, faz parte da disputa política, é compreensível que algum Deputado, a pretexto de defender que seja célere a votação, interfira e obstaculize o procedimento defendendo a sua posição, até porque é o calor do debate. Tudo bem.

Agora, não dá para não haver, minimamente, uma justificativa dos requerimentos que estão sendo votados em bloco. Por quê? Por que os que não estão sendo votados em bloco terão justificativa. E cada Relator e a opinião pública... Isso aqui é um debate político também, então, que se faça celeremente.



V.Exa. apresentou uma sugestão. O Relator aludiu a um requerimento que tem três proponentes. Rapidamente, pelo menos um...

Eu entendi que já foi dado ao Deputado Onyx o direito de fazer a defesa de um, e ele fez. Por que os outros também não poderão usar o microfone e dialogar com a sociedade, apresentando seu requerimento? Façam isso rapidamente.

Nós temos vivido sessões aqui que vão até às 19 horas. Então, vamos até às 14 horas, vamos até às 15 horas, mas vamos dar a oportunidade a cada Deputado de, rapidamente, apresentar. E olhe que eu estou dizendo isso para dar a cada um o direito de defender o seu, e eu estou querendo, oportunamente, reivindicar ao Relator que incorpore, também, requerimentos deste que vos fala. Não tive nenhum requerimento de minha autoria incorporado. Estou defendendo que os meus colegas tenham o direito de, muito rapidamente, também se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa., por ser do mesmo partido do Relator, poderá discutir isso internamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só para facilitar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, V.Exa. novamente e gentilmente provoca. Aqui eu lhe dou uma resposta, mas vou deixar para a próxima.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, está aqui o computador. Na pauta tem o item. É só abrir aqui no item. Há todos eles. Fácil!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, muito rapidamente, 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deixa só eu falar. Nós gastamos 30 segundos para o Deputado Onyx explicar ao Deputado Prascidelli o por que do requerimento e mais de 5 minutos para vocês discutirem aqui coisas que estão atrapalhando a deliberação. Depois vocês ficam reclamando de procrastinação.

Tem a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, 30 segundos. Só para lembrar ao pessoal do PT que nós sentimos a falta do André Vargas também e que o nosso Relator se sentiu extremamente abandonado lá em Curitiba, nas delações.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, o meu partido foi citado. Eu quero saber qual é a iniciativa do Deputado Delegado Waldir em relação às denúncias contra o presidente do partido dele, que recebeu 10 milhões de reais? Eu quero convocar o presidente do partido do Deputado Delegado Waldir, que, em delação, foi dito que recebeu 10 milhões de reais. A essa provocação, nós não vamos ceder aqui, Presidente. Eu quero saber por que o PSDB não está providenciando a investigação da Operação Zelotes. Segundo denúncia, mais de 500 bilhões de reais! O Procurador Frederico está sozinho. Eu quero saber isso do PSDB, Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos votar, Presidente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Então, eu peço ordem aqui. Quem está dizendo que há postergação é quem está postergando. Brincadeira! É provocação!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, vamos tocar. Eu só quero alertar que na pauta há a justificativa de cada requerimento. Sugiro aos Deputados que abram a pauta. O Requerimento nº 62, por exemplo, é o Item 22. É só entrar e ver a justificativa. Simples!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Delegado com pena do Relator!

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O Procurador Frederico aponta fortes indícios na Zelotes: mais de 500 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, ele nem pediu a palavra. Vamos botar em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Talvez eu seja aqui o Deputado com menor idade. Eu até me envergonho do comportamento de V.Exas. Eu, como brasileiro, não é nem como Deputado Federal e Presidente desta CPI, vejo discussões totalmente sem necessidade, assuntos que não contribuem em nada para o nosso trabalho. Eu não vou aqui ficar gastando mais energia para acalmar um jardim de infância. Não posso fazer isso. Todos aqui são maiores, representantes do povo brasileiro. Não vou estar aqui dizendo quando um Deputado tem que falar ou não tem que falar. Não posso estar gastando essa energia direta. Tentei aqui uma, duas, três vezes. Agora, eu vou me silenciar e, quando V.Exas.



cansarem de brigar, a gente segue com a deliberação dos requerimentos. Eu não vou mais ficar acalmando nem dizendo a pessoas mais velhas do que eu o que é que elas têm que fazer. Eu acho que é totalmente desnecessário isso aqui. E quem está assistindo em casa está com mais vergonha ainda. Gostaria só de deixar isso aqui registrado.

Tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu li os três primeiros requerimentos. O Deputado Onyx fez a defesa. Acredito que nós precisamos fazer o encaminhamento e, logo em seguida, apreciar os primeiros requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Posso colocar em apreciação os requerimentos?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Podemos colocar em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os Deputados que aprovam os Requerimentos de nº 62, do Deputado Onyx Lorenzoni; nº 415, do Deputado Ivan Valente, e nº 754, do Deputado Altineu Côrtes, que pedem a convocação do Sr. Leonardo Meirelles, permaneçam como se acham.

Algum Deputado deseja encaminhar?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, porque há o do Deputado Ivan Valente...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - V.Exa. já botou em votação, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas ele quer encaminhar. É regimental.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - A motivação pode ser distinta, o do Deputado Ivan e o do Deputado Onyx. A pergunta do Presidente é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Há algum Deputado que deseja fazer o encaminhamento?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo, eu coloco os requerimentos em votação.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu quero encaminhar pelo PT, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido. O Deputado Leo de Brito subscreve os três requerimentos.

Pelo PT, favorável.

O Deputado Silas Câmara já subscreveu todos os requerimentos.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, só uma questão regimental. Depois que V.Exa. coloca em votação não tem mais interrupção, só depois que V.Exa. terminar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu gostaria de subscrever para ter direito a inquirir.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu quero subscrever todos os requerimentos do Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só para esclarecer. O Líder pode encaminhar pela bancada, não precisa ser autor. Requerimento nº 99, do Deputado Onyx Lorenzoni, que requer a convocação do Sr. Rafael Ângulo Lopes; o 440, da Deputada Eliziane Gama e do Deputado Moses Rodrigues, que também requer a convocação do Sr. Rafael Ângulo; o 589, do Deputado Ivan Valente, que requer também a convocação do Sr. Rafael Ângulo Lopes, e o 741, do Deputado Júlio Delgado, que requer a convocação do Sr. Rafael Ângulo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão os requerimentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero encaminhar a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quero subscrevê-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido regimentalmente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero encaminhar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente, para encaminhar a favor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, o Sr. Rafael Ângulo é um dos mais importantes maleiros, dos entregadores de recursos do Youssef, e a CPI ainda não ouviu nenhum, inclusive, eu vou pedir à CPI que aprove, no dia de hoje, também a oitiva aqui do Sr. Jaime Oliveira, o Careca. O Sr. Rafael Ângulo, Adarico Negromonte e Jaime de Oliveira são os que entregavam, pessoalmente, recursos em espécie, tanto que, em Curitiba, no caso do Sr. Jaime, o Careca, o Youssef falou que existia a Transcareca, quer dizer, é *delivery*, entrega a domicílio de recursos. Eu acho que esse vai ser um lado importante que a CPI vai começar a investigar. E nós devíamos, inclusive, fazer essa oitiva rapidamente e também aprovar os outros requerimentos que estão na pauta. Particularmente, o Sr. Jaime Oliveira também tem um papel importante.

Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu também gostaria de subscrever esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido regimentalmente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu também queria subscrever esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Prascidelli também subscreve os requerimentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero subscrever todos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Izalci subscreve todos os requerimentos da pauta? Todos os requerimentos da pauta.

O SR. DEPUTADO KAIO MANIÇOBA - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever esses requerimentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Kaio Maniçoba, V.Exa. subscreve só esse requerimento ou todos? *(Pausa.)* Todos.

O SR. DEPUTADO JHC - O Deputado JHC também subscreve todos os requerimentos da pauta, da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Kaio Maniçoba e o Deputado JHC também subscrevem todos os requerimentos do Relator.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O Delegado Waldir subscreve todos os requerimentos.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pelo visto, não há mais necessidade de aprovar requerimento ponto a ponto. Já temos subscrições suficientes para aprovarmos todos os requerimentos, por aclamação. É só contar os votos de quem subscreveu. Então, não existe mais motivo para confusão. Todos os que subscreveram, é óbvio, estão aprovando os requerimentos. Então, dá plenamente para aprovar os requerimentos em bloco, porque a maioria absoluta subscreveu.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, tenho um esclarecimento importante sobre essa subscrição de todos os requerimentos, quer dizer, qual é a consequência disso na hora em que formos ouvir o cidadão? Eu quero entender. Estão sendo votados aqui os que convocam. Se todos subscrevem, todos eles terão preferência na ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Como de praxe, nós temos tomado aqui a seguinte decisão: todos os requerimentos que são subscritos, apenas um dos autores falará como autor. Não imaginemos nós que todas as subscrições darão a esses Deputados o direito de falar como autor. Não. Nós temos aqui diversos requerimentos assinados por dois, três, quatro Deputados e apenas um fala. Então, V.Exas. figurarão como sub-autores, porém, apenas o autor inicial, o primeiro autor, falará como um dos proponentes da convocação daqueles que forem convocados por esta CPI, senão, nós abriríamos aqui um flanco para todos subscreverem, a fim de terem a preferência para falar, e depois essa preferência seria desnecessária, porque todos fariam preferencialmente.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sobre o tema, Sr. Presidente. Deputado Ivan Valente, Presidente, Relatores, é muito simples. Eu, por exemplo,



estou subscrevendo os requerimentos. É absurda a quantidade de requerimentos para serem aprovados nesta Comissão. E se V.Exa., porventura, quiser fazer os requerimentos que estão feitos, haverá redundância quilométrica. É muito mais simples admitir que alguém se antecipou e apresentou requerimento solicitando a presença das mesmas pessoas que V.Exas. precisam ouvir também, subscrevê-lo, obviamente, para efeito de resposta à população. Sabem o que está ocorrendo aqui? Alguns têm requerimentos demais; outros, de menos. Não é isso não. É porque nem todo mundo é imbecil para fazer requerimento repetido o tempo todo, simplesmente para dizer que está fazendo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O mesmo requerimento, pedindo a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é inteligente a esse ponto. Sem dúvida alguma, essa é uma colocação muito válida.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, nós já tínhamos aqui uma fábrica de requerimentos. Agora, nós temos uma fábrica de subscrição. Há partidos com mais de 100 requerimentos apresentados, como se a CPI tivesse vida permanente, além do nosso mandato. Isso é um problema, porque, por mais que os aprovemos, nunca conseguiremos vencer essa imensa criatividade dos Parlamentares de ficar criando requerimento. É um direito deles, têm de fazer isso, fazem, mas eu acho que, de fato, as pessoas não têm estratégia para CPI, as pessoas têm vontade de botar requerimento para criar problema.

Eu estou aqui quietinho, esperando que essa pauta seja aprovada, porque nós temos viajado, temos andado por aí e dedicado 100% do tempo à CPI. Está aqui o Deputado Imbassahy também, que trabalha à beça nesse negócio, esperando que os dignos companheiros, colegas Deputados, deixem a pauta andar para nós aprovarmos a pauta do Relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento. Deputado Florence, V.Exa. deseja fazer encaminhamento? *(Pausa.)*

Pois não. V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, primeiro, registro aqui que a posição do Partido dos Trabalhadores, durante todo este período, tem sido votar favoravelmente a requerimentos estruturados nos planos de trabalho dos respectivos Relatores; em particular, do Relator Luiz Sérgio.

Nós contribuímos para a vinda de dois ex-Presidentes, da ex-Presidente, do ex-Presidente, do Barusco, inclusive do Vaccari. E o Deputado Ivan Valente tem perseverado na defesa de alguns dos requerimentos que ele considera estratégicos para o processo de investigação. Então, às vezes, a mesma convocação em dois requerimentos pode ter, digamos assim, uma estratégia investigativa distinta. Numa CPI que tem tido sessões de 10 horas, 12 horas de duração, poder ter 2 minutos para que os requerentes apresentem seus motivos de requerimento não é postergatório.

Nós somos a favor dos requerimentos aprovados, porque eles trarão depoimentos de operadores, de pessoas que cumpriram um papel. Isso permitirá que esta CPI não fique com uma mácula que já começa a se desenhar de interpretação de que alguns são convidados e convocados e outros, não. Portanto, esses requerimentos em questão trazem importantes depoimentos, que vão contribuir para a continuidade da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que aprovam os Requerimentos nºs 99, do Deputado Onyx Lorenzoni; 440, da Deputada Eliziane Gama e do Deputado Moses Rodrigues; 589, do Deputado Ivan Valente; e 741, do Deputado Júlio Delgado, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, no Requerimento nº 374, o Deputado Altineu Côrtes pede a convocação do Sr. Caio Gorentzvaig... O Requerimento nº 106, de autoria da Deputada Eliziane Gama...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Um deles é Auro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quem a Deputada Eliziane convoca é outra pessoa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - São dois irmãos, Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas já foi aprovado e tem uma conexão aqui com esse Caio, que é acionista e ex-conselheiro de uma petroquímica, Petroquímica Triunfo, e que, segundo a tese dos autores do requerimento, teria sido beneficiado por um esquema de venda de ativos dessa petroquímica.

Então, para que possa...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É ao contrário: ele teria sido prejudicado, Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E quem adquiriu, beneficiado...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Isso, isso...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...pela compra, pela pressão política exercida.

Então, para que esse caso seja esclarecido e sejam sanadas essas dúvidas de troca de ativos por pressões, eu entendo que é fundamental nós aprovarmos esse requerimento, ouvir essas pessoas. Por isso, eu juntei, para que pudéssemos ouvir em uma única sessão de oitiva as pessoas desses dois requerimentos, para que possamos esclarecer se realmente houve troca de ativos sob pressão, com prejuízo.

Esse é o posicionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento. Para discutir, Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, serei muito rápido. Eu estava vendo aqui os documentos recebidos por esta CPI. Há um do Departamento da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. irá tratar do assunto do requerimento?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sim, com certeza, ao final, porque eu acho que é importante isso; não só desse, mas de todos os requerimentos que estão em pauta.



“Informo que os servidores mencionados permanecerão à disposição da CPI pelo período em que durarem os trabalhos.” Um delegado da Polícia Federal e alguns agentes, pessoas especialistas em fazer investigação...

Nós fomos para a CPI em Curitiba e ouvimos pessoas de forma desnecessária. Eu acho que, além da questão política, nós temos que fazer uma boa investigação nesta CPI. Essa é a pretensão. Então, eu gostaria de sugerir...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, está em votação.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ...aos Srs. Deputados que consultem o delegado da Polícia Federal, que poderia dar maiores rumos à nossa investigação, e não façam alguns requerimentos desnecessários para ouvir pessoas... Nós fomos àquela CPI, perdemos tempo, e não acrescentaram nada à nossa investigação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Delegado Waldir, cada Deputado tem o direito de colocar aqui...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O Delegado Waldir está fazendo defesa de requerimento a requerimento. Tem pertinência o encaminhamento do Delegado Waldir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu realmente vivo momentos inéditos nesta CPI. O PT concordando com o Delegado Waldir. *(Risos.)* Isso é realmente inédito!

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Como é, Presidente? Repita...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. está de parabéns!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não só concordando, mas *(ininteligível)* com pena do Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Isso é um alinhamento. Eles estão alinhados mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso mostra o espírito democrático.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu posso interpretar que V.Exa., neste momento, está acatando o encaminhamento? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) – Não, eu apenas disse que o PT está acatando o encaminhamento, como V.Exa. defendeu como Líder do PT nesta Comissão. Ou não?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É a terceira piada que V.Exa. faz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não estou fazendo piada. Eu apenas fiz um registro.

(Não identificado) - Vamos votar, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vamos em frente, Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Até corroborando com isso, eu tendo a votar contra esses requerimentos. Eu queria dos autores pelo menos uma justificativa para votar a favor desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Luiz Sérgio já fez a justificativa. O Deputado Altineu, que é autor do requerimento...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Deputado Prascidelli, quem estudou esses nomes... É claro que houve um prejuízo a esse empresário, que já fez uma denúncia ao Ministério Público em relação a uma operação com a PETROBRAS. É fundamental que ele venha aqui trazer explicações na nossa Sub-Relatoria, conforme eu conversei com o Sub-Relator.

Eu acho que tem que existir aqui o mínimo de respeito em relação ao entendimento da Sub-Relatoria com o Sub-Relator, senão nós vamos, aqui, caminhar para destoar os trabalhos desta Comissão. E aí nós não vamos produzir os resultados que a população merece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É fundamental a convocação desse senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Deputado, eu pedi a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer encaminhar?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para encaminhar pelo PT.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Pelo PT.

Eu quero encaminhar favoravelmente por dois motivos. Primeiro, entendo que essa reunião administrativa com os Líderes para elencar requerimentos prioritários no veio de interpretação e de construção de plano de trabalho de cada Sub-Relator e do Relator é fundamental.

O Deputado Altineu conversou comigo e me disse que há um plano de trabalho combinado. Eu não tinha conhecimento disso. Quero registrar.

Segundo, quero registrar, Presidente, que fiz alusão à intervenção do Delegado Waldir não como uma brincadeira, mas convicto de que, eventualmente, um requerimento precisa, de fato, de defesa específica, porque podemos incorrer nessa circunstância que foi dita. Ele, como profissional da área, disse que houve depoimentos que ele considerou que não eram os mais relevantes. Por isso, eu aproveitei a oportunidade de... Então, não é uma aliança do PT com o PSDB. Eu fiz isso imbuído do melhor propósito.

Esses requerimentos aqui apresentados fazem parte desse acordo construído entre os Sub-Relatores e o Relator, sob a liderança de V.Exa. Tenho aqui o quadro. Considero que serão depoimentos que contribuirão para o processo de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Por isso, o Partido dos Trabalhadores encaminha favoravelmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Encerrada a discussão, encerrados os encaminhamentos.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 374, do Deputado Altineu Côrtes, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 254, do Deputado Félix Mendonça Júnior:

“Requer a realização de Audiência Pública para discussão a respeito do impacto do cancelamento da



*construção das Refinarias Premium I e Premium II da
PETROBRAS.”*

E solicita que sejam convidados os Srs. Jorge Celestino Ramos, Diretor da área de abastecimento da PETROBRAS; Fábio Lopes de Azevedo, Diretor-Geral da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste; Francisco Carlos Oriá Fernandes, Presidente do SINDIPETRO; Paulo César Ribeiro Lima, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área de recursos minerais, hídricos e energéticos; Ascendino Dias Filho, representante sindical do SINDIPRETO.

A questão referente às Refinarias Premium I e Premium II sempre foi objeto de muito debate em praticamente todas as sessões realizadas por esta CPI.

Para que nós possamos ter um esclarecimento dessa questão de maneira mais clara, mais objetiva, mais convincente e para que a CPI não conclua o seu trabalho com dúvidas em relação a esses projetos Premium I e Premium II, se entrarão ou não num planejamento futuro de trabalho para as suas realizações ou se serão cancelados esses projetos... Há muitas dúvidas a serem esclarecidas. Por essa razão, entendo ser importante que haja essa audiência pública nesta Comissão, para que essas dúvidas existentes possam ser esclarecidas.

Por isso, voto favoravelmente ao encaminhamento desse requerimento do Deputado Félix Mendonça.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria discutir, de uma forma muito rápida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, para discutir.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, quero discutir.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ...na verdade, até contribuir com o Relator.

Nós já fizemos, no âmbito da Comissão Externa desta Casa, uma audiência exatamente com essas mesmas pessoas, debatendo exatamente esse mesmo assunto, a respeito das Refinarias Premium I e Premium II.

Eu, pessoalmente, voto favoravelmente. Quero pedir, inclusive, Deputado Relator, que, na verdade, sejam compartilhadas as informações que já estão em



curso na Comissão Externa, que eu acho que vão contribuir muito para a realização dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, só para discutir...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, Deputado Florence, que pediu a palavra primeiro. Em seguida, Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quero registrar o encaminhamento favorável. E quero registrar, Presidente, que a repetição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. está discutindo ou encaminhando? Encaminhando e discutindo. É isso?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu estou me posicionando sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Se houver outra consideração sobre os termos com os quais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É porque houve uma pergunta do Deputado Onyx se era encaminhamento ou discussão. Estou perguntando a V.Exa. Só isso.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - É porque o Deputado Onyx opina sobre tudo o que acontece. Nesse caso, para esclarecer a ele, eu estou discutindo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu considero que o fato de termos tido uma audiência pública antes, com o andamento da...

Quero parabenizar a Deputada Eliziane pela diligência com que conduz o conjunto de defesas e procedimentos de investigação aqui na CPI.

É importante que façamos todos os procedimentos com a maior transparência. Nós tivemos recentemente esses depoimentos coletados em Curitiba, de presos, que infelizmente não puderam ter a cobertura nacional da imprensa, da TV Câmara ao vivo.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - A *TV Câmara* transmitiu ao vivo (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Transmitiu ao vivo os depoimentos? Transmitiu ao vivo pela TV regular da *TV Câmara* — o Deputado Onyx está sustentando.

Bom, eu não estava lá. Tentei sintonizar a *TV Câmara* do canal fechado que eu tenho, e não estava transmitindo, pelo menos nos horários que eu... É mais uma prova de que ele opina em tudo. Ele está sustentando, Presidente, que... E a *Globo*, a *Band*, a *Record*, o *SBT* não tiveram oportunidade... As rádios, os jornais não fizeram a cobertura que fizeram quando o Barusco esteve aqui. O tratamento igualitário de todos os temas e a publicização são fundamentais, porque o acompanhamento da opinião pública é fundamental.

Então, o fato de ter havido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Florence, eu queria pedir a V.Exa. que se detivesse ao tema do requerimento.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Existe censura, agora, do conteúdo da fala?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, não existe censura. V.Exa. não inverta os papéis aqui.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu não estou invertendo o papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu pedi a V.Exa. para discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu não censuro... V.Exa. está dizendo que eu censuro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu pedi a V.Exa. para discutir o requerimento. V.Exa. tem que discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu disponho de um tempo para fazer a discussão do requerimento. Eu estou entrando... Bom, estou entendendo que há censura de fato. Não sou eu que estou invertendo. Eu estou sendo censurado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu estou sustentando, concordando com a Deputada Eliziane, que pelo fato de ter havido uma audiência pública com transcurso de investigações e coleta de documentos e depoimentos, convém haver uma outra audiência pública. E estou sustentando que convém a esta CPI fazer tudo ao público. É isso que eu estou fazendo. Não estou entendendo que isso fuja ao tema, Presidente. Então, estou fazendo o debate nesse sentido, e defendo que nós realizemos essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu também entendo que é importante essa audiência pública.

Eu só queria dizer à Deputada Eliziane, que participou das outras... Essa questão da construção da Premium I e da Premium II tem um impacto para a PETROBRAS, que diz respeito mais diretamente às ações relacionadas aqui à Comissão, mas tem um impacto para as regiões, tanto no Maranhão quanto no Ceará. Eu acrescentaria aqui... Evidentemente, o autor, Félix Mendonça, já faz a indicação de um conjunto de pessoas aqui para participar da audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu acrescentaria alguns representantes da municipalidade ou do poder político local, talvez das Prefeituras, do Governo do Estado...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Federação Nacional dos Urbanitários.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Na verdade, houve uma pactuação da PETROBRAS com os Governos Estaduais. Então, alguns contratos foram feitos. Seria, de fato, importante que tivéssemos uma representação dos Governos Estaduais.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Pois é.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu acho que daria elementos importantes, inclusive à CPI.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Porque aqui está se tratando, evidentemente, das representações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, pelo que eu entendi, V.Exa. quer incluir um representante do Governo Estadual...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Do Governo Estadual e do Município em questão.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Federação Nacional dos Urbanitários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo. Então eu peço à Secretaria para ficar atenta aqui ao pedido dos Deputados, incluindo no requerimento do Deputado Félix Mendonça um representante dos Governos do Estado — são dois Estados —, das Prefeituras onde as refinarias estão localizadas e um representante da Federação... Deputado Florence, por favor, ajude. Federação...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Federação Nacional dos Urbanitários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso. Então, eu peço para incluir no requerimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu quero usar o meu tempo de orientação da bancada para tirar uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu posso encerrar a discussão. Em seguida, darei...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só para tirar uma dúvida. Pode ser até para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu quero perguntar a V.Exa., e esta é a dúvida... Esses requerimentos que nós aprovamos agora, do Deputado Altineu, como esse do Deputado Félix... E vejo aqui, na sequência encaminhada pelo Relator, vários requerimentos encaminhados pelos Sub-Relatores. Eles serão tratados nas sub-relatorias ou no contexto do Plenário da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Grande parte nas sub-relatorias, porque na verdade fica impossível para o nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Essa era a dúvida, porque senão poderia parecer que estávamos fazendo uma tergiversação grande...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ...de rodear, em termos... Sou favorável ao requerimento. Era essa a dúvida. Então, não preciso encaminhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

Com a palavra o Relator, para discutir.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com relação à solicitação do Deputado Prascidelli e do Deputado Afonso Florence, enquanto Relator, não me oponho. Entendo que ajuda a esclarecer ainda mais o objeto e o objetivo do Deputado Félix Mendonça, com a apresentação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Só uma dúvida, Presidente. É preciso apresentar um requerimento para solicitar à Comissão Especial o envio da ata daquela audiência já realizada, ou a Comissão mesmo pode providenciar isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual Comissão Especial?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A que a Deputada Eliziane se...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Comissão Externa. Nós temos uma Comissão Externa em curso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu posso... V.Exa. me mande ofício, que eu farei o pedido pessoal ao Presidente para atender à solicitação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Só para compor também a nossa CPI aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. encaminhe, mande ofício, que nós pediremos de ofício.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, só para somar... Já pedi também a V.Exa. que encaminhe aos Governos dos Estados os contratos que foram feitos pela PETROBRAS com os Governos pactuados, para que as refinarias fossem implantadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas aí já tem que aprovar requerimento para compartilhamento de informações.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, tudo bem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem que apresentar novo requerimento.

Encerrada a discussão.

Os Deputados que aprovam ao Requerimento nº 254, do Deputado Félix Mendonça Júnior, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, com as alterações propostas pelos Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimentos nºs 310, do Deputado Altineu Côrtes, que requer a convocação do Sr. David Feffer; e 372, do Deputado Altineu Côrtes, que requer a esta Comissão que convoque o Sr. Daniel Feffer.

Em conversa comigo, o Deputado Altineu, já que os requerimentos ali não descreviam... Na justificava, não vinha detalhado, mas ele, com consistência, afirma que tanto o Sr. David como o Sr. Daniel e suas operações... Há uma conexão com os requerimentos que estavam aqui — Requerimentos nºs 106 e 374; um do próprio Deputado Altineu e outro da Deputada Eliziane Gama, em que nós estávamos aqui aprovando a convocação do Sr. Auro Gorentzvaig, da Petroquímica Triunfo.

Então, para que não fique dúvida, uma vez que nós aprovamos os requerimentos anteriores, eu opino favoravelmente à aprovação desses dois requerimentos, porque eles ajudam a elucidar por completo esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, coloco os requerimentos em votação.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos nºs 310 e 372, do Deputado Altineu Côrtes.

Requerimento nº 340, do Deputado João Carlos Bacelar.

O Relator tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 340, do Deputado João Carlos Bacelar:

“Requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito obtenha cópias de todos os contratos celebrados por Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS com as



empresas de tecnologia de informações Accenture do Brasil Ltda. e SAP Brasil Ltda. nos últimos 10 (dez) anos, convocando para oitiva perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito os dirigentes das empresas mencionadas acima.”

Como se trata de uma obtenção de documentos de uma empresa de tecnologia que faz correlação com o objeto desta CPI, eu não me oponho à aprovação deste requerimento do Deputado João Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu queria só que o Deputado Bacelar justificasse, no sentido... Há algum envolvimento, há algum indício, na linha do que o Delegado Waldir colocou agora há pouco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Bacelar tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu acredito que esta CPI é muito ampla, e temos que avaliar toda a documentação necessária proposta aqui. Então, a minha defesa é que... Como são vários contratos na área de tecnologia, nesse curto prazo de tempo, eu requeiro esses documentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, serão decisivos os depoimentos, na minha compreensão, porque esclarecerão, seja no sentido de produção de indícios para encaminharmos ou descartarmos essas possibilidades...

Eu quero parabenizar o Deputado João Bacelar e me posicionar favoravelmente.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Só para eu entender. Por que só dessas duas empresas, e não todos os contratos de tecnologia?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Bacelar.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Deputado Bruno Covas, porque essas duas empresas são as empresas que mais detêm contratos na área de tecnologia, na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Encerrada a discussão.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 340, do Deputado João Carlos Bacelar, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao Requerimento nº 373.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 373, do Deputado Altineu Côrtes, que *“requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a convocação do Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz”*. João Carlos Frederico... Não, esperem aí...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Carlos Frederico Trevia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - João Carlos de Medeiros...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Não. Requerimento nº 373, Sr. Relator. Carlos Frederico Trevia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu pulei aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu adiantei.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Adiantou.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Estou muito apressado.

Requerimento nº 373. Convocação do Sr. Carlos Frederico Trevia, ex-Gerente de Relacionamento e Comunicação da PETROBRAS.

O Deputado Altineu, que é de Itaboraí, onde está o COMPERJ, afirma que houve fatos, comunicados tanto à Prefeitura como à comunidade, que não se relacionam com a realidade que ele pôde presenciar na visita que fez ao COMPERJ.

Então, a fim de que não haja dúvida para a população em torno do Município de Itaboraí e tendo em vista a ansiedade que isso representa para aqueles que lá trabalham, eu não me oponho a que ele, enquanto Sub-Relator, possa ouvir essa pessoa, para que esses fatos possam ser esclarecidos.

Esse é o meu posicionamento, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 373, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 377. Requer a convocação do Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz.

João Carlos de Medeiros Ferraz... É o requerimento do Deputado Altineu Côrtes, Sub-Relator da Comissão, relacionado às refinarias.

Ele quer obter informações adicionais acerca do desenvolvimento do projeto COMPERJ, uma vez que afirma não haver a coincidência das informações que ele obteve com aquilo que viu presencialmente, na visita de trabalho que fez àquela refinaria.

Em razão dessa situação, eu não me oponho, Sr. Presidente, à aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Como nós já tivemos problema de homônimo, inclusive na CPI, informo que aqui são três requerimentos, convocando João Ferraz, João Carlos Ferraz e João Carlos de Medeiros Ferraz.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE - Trata-se da mesma pessoa, Deputado Prascidelli. Eu declino do Requerimento nº 530.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só para o Deputado Altineu...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE - Houve uma duplicidade. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só não ficou claro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. retira o Requerimento nº 530, por se tratar da mesma pessoa. Então, nós estamos apreciando aqui os Requerimentos nºs 377 e 637. É isso?



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só para... Desculpe-me, eu não entendi, pelo menos na fala do Relator... Deputado, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como há duplicidade aqui... O João Ferraz é... Só para ficar claro aqui, porque tem o João Ferraz — só está o nome e não o situado —, que é da Sete Brasil. Então, é preciso ficar claro qual é o João Ferraz aqui. Mesmo que seja o ex-presidente que ficou mais tempo na Sete Brasil. Eu entendo que é o do Requerimento nº 637 que o Deputado André Moura quer a convocação. Eu não me oponho, porque, no caso da Sete Brasil, muitas coisas que o presidente atual falou, quando esteve nesta Comissão, se referiam a informações do antigo presidente da empresa.

Então, eu não me oponho.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado, são dois nomes diferentes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Prascidelli, conclua. Em seguida, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É que eu não esclareci. Desculpe-me. Talvez eu não tenha prestado atenção. São duas pessoas diferentes. Uma pessoa é da Sete Brasil. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É a mesma pessoa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sete Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas é a mesma pessoa, e há dois requerimentos. E em relação a uma delas está faltando o nome do meio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O que é isso exatamente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - São dois requerimentos, de Deputados diferentes — o Requerimento nº 377 e o Requerimento nº 637 —, que pedem a convocação da mesma pessoa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É que num requerimento está: João Carlos de Medeiros Ferraz.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No outro requerimento está: João Carlos Ferraz.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No outro requerimento está: João Ferraz. Então, surgem dúvidas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sei. Mas por que o Deputado Altineu tem dois requerimentos iguais?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Teve dois requerimentos...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele falou que foi um equívoco. Ele fez dois ao mesmo tempo. Ele está retirando um.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É que ele apresentou-os em datas diferentes. Por isso, o esclarecimento aqui é que o João Ferraz, que nós...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É só ver se o CPF é o mesmo no requerimento, gente. É simples de resolver.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No requerimento não tem.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não tem.

Relator, eu acho que o tema aí é o seguinte: na minha opinião, apoio integral ao propósito de esclarecer o tema...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não. Eu entendi que está em questão se é a Sete Brasil ou se é o projeto da RNEST.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Aí tem que ser o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não. Eu acho que ambos são pertinentes. Agora, eu estou entendendo que um dos temas, que é o projeto da RNEST...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só uma observação, só para deixar claro. Quando o Deputado André Moura esteve comigo, disse que defende a convocação do João Ferraz que presidiu a empresa Sete Brasil.

Então, eu não me oponho, até porque pouco esclareceu o atual Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então são dois, são duas pessoas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu, mesmo como Sub-Relator... Eu sou Deputado. O João Carlos Ferraz, além de presidir a Sete



Brasil, tem conexão com as empresas que participaram da corrupção na RNEST e no COMPERJ. Então, a convocação dele é muito importante, conforme nós conversamos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Então, são dois. E o foco é este: os projetos e a corrupção na COMPERJ e na RNEST. Identifica-se qual é o nome que tem a ver com isso e tira-se o outro.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É uma mesma pessoa que vai falar sobre dois assuntos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Se existe uma duplicidade... O Requerimento nº 377, que eu estou pleiteando, é do Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz, ex-Presidente da Sete Brasil, que tem, sim, conexão com a construção das refinarias, porque ele tratava com o mesmo grupo de empresários que está citado pela Polícia Federal nessa corrupção.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, posso ajudar? Posso ajudar?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É simples.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Posso ajudar?

Esse cidadão, Sr. Presidente, foi funcionário de carreira da PETROBRAS. Faltavam 2 ou 3 anos para a aposentadoria, ele abriu mão da aposentadoria, foi para a Sete Brasil ser presidente e montou um esquema de desvio de dinheiro junto com o Renato Duque e junto com o Pedro Barusco. O Pedro Barusco tinha...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É a mesma pessoa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...tempo de aposentadoria, aposentou-se. E, no caso dele, o negócio era tão bom na Sete Brasil que nem aposentadoria na PETROBRAS ele quis.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É isso. É a mesma pessoa.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Nesse caso aí, Relator, eu estou entendendo que é a mesma pessoa, só que um autor botou o nome completo e outro autor botou o primeiro e o último sobrenome.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Aleluia!

Presidente, fez-se a luz!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Posso encerrar a discussão?

(Pausa.)

A discussão está encerrada.

Vamos à votação.

Os Deputados que aprovam os Requerimentos nºs 377, de 2015, e 637, de 2015, que convocam o Sr. João Ferraz — trata-se da mesma pessoa nos dois requerimentos —, ex-Presidente da Sete Brasil, permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Com a palavra o Sr. Relator para dar seguimento à pauta.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quatrocentos...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, Sr. Relator... Sr. Presidente, pela ordem. Eu tenho um requerimento: Requerimento nº 578. Antes dele, há ainda aproximadamente oito requerimentos para serem aprovados. Eu tenho uma audiência agora no Ministério do Planejamento. Peço aos companheiros que, se possível, invertam a pauta. Até porque é um requerimento de informação. É um requerimento muito simples, não há nenhuma polêmica em torno dele. Se V.Exa. puder acatar o meu pedido... Eu agradeço muito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele está...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - É o Requerimento nº 578. É só um requerimento de informação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Informação para quem?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Ele está na próxima folha, depois dessa que V.Exa. está lendo agora. É o último item.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 578?

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, o Deputado Silas Câmara tem um requerimento — Requerimento nº 578 —, que está pautado entre os requerimentos que eu coloquei preferencialmente. Ele precisa sair e gostaria que esse requerimento fosse apreciado primeiro. Eu não me oponho, porque está dentro daquilo que...



O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - E é só de informação, não tem nenhuma polêmica, Sr. Presidente Hugo Motta.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Aprove logo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Requerimento...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 578, do Deputado Silas Câmara:

“Solicita informações ao Presidente da PETROBRAS sobre relação dos ativos antes de 2002, relação dos ativos de 2002 a 2015, relação dos ativos vendidos antes de 2002, relação dos ativos vendidos 2002 a 2015, relação das empresas compradoras dos ativos antes de 2002, relação das empresas compradoras dos ativos de 2002 a 2015.”

Como se trata, a meu ver, de informações que precisam ser dadas e são públicas, eu não me oponho a que esses dados sejam remetidos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Solicitação aceita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero aqui pelo menos já deixar claro que o escopo da nossa investigação, Deputado Silas Câmara, vai do ano de 2005 a 2015, impossibilitando antecedermos a esse período. Várias sugestões já foram dadas, e, por falta de possibilidade regimental de atendê-las, eu procedi dessa forma.

Então, gostaria de fazer um apelo a V.Exa.: se V.Exa. concordar, mudemos as datas para nos limitarmos ao período que a CPI tem que investigar, de 2005 a 2015.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, o requerimento não retroage necessariamente ao período de investigação. Ele vai coletar informações para constituir provas do período aprovado do... O requerimento não quer dizer que...

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Eu gostaria de defender o meu requerimento. V.Exa. tem toda razão.



Sr. Presidente Hugo Motta, deixe-me explicar a V.Exa. o objetivo desse requerimento. Nenhum negócio de ativo é feito em uma semana ou de um dia para o outro. Há nesta Comissão várias indagações sobre o procedimento do início ao final de um ativo anterior a 2002 ou posterior a 2002.

Portanto, a informação não será usada necessariamente, se a negociação, vamos dizer assim, do ativo estiver extrapolando o período da Comissão. Como é a título apenas de informação, para poder cruzar o início e o final de uma negociação, eu peço a V.Exas. que aprovem como está. E aí, no contexto da seleção da secretaria, tirar-se-ia aquilo que não é pertinente à Comissão.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O § 1º do art. 35 do Regimento Interno diz o seguinte:

“Art. 35.....

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.”

O requerimento constitui claramente que nós estamos investigando dos anos 2005 a 2015. V.Exa. mesmo já deu como prejudicados outros requerimentos de informação que foram aqui apresentados, solicitando contratos que foram feitos pela PETROBRAS, anteriores a esse período.

Então, eu gostaria que V.Exa. aplicasse o mesmo entendimento dado a outros requerimentos, em relação a este requerimento.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Retiro, Sr. Presidente. Eu retiro. Fica como V.Exa. sugeriu. Retiro o anterior e fica como V.Exa. sugeriu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós aprovamos o requerimento. Eu quero...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra. Eu darei a palavra.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra.

Então, o requerimento do Deputado Silas Câmara se detém no mesmo texto. Onde seria 2002, passa a ser 2005. O.k.?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, quero registrar o meu protesto.

(Não identificado) - Eu também, Sr. Presidente, quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Acolho o protesto de V.Exa., para cumprir o Regimento.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu quero registrar. Dê-me pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá; em seguida, V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, o requerimento seria dirigido à PETROBRAS e não ao Presidente da PETROBRAS. É à empresa. Tem que corrigir aí. É à PETROBRAS, não ao Presidente da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso. Peço à Secretaria que corrija.

Com a palavra o Deputado Florence, para protestar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE – Sr. Presidente, eu quero registrar o protesto, porque a defesa feita pelo Deputado Silas esclarece que... E quero recorrer da decisão, porque, vejam, uma coisa é um contrato assinado antes do prazo estabelecido na constituição da CPI, outra coisa são as articulações, a gestação de venda de ativos. Se há ato ilícito, isso não é propósito de retroagir no prazo da CPI.

Se o Deputado Silas estivesse apresentando uma proposta de análise de contratos assinados no período anterior, estaria ferindo o objeto desta CPI.

Por isso, eu gostaria de, além de registrar o protesto, solicitar muito respeitosamente a V.Exa. que reconsidere essa decisão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Com a palavra o Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu vou na mesma linha do Deputado Florence, compreendendo que V.Exa., como Presidente desta Comissão, tem que considerar o equilíbrio do trabalho da Comissão, e compreendendo também que o objeto desta Comissão se refere ao ano de 2005 para cá.

No entanto, Sr. Presidente, já em diversos momentos, nas oitivas feitas por esta Comissão, depoentes aqui se referiram a fatos que aconteciam na PETROBRAS em anos anteriores ao de 2005, aliás, em anos anteriores inclusive ao de 2002, ao qual esse requerimento faz relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Para concluir, Sr. Presidente. No entanto, o que há por parte de uma parcela dos Deputados é evidentemente o desejo de criar uma condição para que apaguemos eventuais ilícitos que tenham acontecido na PETROBRAS em anos anteriores e apuremos apenas os de um determinado ano.

Nós estamos insistindo — a bancada do PT — que queremos apurar todos os ilícitos cometidos na PETROBRAS. Agora, diferentemente do que parece que alguns Deputados aqui querem fazer, nós não queremos separar ilícitos bons e ilícitos ruins, nós não queremos separar ilícitos que podem ser apurados e ilícitos que não podem ser apurados.

(Não identificado) - Sr. Presidente, isso não é questão de ordem. Isso é discurso.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Nós não queremos caminhar no sentido de averiguar fatos irregulares que foram cometidos durante um período e esquecer outros.

Por isso — para concluir, Sr. Presidente —, mesmo compreendendo essa sua decisão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É possível ouvir o Relator sobre isso?



O SR. DEPUTADO IZALCI - Já pediu a retirada do texto. O autor já pediu a retirada.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O Deputado Izalci é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Prascidelli. Para concluir.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mesmo compreendendo o seu papel...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço encarecidamente a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ... apesar de o autor ter feito a retirada, eu gostaria de subscrever esse requerimento e mantê-lo, para que possamos apreciar.

(Não identificado) - É possível colher...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Interrompendo V.Exa., eu gostaria de pedir a atenção do pessoal da secretaria. Nós daremos, agora, 1 minuto a cada Deputado; nada mais do que 1 minuto. Então, V.Exa. tem 1 minuto, Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Espero que V.Exa. seja complacente, como foi com os demais.

Sr. Presidente, eu gostaria de me somar às preocupações dos Deputados Prascidelli e Florence. E vou mais além. Eu acredito, e aí não devo fazer nenhum tipo de objeção em relação ao que foi feito... Entendo perfeitamente que os Deputados do PSDB não querem investigar períodos anteriores ao período de 2005. Isso é natural. Inclusive...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quero falar, Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, é brincadeira isso. Quero me inscrever também.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Inclusive, Presidente, há entendimentos — V.Exa. tem conhecimento, a Secretaria tem conhecimento — do próprio Supremo



Tribunal Federal — nós temos doutores em CPIs aqui — de que CPIs anteriores extrapolaram o escopo temporal de investigação. E como nós ouvimos aqui vários depoimentos de que o cartel começou na década de 90, tivemos o depoimento do Sr. Augusto Mendonça, de ex-diretores da PETROBRAS, como o Sr. Pedro Barusco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir. V.Exa. já encerrou o seu tempo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero 1 minuto.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sim, Sr. Presidente. O próprio Paulo Roberto Costa foi gerente, na década de 90, da PETROBRAS. Então, eu quero disputar esse entendimento que existe, respeitando a posição da Presidência desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.
Deputado Bruno Covas, 1 minuto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Também quero 1 minuto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, registro que nós também queremos investigar, mas nós não vamos investigar sem seguir a lei, porque o nosso Regimento Interno é lei. Embora algumas pessoas não gostem de seguir a lei...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Mas o STF tem o entendimento...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu estou falando, Sr. Presidente. Gostaria de ter a minha palavra garantida.

Embora algumas pessoas não gostem de seguir a lei, nós vamos aqui investigar seguindo a lei. Se algumas pessoas que governam a PETROBRAS desde 2003 não tiveram competência de apurar nenhum ilícito cometido antes desse período, não vai ser aqui nesta CPI, que está investigando o período de 2005 a 2015, que nós vamos fazer isso. Então, esta CPI tem um fato determinado, as assinaturas foram coletadas para poder investigar esse período.

E o Dr. Pedro Barusco foi muito claro ao vir aqui dizer que o que acontecia antes de 2003, ele fazia de forma pontual — ele! — e que isso foi institucionalizado a partir de 2003. Quero lembrar essa fala do Sr. Pedro Barusco aqui nesta CPI.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Izalci, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Foi uma fala orientada, diga-se de passagem, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, V.Exa. tem 1 minuto, que já está contando.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, está claro aqui que o Partido dos Trabalhadores...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, está claro aqui que o Partido dos Trabalhadores quer tumultuar a reunião de hoje. O que está muito claro — eu já repeti isso várias vezes — e já foi motivo de delação premiada, como disse o Ministério Público, é a quadrilha. A corrupção institucionalizada e sistemática foi a partir de 2003. Isso está muito claro.

Toda vez os Deputados do PT tentam puxar para prazo anterior a isso, o que é completamente ilegal, tendo em vista que já foi discutido diversas vezes. E V.Exa. mesmo já disse isto: tem que obedecer ao prazo.

Agora, este requerimento o autor já retirou. Nós não tínhamos que estar discutindo mais isso. Nós temos muito requerimento para votar ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exas.

Respondendo à questão de ordem feita, o requerimento pode atender a outros períodos, Deputado Leo de Brito, como V.Exa. levantou, se não houver, no escopo de instauração do requerimento, um período delimitado, coisa que existe no requerimento de instauração desta CPI.

Então, nós aqui vamos cumprir o Regimento. O Regimento diz que a investigação deve ir de 2005 a 2015. O Deputado Silas Câmara, que é o autor do requerimento, já entendeu isso. E nós vamos seguir desta forma. A decisão está tomada.

Seguiremos para o outro requerimento.

Em votação o requerimento.



Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 578, do Deputado Silas Câmara, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento com as alterações previstas: sobre o tempo, onde está “2002”, leia-se “2005”; e onde está “Presidente da PETROBRAS”, leia-se “instituição PETROBRAS”.

O requerimento está aprovado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Questão de ordem, Sr. Presidente, art. 57 e art...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, mas ele não fala apenas em 2002 a 2015, ele fala “2002 a 2015 e anteriores a 2002”. Então, não é só substituir, mas também retirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, nós só podemos ficar no período de 2005 a 2015.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tudo que se lê “antes de 2005” está prejudicado pela forma regimental que nós estamos seguindo. Tudo que estiver entre 2005 e 2015 nós vamos investigar.

Deputado Afonso Florence, V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Minha questão de ordem é baseada no art. 57 e art. 173, sobre o uso da palavra.

No inciso VII do art. 57, o tempo estipulado para discussão é de 15 minutos para membros e 10 minutos para não membros. E o art. 173, sem me alongar, para respeitar o tempo de 1 minuto, estabelece 5 minutos.

E eu vou usar os últimos 27 segundos a que tenho direito para refutar veementemente a acusação que foi feita ao Partido dos Trabalhadores. Nós estamos querendo investigar. Existe delação premiada do Sr. Leonardo Meirelles. E no depoimento do Sr. Youssef, ele atesta que entregou dinheiro ao Presidente do PSDB, 10 milhões de reais. Esta CPI tem que investigar isso. Parece que tem uma articulação política para blindar o PSDB aqui.

Nós não estamos postergando investigação nem estamos obstruindo a reunião. Agora, nós temos que fazer o debate. Em 1 minuto, não dá para fazermos o



debate. O Deputado Izalci e o Deputado Bruno Covas provocam o Partido dos Trabalhadores e têm que ouvir a resposta também — isso é fato. Vão investigar. Apresentem os requerimentos.

Nós temos requerimentos, mas não conseguimos aprová-los para fazer as respectivas investigações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos seguir para o próximo requerimento.

Deputado Luiz Sérgio, tem V.Exa. a palavra.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Afonso Florence, darei a resposta a V.Exa., buscarei a resposta. Eu tenho o tempo que me convier para lhe dar a resposta. Não sou obrigado a dar a resposta agora. Darei a palavra ao Deputado Luiz Sérgio e, em seguida, responderei a V.Exa.

(Não identificado) - V.Exa., quando diz uma piada...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento...

Srs. Deputados Afonso Florence e Izalci...

(Não identificado) - Incorporou um aí, não é, Sr. Presidente? Foi Incorporado um requerimento meu finalmente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) - Deputado Luiz Sérgio, vamos lá para o requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 423, do Sr. João Carlos Bacelar que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque a Sra. Cristina Palmaka, Presidente da SAP Brasil Ltda. no Brasil, e o Sr. Ricardo Kummel Medina, Diretor Responsável Operacional”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento 423.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Delegado Waldir, por 1 minuto.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nós estivemos lá com o Dr. Sérgio Moro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É sobre o tema do requerimento, Deputado Delegado Waldir, ou não?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se não for, eu faço um apelo a V.Exa., porque, entre um requerimento e outro, darei a palavra a V.Exa. Nós estamos discutindo o assunto do requerimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vou esperar, então, passar o requerimento, pois gostaria de fazer um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu queria saber do Relator — é evidente que ele vai responder se quiser — qual foi o critério para selecionar essas pessoas, porque há tantas pessoas mais importantes para a gente aprovar, que poderiam ter sido colocadas

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dos empreiteiros?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. É só para ver o critério. É pelo nome? É pelo partido

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Começarão a vir na próxima semana.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que foi isso?

(Não identificado) - Vamos votar, para não estar procrastinando aqui a audiência.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado João Bacelar, V.Exa. quer fazer a defesa do seu requerimento?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sim, Sr. Relator.

Em relação ao meu requerimento anterior, pedindo, na área de tecnologia, todos os contratos da empresa Accenture e da SAP Brasil, eu desejaria convocar esses dois executivos dessas empresas porque também estão no tema correlato à área de tecnologia da PETROBRAS.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu ia perguntar algo aqui para o Relator, mas eu creio que outros Deputados podem ter essa dúvida. Só queria que ele fizesse um (*ininteligível*) com relação à empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. pode tirar a dúvida aí no ouvido dele. V.Exa. está perto dele. Isso ajuda no bom andamento...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não, mas outros Deputados eventualmente podem ter a mesma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Afonso Florence, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Existe um requerimento de minha autoria, Sr. Relator. V.Exa. incorporou a proposta de apreciação por este Plenário de um requerimento da minha autoria? Eu pensei que ouvi V.Exa. citar um requerimento da minha autoria. Comemorei e estava aqui querendo... Retiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Chegaremos lá, Deputado Afonso Florence.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 423, do Deputado João Carlos Bacelar, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O Deputado Luiz Sérgio tem a palavra.

Respondendo à questão de ordem...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, V.Exa. não vai dar 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei, Deputado.

Respondo à questão de ordem do Deputado Afonso Florence.

A nossa competente assessoria aqui da CPI, consultando a questão de ordem feita por V.Exa., Deputado Afonso Florence, o tratamento que V.Exa. levanta sobre o uso da palavra é o tratamento a ser dado nas Comissões Permanentes da Casa.



A CPI também é uma Comissão. Mas ela não é uma Comissão Permanente, ela é uma Comissão que tem um tempo exíguo, muitas vezes curto para o tamanho do assunto a ser tratado, como este de que nós estamos tratando. Então, o entendimento a ser dado para o uso da palavra fica a critério do Presidente.

Nós temos feito aqui, na verdade, um esforço — V.Exa. tem sido testemunha e tem participado sempre das nossas reuniões — e temos sempre dado o direito de os Deputados falarem.

Agora, V.Exa. não pode cobrar que eu dê 15 minutos a cada Deputado, por mais relevante que seja, porque isso seria completamente inviável para os nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A questão de ordem de V.Exa. tem pertinência, é regimental. Porém, nos trabalhos da CPI, ela não necessariamente tem que ser acolhida.

Então, respondo à questão de ordem de V.Exa. dizendo que, sempre que V.Exa. achar necessário e pedir a palavra, darei a palavra a V.Exa. — agora, não por 10 ou 15 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, só para complementar, para deliberação do Plenário, o art. 117, no inciso XIX, § 1º, estabelece, para discussão dos requerimentos previstos, objetivamente 5 minutos. Então, pelo menos na discussão dos requerimentos em apreciação, na nossa compreensão, deveríamos ter até 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O autor do requerimento e os Líderes, não é? V.Exa., requerendo a palavra como Líder, eu lhe darei, como sempre dei, pelo seu tempo.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - A pretexto do requerimento, quem o subscreveu ou apresentou teria 5 minutos no momento de discussão. A compreensão é essa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A compreensão é essa. O autor do requerimento é o Deputado João Carlos Bacelar. S.Exa. não quis usar os 5 minutos.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não, eu estou tentando entender como vai ser a nossa regra, para poder, respeitando a liderança de V.Exa., contribuir como os colegas daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, eu apenas estou fazendo um esforço para que a gente possa dar celeridade e andamento aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Claro!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta para o Relator e não obtive resposta. A não ser que S.Exa. não queira responder.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Qual foi a pergunta?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Luiz Sérgio, eu perguntei a V.Exa. qual foi o critério de escolha. Vou dar um exemplo: nós aprovamos agora dois requerimentos do Deputado João Carlos Bacelar, com os quais concordo e que aprovei também. Mas, por exemplo, eu tenho aqui vários requerimentos. Inclusive vou citar um só, o que convoca o Sr. Edinho Silva. Ontem mesmo o Ricardo Pessoa disse que deu 7,5 milhões para a campanha.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Por que esse não é mais importante do que os dois que foram aprovados agora?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E por que não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, eu entendo a questão de ordem e darei a palavra para o Relator responder.

Agora, o Relator tem a prerrogativa de priorizar alguns requerimentos. O critério que S.Exa. usa é um critério que a nós não compete — S.Exa. pode explicar. Mas o que nós temos que entender aqui é que cada Parlamentar, sendo membro da CPI, ao entender que uma pessoa pode contribuir, tem a prerrogativa de convocá-la. Então, se o Deputado João Carlos Bacelar ou qualquer outro Deputado assim entender, esse é um direito regimental. Então, eu darei a palavra ao Relator, para que S.Exa. possa responder e para que possamos seguir com o entendimento.

Na verdade, com essas exposições, nós podemos intimidar algum Parlamentar que queira apresentar algum requerimento. Cada requerimento que o Parlamentar entender importante apresentar, ele o apresentará. Agora, o Plenário é



que vai dizer se esse requerimento é importante ou não com a aprovação pela sua maioria. Isso é feito de maneira muito clara aqui por nós.

Mas entendo a questão de ordem de V.Exa. O Relator tem a palavra para responder e também para já partirmos para o próximo requerimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu perguntei só para entender. Eu quero entender as coisas.

(Não identificado) - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, só quero dar uma contribuição ao Relator: o Ricardo Pessoa já estava convocado pela CPI. É só marcar o dia que ele virá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E virá.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Deputado Onyx Lorenzoni contribuiu neste momento e muito. Quer dizer, antes de darmos o segundo passo, eu acho que precisamos dar o primeiro.

Em relação a esse fato, nós temos conhecimento é daquilo que a imprensa noticiou. Mas nós teremos oportunidade de ouvir aqui o Sr. Ricardo Pessoa nesse momento e nesse momento. Agora,...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só dei um exemplo. Existem vários. Eu só queria saber o critério, qual é o critério. Eu tenho vários requerimentos importantíssimos, e nenhum foi contemplado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Exa. já teve vários requerimentos aprovados. É que normalmente...

(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O quê? Marcos Valério? *(Risos.)* Marcos Valério também aqui na CPI? Não, não foi sorteio. Não foi sorteio.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Relator, por favor, o senhor vá adiante. Não ceda à provocação não, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 424, do Sr. João Carlos Bacelar.



Faço aqui uma ressalva: embora o Deputado João Carlos Bacelar tenha apresentado este requerimento, o Deputado Altineu Côrtes, que é Sub-Relator do Eixo Refinarias, que é, como já falei aqui, de Itaboraí, é quase um Parlamentar de Itaboraí, quase que vira uma CPI do COMPERJ...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Só para esclarecer: Parlamentar de Itaboraí é o Deputado Eduardo Cunha, o Deputado Federal mais votado de Itaboraí. Eu sou o segundo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O segundo?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Ele falou que V.Exa. é “quase”.
(Riso.) Deve ser o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas pela atuação de V.Exa. em defesa de Itaboraí, com certeza, na próxima eleição será o primeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Será o primeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Já se viu que ele não quer problema, não é?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O Deputado Eduardo Cunha é o mais votado de Itaboraí.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos seguir com o requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas S.Exa. trabalha arduamente para atingir esse objetivo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Esse esclarecimento do Altineu... Por que S.Exa. está esclarecendo?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado Ivan Valente, como foram criadas quatro sub-relatorias, eu não quero ficar caracterizado como aquele que, enquanto Relator-Geral, tolheu as iniciativas dos Sub-Relatores.

O Deputado Altineu Côrtes pediu a priorização deste requerimento porque se trata do Presidente do Grupo MPE — Montagem de Projetos Especiais S.A., que trabalhou e realizou projetos em Itaboraí. S.Exa. fez a visita a Itaboraí e disse que as informações que tem não batem com o que viu. Então, S.Exa. quer esclarecimentos sobre o eixo relacionado à construção de refinarias. Eu não me oponho a isso.



O SR. ONYX LORENZONI - Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento 424.

Não havendo quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado o Requerimento 424.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, trata-se de uma questão que me preocupou muito na nossa estadia em Curitiba desta vez e na vez passada, quando nós estivemos com o Dr. Sérgio Moro. Eu até ouvi quando o Deputado Leo de Brito propôs lá uma visita, para verificarmos a situação em que estão os nosso presos da Operação Lava-Jato.

Eu fiquei realmente muito preocupado nesse último debate e queria fazer um requerimento em conjunto com o Deputado Leo de Brito, os Deputados do PT e a Comissão de Direitos Humanos aqui da Câmara dos Deputados, porque eu vi que a situação do Deputado André Vargas está muito difícil. Espero que nós possamos levar iogurte, Danone e algumas barras para ele entrar em melhor forma física.

(Não identificado) - Sr. Presidente, isso é provocação. O Deputado está desinformado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Então, eu vou fazer um requerimento em conjunto.

Também quero propor, Sr. Presidente, que a gente faça outra CPI, anterior a 2005. Essa é a proposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, V.Exa. é membro da Comissão de Segurança e membro da Comissão do Sistema Prisional. Existem várias CPIs e Comissões para apresentar sua proposição.

Na nossa Comissão, a CPI da PETROBRAS, nós vamos prejudicar o requerimento se V.Exa. entrar com esse assunto. Não é assunto nosso debater sobre isso.

Deputado Luiz Sérgio, V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Deputado Delegado Waldir está mostrando sua outra face: primeiro ele começou tendo pena do amigo, agora está com pena do Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pode levar o Coronel Telhada lá também. O Coronel Telhada também é da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está garantida ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 433, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que *“requer a convocação do Sr. Hamylton Padilha para prestar esclarecimento a esta CPI”*.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá requer a convocação do Sr. Hamylton Padilha, *“apontado em denúncia feita pelo Sr. João Augusto Rezende Henriques, ex-Diretor da BR Distribuidora, como lobista atuante na contratação de um navio-sonda da empresa Vantage Drilling pela quantia de 1,6 bilhão de dólares, no ano de 2009, para que possa prestar informações adicionais que visem subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito (...)”*.

Eu não me oponho ao requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá porque julgo que o Sr. Hamylton Padilha será esclarecedor para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra Deputado Valmir Prascidelli, para discutir. S.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, serei rápido, nem precisarei de 1 minuto.

Como eu não conheço essa pessoa nem dela ouvi falar, gostaria que o autor ou pelo menos o Relator pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já solicitei que telefonassem para Deputado Arnaldo Faria de Sá, para que S.Exa. possa vir ao plenário. S.Exa. deu uma saída, mas eu já pedi que viesse responder a qualquer dúvida.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu digo isso para inclusive poder votar favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso.

Com a palavra o Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, só quero contribuir e até esclarecer a dúvida.

Também gostaria, a tempo, de solicitar para subscrever esse requerimento, mesmo porque o Sr. Hamylton Padilha é um daqueles que são considerados lobistas em todo o esquema, com atuação forte na Sete Brasil Participações S.A. e inclusive na negociação da compra de ativos da PETROBRAS na África.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar para subscrever o requerimento juntamente com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, para também poder contribuir.

Além daquilo que já está no escopo do requerimento de convocação apresentado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá em relação à BR Distribuidora, há também indícios fortes da participação do Sr. Hamylton Padilha, enquanto lobista, na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Então, eu gostaria de fazer essa solicitação e esclarecer.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Está esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

Os Deputados que aprovam o Requerimento 433, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O requerimento...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo de Brito, V.Exa. foi citado e tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, gostaria de utilizar a palavra porque fui citado e de esclarecer a população.



No momento em que nós fomos a Curitiba, eu coloquei exatamente para o Juiz Sérgio Moro minha preocupação quanto à situação dos presos. Obviamente, nós estamos preocupados com a legalidade de toda a atuação não só da Polícia Federal e do Ministério Público, como também da Justiça Federal e, obviamente, desta CPI. Eu, como profissional da área jurídica e professor de Direito, tenho sempre que prezar por essas situações.

É óbvio que eu estou aqui para responder a provocações, mesmo porque nós não estamos aqui para fazer desta CPI um circo ou qualquer tipo de brincadeira.

Então, gostaria de esclarecer a toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 434, do Deputado Arnaldo Faria de Sá., que *“requer a convocação do Sr. João Augusto Rezende Henriques, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

O Sr. João Augusto Rezende Henriques, ex-Diretor da BR Distribuidora, de acordo com denúncia, teria atuado como lobista junto ao Sr. Hamylton Padilha, na contratação de um navio-sonda da empresa Vantage Drilling pela quantia de 1,6 bilhão de dólares, no ano de 2009.

Então, entendo que o requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que neste momento se encontra em plenário, é importante para esclarecer esse fato nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, só quero que seja feito o mesmo esclarecimento. O Deputado Arnaldo Faria de Sá chegou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, para esclarecer o requerimento de convocação do Sr. João Augusto Rezende Henriques.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na verdade, este requerimento tem ligação com o requerimento anterior — de que agradeço a



subscrição do Deputado André Moura —, nessas negociações que envolvem a BR Distribuidora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria, Deputado Arnaldo Faria de Sá, entendendo que V.Exa. participa de várias Comissões, de dizer que existem outros requerimentos de autoria de V.Exa. que estão também na pauta.

Eu queria solicitar, a pedido do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que nós pudéssemos votar todos esses requerimentos agora, porque S.Exa. tem outros compromissos. Assim nós, de certa forma, já encerraríamos a pauta do Sub-Relator Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu gostaria de parabenizá-lo por ter derrotado o Governo no PT ontem. Parabéns, Deputado, V.Exa. foi fantástico!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, o Deputado veio só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em votação o Requerimento 434.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o Requerimento 434, do Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Já passamos para o próximo requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá, de nº 596.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, antes da leitura do Relator, eu posso fazer uma questão de ordem séria?

Há 1 mês, quando eu fiz aquele questionamento da dúvida com relação se era o requerimento dos Sub-Relatores, foram lidos pelo Relator a sua proposta, que eu acho que é justa, e vários requerimentos dos Sub-Relatores. Foram lidos todos e foram aprovados.



Àquele momento, nós questionamos o Deputado André Moura, que é Sub-Relator, o fato de que S.Exas. tinham citado o representante legal da empresa tal. E nós aprovamos isso.

Hoje nós queremos aprovar alguns requerimentos que não são da pauta do Relator, mas são da pauta da Comissão. E hoje, nós estamos lendo um por um, inclusive o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Todos. Todos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nós não vamos terminar isso aqui, Sr. Presidente. Da outra vez foi de um jeito e hoje é de outro jeito. Assim nós vamos votar só os requerimentos da pauta do Relator.

Eu tenho certeza de que os Sub-Relatores, Deputado Altineu Côrtes, Deputado André Moura, Deputado Arnaldo Faria de Sá, concordam que nós votemos que o Relator possa ler todos de uma vez só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Júlio Delgado, com todo o respeito que tenho por V.Exa., não foi possível o mesmo entendimento de outras reuniões porque ontem não houve a reunião que pré-acorda esses requerimentos.

Esses requerimentos foram trazidos pelo Relator na manhã de hoje. Então, eles foram priorizados pelo Sr. Relator. E como S.Exa. não fez acordo para votar em bloco, eu estou aqui seguindo o Regimento.

Entendo o apelo de V.Exa. Concordo até com o apelo de V.Exa. — quero deixar isto aqui registrado —, porém o Relator tem o direito regimental de proceder da forma que lhe convier.

Em seguida, daremos prosseguimento aos outros requerimentos, como já acordei com o Deputado Onyx Lorenzoni, quando fui questionado no início da reunião.

Vamos ao Requerimento 596.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro esclareço que, nesse bloco de requerimentos, não existe nenhum de minha autoria. Então, não são requerimentos do Relator.

Requerimento nº 596, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque os Srs. Carlos Eduardo Schahin,*



Milton Toufic Schahin, Salin Toufic Schahin, Rubens Toufic Schahin e Pedro Schahin”.

“O instrumento de convocação consiste em ouvir os Srs. Carlos Eduardo Schain, Milton Toufic Schain, Salin Toufic Schain, Rubens Toufic Schain e Pedro Schain, por serem diretores e acionistas do Grupo Schain. O citado Grupo tem sérios indícios de fraude no âmbito da PETROBRAS, conforme apurado pelo Ministério Público na Operação Lava-Jato.”

Entendo que, em razão dos fatos já noticiados, é importante o requerimento do Sr. Arnaldo Faria de Sá para que esses fatos possam ser esclarecidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento 596, de 2015, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento. (Pausa.)

Vamos ao Requerimento 597, também de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quero apresentar só uma questão antes de o Relator ler o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Ivan Valente. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Relator escolheu várias propostas do Deputado Arnaldo Faria de Sá e outros Deputados — não me estou localizando nesse bloco.

Mas eu queria um esclarecimento, Sr. Relator: por que V.Exa. não pôs na pauta hoje o requerimento sobre o Sr. Júlio Camargo, que está em todas as extrapautas, está sendo todo o dia destacado, está nas bocas, na mídia, etc.?

Nós estamos aprovando aqui sessenta e tantos requerimentos. Por que V.Exa. não colocou na pauta esse requerimento, que é também do Deputado Carlos Sampaio e do Deputado Onyx Lorenzoni, não só meu?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deputado Ivan Valente, um dos fatos que estava angustiando esta Comissão é que muitos dos empresários sobre os quais



tínhamos aprovado requerimentos estavam presos e nós não poderíamos ouvi-los em decorrência do ato da Mesa, que não permitiria.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não é o caso dele, porque é delação premiada, junto ao Augusto Mendonça, da Toyo Setal.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Exa. vai esperar? Eu estou lhe respondendo.

Esses empresários foram soltos e estão em prisão domiciliar. Com esse fato novo, nós teremos a oportunidade de ouvi-los aqui nesta Comissão. E temos uma relação enorme de empresários para ouvir. Os próprios requerimentos serão inclusive uma oportunidade para nos subsidiar em questionamentos futuros.

Então, ele só não está na prioridade desse trabalho porque nós temos uma sequência enorme de empresários para ouvir.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não é isso. Esse já faz tempo. E ele está solto, ele não está preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Todos já estão aqui faz tempos. Nós temos 700 requerimentos faz tempos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas nós já convocamos o Augusto Mendonça, que é sócio dele na Toyo Setal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nós temos 700 requerimentos faz tempos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. não quer convocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos passar à apreciação do Requerimento 597.

O Relator tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 597.

“Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, (...) o pedido contrato de operações, que tenham como lastros recebíveis da PETROBRAS ou em garantia de contratos de prestação de serviço entre empresas clientes das instituições e a PETROBRAS ou suas subsidiárias:



- a) *Industrial and Comercial Bank of China Brasil — Banco Múltiplo ICBC Brasil S A;*
b) *Deutchebank S A — Banco Alemão; e*
c) *Banco Mizuho do Brasil.”*

Então, as denúncias da Operação Lava-Jato mostram que, em muitos momentos, esses bancos estiveram relacionados a projetos que tiveram problemas na Operação Lava Jato.

Então, para que esses casos possam ser esclarecidos, eu não me oponho ao Requerimento 597, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli, para discutir.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não, Sr. Presidente, eu só queria um esclarecimento, porque o requerimento está muito aberto ao falar de contratos. É preciso ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. pode especificar quais são os contratos das empresas?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está escrito. O Relator já listou os bancos todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. permite-me, Deputado Luiz Sérgio? O requerimento.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Estão indicados no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O requerimento pede a cópia dos contratos do Industrial and Commercial Bank of China do Brasil — Banco Múltiplo S.A. - ICBC do Brasil. O segundo banco é o Deutsche Bank S.A, que é um banco alemão. E o terceiro banco é o Banco Mizuho do Brasil.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - São as cópias desses contratos com a PETROBRAS. O.k., Deputado Valmir Prascidelli? *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.



Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento 597, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar ao Requerimento nº 598, também do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 598, de 2015, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Roberto Mendonça”*.

O Sr. Roberto Mendonça é sócio da Toyo Setal, que foi uma das empresas que fizeram a delação premiada. E quando aqui estive o Sr. Augusto Mendonça, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é um dos Sub-Relatores, convenceu-me da necessidade de obter dados complementares àquela audiência que nós tivemos.

Por essa razão, eu não me oponho à aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

Aprovado o Requerimento 598, do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Concluída a pauta do Deputado Arnaldo Faria de Sá, voltamos a seguir o cronograma distribuído para os Srs. Parlamentares.

Voltamos para o Requerimento nº 543, de 2015, do Deputado Darcísio Perondi.

V.Exa. tem a palavra, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Relator, é sobre o Presidente do COAF.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever o requerimento anterior, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Requerimento nº 543, de autoria do Deputado Darcísio Perondi, surge a partir das audiências que ocorreram em Curitiba, onde muitos dos que lá foram para serem questionados nas oitivas fizeram



duras críticas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF, dizendo que existem janelas que permitem brechas para a operação de lavagem de dinheiro.

Não se justifica que tenhamos dúvida em relação a este tema, de maneira que eu não me oponho à aprovação do Requerimento nº 543, de autoria do Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu apoio e peço a subscrição do requerimento também.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu quero defender o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Onyx Lorenzoni subscreve e o Deputado Celso Pansera defende o requerimento do Deputado Darcísio Perondi.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu quero dizer, Sr. Presidente, que essa é uma das linhas de investigação do PMDB. Nós julgamos que não tem como se explicar tamanha circulação de dinheiro, tanto do ponto de vista das contas — TEDs e DOCs — como também do comprovado dinheiro em espécie.

Se isso tem algum problema, se é possível que isso ande, é porque o COAF não está agindo com o devido rigor na questão. Não dá para entender a força que tem esse esquema montado pelos doleiros, mais particularmente pelo Youssef, sem entender que existem gerentes de banco, diretores de banco e um conjunto muito grande de pessoas e empresas envolvidas nesse processo. Fala-se em milhares, milhões. Ficou claro. A doleira Nelma estava com 200 euros no bolso, ou seja...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Estava com 200 mil euros no bolso, quatrocentas notas de euro passando...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E não era na calcinha. V.Exa. viu que não era na calcinha.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E não era na calcinha.

Então, está claro que o COAF tem que vir aqui se explicar. Essa linha, que julgo fundamental para a CPI, para ver que brechas estão colocadas no sistema



financeiro brasileiro tem que começar a ser investigada. E a CPI pode dar uma grande contribuição nesse sentido.

Por isso, a importância desse requerimento do companheiro do PMDB, o Deputado Darcísio Perondi, que também subscrevo porque é um requerimento de bancada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Celso Pansera.

Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito, para discutir. O Deputado Ivan Valente falará em seguida.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu quero discutir.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, com relação ao requerimento do Deputado Darcísio Perondi, eu apenas quero me somar à bancada do PMDB na sua preocupação, inclusive se a gente for observar os vários escândalos que têm acontecido de diversas maneiras na República brasileira, relacionados a doleiros, a lavagem de dinheiro.

Na verdade, o Sr. Youssef mentiu na delação premiada anterior feita ao próprio Juiz Sérgio Moro. E agora ele fez uma nova delação. O Youssef, como nós sabemos e ficou muito claro nas oitivas lá em Curitiba, é o eixo central desse esquema todo, que se desdobra em outras relações inclusive com outros doleiros, como é o caso da D. Kodama.

Então, eu gostaria de me somar à bancada do PMDB nessa sua preocupação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Ivan Valente tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, aproveitando os resultados das nossas oitivas em Curitiba, só quero comunicar a todos — e ao Deputado Celso Pansera também, que tratou dessa questão e se preocupou com ela — que o PSOL apresentou um projeto de lei aqui, em fevereiro deste ano, que *“obriga a vinculação automática de contratos de câmbio de importação a Declarações de Importação (DI) no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) e Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex)”*. Então, o projeto



quer tornar obrigatória essa questão, exatamente em razão da preocupação que nós tínhamos com a evasão fiscal, mas lembro que a reforma cambial de 2006 extinguiu a vinculação automática dos contratos de câmbio de importação às Declarações de Importação no Sistema de Informações Banco Central e no Sistema Integrado de Comércio Exterior. E foi essa desvinculação que abriu enorme brecha para remessas ilegais de recursos ao exterior em nome de laranjas, falsamente declaradas como pagamento de importações, conforme apurado na recente Operação Lava-Jato. Então, eu queria até fazer esse registro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...que nós já estamos com projeto tramitando nessa direção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é sempre um atuante e competente Parlamentar desta Casa. Agradeço a V.Exa.

Encerrada a discussão.

Coloco em votação o Requerimento nº 543.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao Requerimento nº 576, do brilhante Deputado Paulo Magalhães, presente em nosso plenário.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É requerimento tem o seguinte teor: *“Requer a convocação do Sr. Newton Carneiro da Cunha, Presidente do Conselho de Administração da Sete Brasil, para prestar esclarecimentos a esta Comissão”.*

Como a Sete Brasil tem sido um dos centros dos debates nesta Comissão, para que não paire dúvida sobre as atividades da Sete Brasil, eu acho importante o requerimento do Deputado Paulo Magalhães, porque nos permitirá os esclarecimentos acerca dos contratos das sondas que estão sendo construídas nos cinco estaleiros brasileiros: Jurong, no Espírito Santo; Atlântico Sul, em Pernambuco; BrasFELS, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro; Estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul; Estaleiro Enseada do Paraguaçu, na Bahia, terra do autor do requerimento.



Por essa razão, Sr. Presidente, não me oponho e voto favoravelmente à aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu quero destacar a importância do requerimento e parabenizar o Deputado Paulo Magalhães pela iniciativa. A vinda do atual Presidente da Sete Brasil trouxe um conjunto de esclarecimentos, seja com relação ao objeto de investigação da CPI, seja também — e é papel nosso — sobre as perspectivas de investimento da Sete nos respectivos estaleiros.

A Bahia tem um estaleiro em vias de construção, enfrentando dificuldades econômicas, financeiras e de funcionamento em decorrência desse transcurso de investigação e do impacto que ele causa. O impacto econômico na economia brasileira é muito grande e na economia baiana também. Todos nós, baianos, independentemente de filiação partidária, vamos fazer gestões no sentido de que aquele estaleiro seja implantado, consolidado e tenha seus contratos vigendo. E que a empresa retome as obras e os investimentos ali previstos, retomando os empregos.

Quero me solidarizar com todos os trabalhadores e trabalhadoras, com o povo de Maragogipe e do Recôncavo Baiano. Nós vamos batalhar para que aquele estaleiro, assim como todos os outros previstos, seja concluído e retome suas atividades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Celso Pansera, para discutir.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, a visita ao COMPERJ nos colocou algumas coisas bem claras: que é fundamental que esta CPI vá aos locais e veja aquilo que está de fato parado, quanto avançaram as obras, como está essa situação física e o drama das pessoas no entorno dessas obras paralisadas.

Nesse sentido, conversando com o Deputado Antonio Imbassahy, nós apresentamos requerimento, junto com o Deputado Lelo Coimbra, propondo que a



CPI visite os estaleiros onde a Sete Brasil contratou obras e paralisou obras, para a gente avaliar a situação *in loco* dessa questão.

Nesse sentido, eu acho muito conveniente o requerimento do Deputado Paulo Magalhães. E digo que nós iremos em breve, na CPI, pautar — não vai dar tempo talvez nesta reunião, mas na próxima — e aprovar esse requerimento para que nós possamos visitar essas obras paralisadas da Sete Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Lelo Coimbra, para discutir.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, este assunto é tão grave — no caso dos estaleiros paralisados, como é o caso da Jurong, no Espírito Santo — que o desmonte dos contratos e dos serviços que lá estão ocorrendo é um negócio aterrador! De novembro até agora, nenhum pagamento foi realizado. E a todo mês, a todo momento, nós estamos tendo notícias da paralisia, dos distratos de contratos, de despesas realizadas e não remuneradas pelos prestadores de serviço, fazendo um verdadeiro caos naquela obra. Com certeza, nas outras também esse fato está se processando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Lelo Coimbra, esta CPI tem tido uma preocupação muito grande em ver de perto o tamanho do estrago que foi feito por decisões erradas tomadas e por todo o processo de depreciação pelo qual a PETROBRAS passou nesses últimos 10 anos, principalmente. Nós temos tido o cuidado de ir ao COMPERJ, como fomos. E vamos à Abreu e Lima na próxima segunda-feira, no dia 18, e à Refinaria Premium I, do Maranhão.

Há um requerimento...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu já queria até pedir — eu acho que ajudaria, a gente já economizaria até o tempo — para colocar na ordem também a sequência da aprovação da ida à Premium, no Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida. E nós vamos também acompanhar de perto essas questões inerentes à Sete Brasil, porque elas têm uma responsabilidade muito grande, principalmente, com a cadeia de geração de emprego e renda dos Estados que têm esses investimentos sendo feitos.

Nós vamos para cima dessas situações, porque entendemos que é uma obrigação desta CPI não só ficarmos aqui decidindo as situações, deliberando



requerimentos, mas também sairmos do conforto dos nossos gabinetes e irmos ver de perto o que realmente aconteceu e o prejuízo que foi causado à PETROBRAS.

Nós não vamos abrir mão de visitar esses locais, até para podermos demonstrar nesses Estados que nós temos compromisso com a população que foi afetada. A solicitação contará com o total apoio desta CPI, deste Presidente, para que essas visitas sejam feitas e que a gente possa, ao final, no relatório do Deputado Luiz Sérgio e dos Sub-Relatores, termos relatórios condizentes com a realidade deste infeliz problema que a PETROBRAS viveu.

Então, vamos seguir.

O SR. DEPUTADO JHC - Sr. Presidente, só para ajudar, para contribuir também...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Está em bloco, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado JHC.

O SR. DEPUTADO JHC - A Comissão de Trabalho está fazendo um trabalho exemplar quanto à preservação desses empregos e já tem muitas informações, as quais poderiam subsidiar esta CPI. Eu gostaria, se V.Exa. assim pudesse encaminhar, também de solicitar essas informações, já que está havendo uma agenda de visitas *in loco* a esses empreendimentos, que estão lá praticamente abandonados, muitos deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Presidente, nessa linha que V.Exa. colocou, eu entendo que, além das visitas para que tomemos conhecimento da situação, além dos depoimentos feitos aqui — como ocorreu com esta convocação —, é importante que a CPI, no seu relatório final, mas durante o seu trabalho também, possa apontar instrumentos para que a gente possa, se não resolver esses problemas, pelo menos atenuá-los ao máximo.

Há uma discussão nesse sentido da AGU com relação aos Procuradores, em especial aos de lá de Curitiba, sobre uma dúvida que fica no campo jurídico, mas que diz respeito exatamente ao funcionamento das empresas e das ações de



construção que estão paralisadas nos diversos setores, que diz respeito diretamente a essa questão dos acordos de leniência.

Esta CPI precisa também apontar alguns instrumentos de diálogo com esses setores, para que a gente possa compreender um pouco essa questão e para que a gente possa, nos nossos relatórios, apontar também como resolver esses problemas, vamos dizer, punindo aquelas pessoas das diversas empresas que cometeram as ilicitudes, no entanto preservando as empresas, para que elas possam desenvolver os seus trabalhos e dar continuidade às expectativas que as populações dessas regiões têm com o funcionamento dessas refinarias e do funcionamento das ações que geram empregos lá; senão, a gente vai ficar apenas apontando um problema, mas a CPI não aponta a solução. Acho que é também um dos nossos papéis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quando nós formos deliberar sobre essas visitas, V.Exa. pode incluir essas sugestões, para que a gente possa cumprir o papel por inteiro e deliberarmos sobre todos os assuntos que acredito ser de relevância e importância para esta CPI.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 576, do Deputado Paulo Magalhães, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O Requerimento nº 578 já foi aprovado. Ele é de autoria do Deputado Silas Câmara.

Vamos ao Requerimento nº 591, do Deputado Celso Pansera.

O Deputado Luiz Sérgio tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 591, do Deputado Celso Pansera, que *“solicita que esta CPI requisite à Petrobrás S/A todas as informações, documentos, estudos e relatórios pertinentes à formação de preço básico para processos licitatórios que especifica”*.

Eu entendo que uma das questões mais levantadas nesta CPI se relacionou a possíveis sobrepreços, a possíveis superfaturamentos, de maneira que as planilhas pertinentes ao processo de formação dos preços básicos para os processos licitatórios, entendo, são um dado importante a esta CPI.



Portanto, para que não parem dúvidas, já que estamos caminhando para a elaboração do relatório final sobre este tema tão questionado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, opino favoravelmente à aprovação desse requerimento de autoria do Deputado Celso Pansera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera, para discutir, como autor.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, essa é uma outra linha de ação da bancada do PMDB aqui na CPI, que é esse debate sobre essa brecha nos contratos e nas contratações de obras e de serviços na PETROBRAS, para entendermos como eles funcionam. Eles trabalham com uma margem de 15 para mais ou 20 para menos, e isso dentro do preço básico estabelecido pelos técnicos da PETROBRAS.

A gente sabe que a PETROBRAS não se rege pela Lei nº 8.666/1993, mas existe aqui uma Comissão Especial nesta Casa que está estudando modificações na Lei de Licitações. E é fundamental essa atualização, já que a lei é antiga e não atende à demanda do mercado atualmente e a complexidade que se estabeleceu nos serviços públicos. Mas a PETROBRAS não está regida corretamente por isso, porque ela precisa, para se estabelecer e competir num mercado tão duro, tão complexo, que é o mercado da cadeia de petróleo, de uma legislação específica.

Agora, a CPI tem obrigação de apontar caminhos para isso. A CPI tem obrigação de indicar saídas para a questão da contratação de serviços e obras da PETROBRAS. Então, é uma linha importante, e por isso nós queremos atuar muito firmemente sobre isso.

E quero agradecer ao Relator a sensibilidade por ter colocado o nosso requerimento dentro da sua lista, porque julgamos fundamental para o relatório final desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito, para discutir. Em seguida, falará o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Celso Pansera por tão importante requerimento. Eu também, particularmente, tenho seguido essa linha relacionada à questão das licitações da PETROBRAS e acredito que os membros da CPI têm atuado de



maneira muito forte no sentido até de tirar das pessoas que foram ouvidas aqui algumas informações a esse respeito.

O que nós temos visto é uma discussão sobre se houve ou não sobrepreço nos contratos da PETROBRAS. E vai ser muito importante não só aquilo que foi falado. E a maioria dos que falaram aqui disse que não houve sobrepreço. Alguns falaram que houve desvios em aditivos.

Mas é fundamental essa iniciativa do Líder do PMDB aqui na CPI, exatamente porque nós vamos poder agora ver através de documentos. E, talvez, através desses documentos a gente vai poder inclusive ouvir outras pessoas. Porque eu tenho estranhado — e acho que toda a sociedade tem estranhado — que nós temos várias delações, nós temos várias informações, mas nós não temos, por exemplo, ninguém de comissões de licitação que esteja indiciado, denunciado ou tampouco julgado.

Então, acredito que essa é uma linha muito importante, até para a gente poder aferir o que algumas pessoas questionam: os prejuízos que a PETROBRAS teve.

Portanto, esse requerimento é importante até para que a gente possa também aferir esses prejuízos, de acordo com a realidade mais concreta dos processos licitatórios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, conforme o Deputado Celso Pansera se manifestou, nós temos tido essa preocupação na bancada do PMDB com esse tema, entre outros, mas este em especial merece atenção. Primeiro, no caso dos preços, livres da Lei nº 8.666/93, nós temos o famigerado decreto. É um assunto que nós precisamos debater aqui.

Inclusive, em um dos meus requerimentos solicito a convocação do Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal, em razão de uma ação em torno desse tema que dorme no gabinete de S.Exa. há 10 anos, uma ação em torno do referido decreto.



A Sete Brasil, que se apresenta como empresa, na realidade, de tudo o que vimos dela aqui — tanto do seu Presidente, na semana passada, quanto seguramente do seu Diretor, hoje —, é um arranjo terceirizado da PETROBRAS para comprar um serviço para o qual ela foi contratada para fazer. Ela é um arranjo. E é um arranjo de tal maneira inusitado que, além de tudo que ela apresenta — e este aqui é o jornal de ontem do meu Estado —, das 29 sondas que foram colocadas como competência para ela contratar — e contratar de quem sabe fazer, porque ela não sabe fazer sondas, que é o motivo do seu contrato —, apenas 16 estão em curso. Só que as 13 outras já receberam adiantadamente — embora estejam canceladas —, em parcelas, 1,4 bilhão e não começaram nada. Elas estão canceladas, e eles vão fazer uma assembleia na próxima quinta-feira para discutir como eles vão renegociar essa dívida, como eles vão tratar esse assunto.

Portanto, nós temos um imbróglio. E é inimaginável que alguém com competência, com seriedade, pudesse fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, só quero registrar nossa posição. É oportuna a vinda do diretor, mas nós tivemos uma consistente apresentação do atual Presidente da Sete Brasil.

A Sete Brasil é uma empresa que cumpre um papel estratégico na estruturação da cadeia produtiva de petróleo e gás, tem contratos importantes para construção de plataformas e de estaleiros, alguns com obras em curso e outras paralisadas. Eu acabei de me referir às obras da Bahia — e queremos retomá-las. Claro, que tudo deve ser feito na forma da lei e com transparência.

Então, a vinda do diretor é do interesse de todos nós, mas nós temos que registrar que a saúde econômica da cadeia de petróleo e gás e a garantia desses empregos — inclusive com a recontração dos operários que porventura tenham sido demitidos no transcurso da apuração em curso — é um objetivo de todos nós.

Portanto, a nossa interpretação é distinta. Essa empresa não é uma terceirizada manipulada pela PETROBRAS; não é uma empresa de fachada. A Sete Brasil cumpre papel estratégico para a economia brasileira.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Está encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, só uma discussão rápida. Apenas lembro ao Líder do PT que o atual Presidente da Sete Brasil é o mesmo que quebrou o Banco Schahin e que foi Presidente da OGX, empresa do Eike Batista que também quebrou. E ele está quebrando a Sete Brasil — aliás, já está quebrada, não existe nada mais a quebrar. Na verdade, ela nem existe de fato. E ele tem ainda um bom antecedente criminal — ele está respondendo à Justiça. Que pena que o atual Presidente da Sete Brasil tenha todo esse vasto currículo!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação o Requerimento nº 591, do Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra a V.Exa. depois. Agora irei apreciar o requerimento, pois já comecei o processo de votação. Mas irei ouvir V.Exa.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 591.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Obrigado, Presidente.

Eu solicitei a palavra em função principalmente das duas últimas inscrições aqui do Deputado Afonso Florence e do Deputado Delegado Waldir. É extremamente preocupante a situação dos empreendimentos que estão paralisados. Eu estive recentemente, Presidente, com alguns representantes de trabalhadores do estaleiro de Maragogipe, na Bahia. Nós tínhamos 7 mil trabalhadores num dos maiores empreendimentos de recuperação da indústria naval deste País, e 80% da construção dos empreendimentos efetivados. Hoje são menos de 200 trabalhadores que estão lá tomando conta do que ficou parado.

Então, eu tenho que discordar radicalmente da posição aqui do Deputado que me antecedeu, porque nós temos uma responsabilidade e devemos ter uma



preocupação com a recuperação e manutenção dos postos de trabalho oriundos desses investimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - ...que são essenciais para a indústria brasileira e indispensáveis para a economia nacional.

E eu espero que a resposta que foi dada pelo Deputado que me antecedeu não seja a resposta para os milhares de trabalhadores que estão desempregados, aguardando de nós a responsabilidade de atuarmos no sentido de recuperar a economia, a indústria nacional e esses postos de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Imbassahy solicitou a palavra. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, sem querer de forma nenhuma retardar o bom andamento dos trabalhos, quero apenas fazer referência ao Requerimento nº 543, que já foi aprovado, do Deputado Darcísio Perondi, que faz a convocação do Sr. Antônio Gustavo Rodrigues, do COAF.

Nós fizemos também um requerimento semelhante — conversei até com o Relator Luiz Sérgio —, mas não houve tempo de colocá-lo em pauta.

Quero dizer que esse requerimento é muito importante e gostaria que registrasse em ata também essa nossa iniciativa e, aliás, de vários membros que estiveram em Curitiba e perceberam as falhas, as brechas gritantes que existem nos controles de remessa de recursos para o exterior. E também que se registre em ata que vamos encaminhar, juntamente com outros membros também desta CPI, requerimentos convocando autoridades do Banco do Brasil, do Banco Central e de corretoras.

São fatos muito importantes. Agradeço a tolerância de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos ao Requerimento nº 634.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Requerimento nº 634, de autoria de João Carlos Bacelar, *“requer a convocação do Sr. Luís Carlos Borba para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

O Sr. Luís Carlos Borba é citado como uma pessoa que teria contratado uma empresa de fachada, a empreiteira Rigidez; que essa empreiteira teria emitido notas



fiscais falsas contendo o pagamento de serviços efetivamente não prestados e que esses valores teriam depois sido repassados ao PP e ao PT. A atuação dessa empresa teria por fim garantir a participação também da Toshiba nas obras do Complexo Petroquímico no Rio de Janeiro — COMPERJ.

Então, como o Deputado João Carlos Bacelar apresenta esse requerimento para a oitiva de uma pessoa que teria contratado uma empresa, empresa esta que teria apresentado notas falsas — fazendo o que no mercado se chama de “cobrir uma proposta” — para que a Toshiba pudesse vencer obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, valores que teriam sido repassados ao PP e ao PT; para que não parem dúvidas, eu opino favoravelmente à aprovação, até porque, nesse caso específico, o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, é citado no requerimento do Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Altineu, para discutir.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu gostaria de me somar às palavras do Relator aqui pedindo aos nobres amigos a aprovação desse requerimento, sobretudo e inclusive porque cita aqui o COMPERJ.

Portanto, como eu sou o Deputado nº 2 lá do COMPERJ — e o Deputado nº 1 é o Deputado Eduardo Cunha — eu gostaria de pedir a V.Exa. a inclusão do nome do Sr. Walter Torre Júnior nesse requerimento. O Sr. Walter Torre Júnior já foi citado em um requerimento e também é uma pessoa envolvida em uma operação com a PETROBRAS. Trata-se de um requerimento também do Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer a apreciação de mais um requerimento ou quer incluir o nome dele nele?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Incluir o nome dele seria suficiente: Walter Torre Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Por este Presidente não há nenhum problema. Havendo acordo no Plenário, nós incluimos o nome.

Deputado Florence, concedo a palavra a V.Exa. para discutir.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, quero também referendar essa convocação, esse requerimento, e registrar — assim como o Deputado Jorge Solla se pronunciou e como sempre têm-se pronunciado a Deputada Eliziane e o Deputado Altineu — as nossas preocupações em relação à continuidade das obras dos estaleiros.

Nesse sentido, a Presidenta Dilma está neste momento lá em Pernambuco inaugurando o Navio Petroleiro André Rebouças, batizado Marcílio Dias.

Todos nós — tanto o Altineu quanto a Eliziane, o Solla, eu e o próprio Deputado Imbassahy — queremos investigar. Temos as nossas posições políticas, queremos investigar a Sete Brasil, mas queremos que o emprego e esses investimentos sejam garantidos. E esse é um exemplo de que, em boa medida, Pernambuco como um todo deve estar comemorando essa inauguração hoje.

Saúdo, portanto, a inauguração desse navio petroleiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Fernando Monteiro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - É rápido.

Deputado Afonso Florence, está esquisita essa inauguração, porque no mês passado foram demitidas 1.500 pessoas do Estaleiro Atlântico Sul. É esquisita essa inauguração da Presidenta Dilma porque, num momento desses, demitir essas pessoas e depois inaugurar... Eu deixo aqui essa mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Prascidelli. Em seguida, falará o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Provavelmente só se demitiu após a conclusão, porque foi concluída a construção, apesar dos demitidos.

Eu estou concordando com V.Exa., mas supondo que todos nós queremos manter os empregos. Queremos investigar e...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu só quero fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Prascidelli. *(Pausa.)*

Deputado Izalci, V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Com relação a essa pauta do Relator, não haveria a possibilidade de só se pronunciar quem for contra, porque, senão, a gente não consegue esgotar nem essa pauta. Apenas quem for contra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, eu não posso tirar o poder de discussão dos Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, não é pra ser contra nem pra ser a favor. Eu só queria fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas é sobre o tema?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se não for sobre o tema, nós não daremos a palavra. Já foi avisado isso aqui.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É claro que é sobre o tema. Quer só fazer um esclarecimento, até porque numa discussão anterior, no requerimento anterior, eu próprio propus que se ampliasse a participação, no caso, do poder público, porque era uma convocação de uma audiência pública.

O Deputado Altineu está sugerindo incluir mais uma pessoa nesse requerimento. Eu não tenho, a princípio, nada contra essa questão, mas, só por questão de procedimento, como nós já aprovamos um conjunto de requerimentos e eventualmente aprovaremos outro conjunto de requerimentos de convocação de pessoas, acho que deveríamos guardar a correlação de nexos ou de situações para eventualmente incluir, como o Deputado Altineu está sugerindo, outra pessoa nesse requerimento. E digo isso para que a gente possa padronizar uma atuação e não ter problema em outros requerimentos, em outras eventuais discussões aqui na Casa.

É só essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Solla, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Primeiro, quer falar um pouco nessa direção: nada contra a sugestão que o Deputado fez desse nome em si. Mas, como tem muitos requerimentos propostos, e outras pessoas poderiam querer aqui também apresentar nomes e não tiveram tempo de fazer, acho meio complicado adotarmos um procedimento que nos permita acrescentar nomes em cada



requerimento aprovado. Eu posso aproveitar outro requerimento para propor outro nome sem fazer uma solicitação em separado.

Então, eu acho que seria um procedimento mais adequado que qualquer solicitação gerasse um requerimento específico a ser encaminhado à Mesa.

Quanto à inauguração do navio, mais do que nunca, eu acho que é um bom exemplo para mostrar que as demissões representaram a perda da capacidade da engenharia e da indústria naval brasileira. Se nós tivemos capacidade de colocar um navio desse pronto para prestar serviços, poderíamos colocar mais, se não houvesse demissão.

E as demissões ocorreram a gente sabe muito bem aqui o porquê: a situação de dificuldade que se está atravessando. Nós não podemos perder a oportunidade, insisto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - ...de recuperar a indústria naval brasileira e que, graças à PETROBRAS, graças às medidas que foram tomadas no Governo Lula e no Governo da Presidenta Dilma, foi recuperada depois de ter sido massacrada e aniquilada em governos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concluiu o Deputado Solla. Eu agradeço a V.Exa.

Atendendo a um pedido de S.Exa., eu gostaria aqui de fazer um apelo ao Relator para que a gente não tenha esse problema. O Deputado João Carlos Bacelar esteve aqui, falou comigo e falou com o Relator sobre o Requerimento nº 635, de autoria do Deputado. Para que a gente faça justiça ao que os Deputados estão colocando e respeite essa questão dos requerimentos, como já foi defendido o Requerimento nº 635 também, que se trata dessa pessoa, V.Exa. poderia acatá-lo no seu bloco o 635. Assim, aprovaremos aqui os Requerimentos nºs 634 e 635, atendendo o que o Deputado Solla está falando. Há algum problema?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Há requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim, é o Requerimento nº 635.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como se pede a inclusão e há um requerimento...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O requerimento é sobre o mesmo tema.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu não me oponho, mas que isso não abra uma exceção.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É a mesma pessoa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas registro, para que isso não abra uma exceção e não se torne uma prática, que isso se limita a esse requerimento. Assim, eu não me oponho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, em votação os Requerimentos nºs 634 e 635, de 2015, do Deputado João Carlos Bacelar.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Vamos ao Requerimento nº 636, do Deputado André Moura.

O Deputado Luiz Sérgio está com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 636, do Deputado André Moura, *“requer a convocação do Sr. Fábio Pavan para prestar depoimento perante esta sub-relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

A convocação visa a que o Sr. Fábio preste esclarecimentos, sendo que ele representava interesses da empresa Constran, com vistas a conseguir contrato na área de energia e biocombustível em Gana, e era o responsável por cobrar favores a políticos que tivessem relação com a Constran.

Essas evidências ficaram latentes na Operação Lava-Jato da Polícia Federal.

Como André Moura é o Sub-Relator referente à recuperação de ativos e se trata de um questionamento acerca de uma operação realizada em Gana, na África, para que não paire dúvida a esta Comissão, eu entendo e opino pela aprovação do referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o Requerimento nº 636. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quero só registrar a nossa posição favorável à aprovação do requerimento, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 636.

Vamos ao Requerimento nº 638, do Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu teria que me ausentar, pois tenho uma consulta médica às 13 horas. Existe uma série de requerimentos de minha autoria, e eu gostaria de falar aqui em conjunto sobre esses requerimentos, durante 30 segundos, para os companheiros.

Tratados com o Deputado Luiz Sérgio, os requerimentos se referem, uma parte, a pessoas...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Deputado, diga os números que a gente vai acompanhando aqui.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu vou entregar ao Deputado Luiz Sérgio a lista. Ele já tem alguns aqui. Trata-se, portanto, uma parte, de pessoas ligadas ao COMPERJ, nomes citados pelo gerente, são pessoas técnicas; uma parte de pessoas relacionadas à RNEST, nomes citados aqui também pelo Sr. Glauco Legati, ex-Gerente-Geral.

Portanto, são questões técnicas e dois grupos: COMPERJ e RNEST, cinco nomes ligados a cada refinaria.

E, no final, temos requerimentos de minha autoria — e o Deputado Celso Pansera vai defendê-los aqui — que, na realidade, são do corpo desta CPI, mas indicam nomes que foram anotados por nós nas oitivas de segunda e terça-feira em Curitiba. São nomes que a doleira Nelma e que a Sra. Iara citaram, que são referentes a corretoras de valores, nomes relacionados a operações de fraude no sistema financeiro que foram colocados em Curitiba.

Todos esses nomes foram tratados com o Relator — eu gostaria de fazer esse esclarecimento aqui.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Todos são referentes à sub-relatoria de V.Exa.?



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, esses nomes finais não são relativos à minha sub-relatoria, eu apenas assinei os requerimentos, porque foram tratados por um conjunto de Deputados. Poderia ter sido qualquer outro Deputado o autor.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não, claro.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, eu só quero fazer esse esclarecimento, porque eu vou ter que me retirar, em defesa desses requerimentos que foram tratados com o Deputado Luiz Sérgio.

Seria só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Só um esclarecimento, Deputado Altineu: pelo que ouvi nas falas da Iara Galdino e também da Nelma Kodama, elas pouco acrescentaram às investigações relacionadas à PETROBRAS, pois trataram muito mais da questão do sistema financeiro.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Deputado, só pra esclarecer, vou fazer aqui um comparativo: no caso do mensalão foram movimentados pelo ex-diretor Pizzolato, que está preso na Itália, 73 milhões de reais; só pela denúncia da Iara Galdino, com as sete empresas laranjas, e pela Sra. Nelma, como levantamos, pelo que ela disse que ganhou, foram movimentados por essas duas figuras mais de 1 bilhão de reais! Parte desse dinheiro operado por essas corretoras foi usado por esse sistema de corrupção da PETROBRAS.

Então, é uma fraude do sistema financeiro, mas muito ligada à PETROBRAS, até porque a Sra. Nelma foi amante do Sr. Youssef durante 9 anos, e eles operavam conjuntamente.

Eu quero agradecer a V.Exa. a oportunidade de fazer esse esclarecimento e dizer que esses requerimentos foram assinados por mim, mas foram tratados com um conjunto de Deputados. Portanto, qualquer outro Deputado poderia tê-los assinado. Não são meus requerimentos, são requerimentos de um conjunto de Deputados.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao Requerimento nº 638. O de nº 636 já está aprovado.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A Comissão já aprovou o Requerimento nº 636. *(Pausa.)* Vamos aprová-lo novamente.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 636 permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado pela segunda vez.

Vamos ao Requerimento nº 638.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 638, de autoria do Deputado André Moura, que *“requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito convocação do Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, para que seja ouvido”*.

Este requerimento é repetitivo, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, na verdade, tem vários requerimentos repetidos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Este requerimento inclusive o Sr. Luiz Eduardo Guimarães já cumpriu a oitiva. Foi na semana passada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E tem também outros aí que estão repetidos. Por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, vamos ao 639. Esse requerimento já foi atendido pela CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É que há inclusive Parlamentares que repetiram a apresentação dos próprios requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao 639.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, o do Barusco já está aprovado. É só chamar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É o próximo. *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O do Barusco é para a sub-relatoria.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas não importa. A sub-relatoria é a CPI. Se aprovou uma vez na CPI, é só convocar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas só que regimentalmente, como a sessão de oitiva dele foi encerrada, nós temos que aprovar outro requerimento, segundo a Consultoria.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Cada requerimento para cada momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Requerimento nº 639.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Deputado André Moura apresenta um requerimento, porque ele quer ouvir o Sr. Pedro Barusco na sub-relatoria, pois o argumento do Deputado André Moura é o de que o depoimento do Presidente da Sete Brasil pouco esclareceu e ele ficou com dúvida. Então, ele quer voltar a ouvir o Sr. Pedro Barusco.

Como o Sr. Pedro Barusco é o que faz as maiores acusações, inclusive ao meu partido, para não ter uma posição de que eu estaria como Relator-Geral bloqueando essa iniciativa, eu não me oponho a este requerimento.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, uma questão de ordem, que eu acho que é relevante para os trabalhos.

Em todas as CPIs de que participei, uma vez a pessoa convocada, ela ficava à disposição. Então, é preciso nesta CPI que V.Exa. explicita que, a partir desta convocação, ela fique à disposição da CPI, porque isso facilita processualmente. Não tem sentido. Se num momento nós achamos que o Sr. Fulano de Tal é importante para a CPI, ele é convocado. A partir daí até o término da CPI, ele tem que vir uma, duas, três, dez, vinte vezes, quantas vezes a CPI precisar ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vai ouvi-lo dez vezes?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Este fato agora relatado pelo Sub-Relator vai se repetir inúmeras vezes. Vem uma pessoa, faz o depoimento, contradita, precisa tirar dúvida. Então, não tem sentido nós, que já aprovamos aqui a convocação do Pedro Barusco, aprovarmos de novo, depois de novo e depois de novo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Seguiremos esse entendimento.

Em discussão o Requerimento nº 639.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, sobre essa questão ainda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, Deputado Prascidelli. Em seguida, os Deputados Jorge Solla e Leo de Brito.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É só uma sugestão. V.Exa. a analisa e avalia com a Assessoria. Nós temos que votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu concordo com o entendimento de V.Exa.

Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sobre esta questão, Sr. Presidente, eu acho que, em que pese o raciocínio poder estar correto, talvez como procedimento não seja o melhor caminho, até porque são questões que nós precisamos tratar, em muitos casos, no conjunto da CPI. E já que uma pessoa veio aqui depor, há nesse caso uma decisão unilateral. De quem? Do Sub-Relator, para convocar novamente? Do Presidente, para convocar novamente? De algum Deputado que queira convocar o depoente novamente e que consulta o Presidente, e ele, de ofício, autoriza? Esse procedimento talvez não seja o procedimento mais adequado.

Eu entendo, sim, que não há nenhum problema em ouvir o Sr. Barusco novamente, até porque ele é o principal réu confesso aqui, que foi inclusive tratado como herói por parte de alguns Deputados sendo um réu confesso, e que a gente possa ouvi-lo novamente. Agora, eu acho que, do ponto de vista de procedimento, nós vamos cometer um equívoco, ou pelo menos eventualmente cometer alguns deslizes, no caso de alguns depoimentos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Prascidelli.

Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente Imbassahy, como eu fui o proponente, eu solicito então que a Mesa Diretora da CPI consulte a Mesa da Câmara, para que, à luz do Regimento, isso se esclareça de uma vez por todas.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É uma boa proposta.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Todas as CPIs de que participei convocam uma vez, chamam quantas vezes forem necessárias.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Deputado Onyx, é só para uma coisa, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado... Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu não sou dono da verdade! Eu só estou dizendo a minha experiência e estou pedindo uma consulta à Mesa. Pronto!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu só queria entender, Deputado Onyx, o procedimento, inclusive para eu poder, digamos, aceitar de pronto essa sua sugestão com relação ao Regimento. Como é que se daria essa segunda convocação, ou como é que se dá? Como V.Exa. está dizendo que é uma questão regimental, como é que se dá? Porque um depoente foi convocado a partir da aprovação de um requerimento. Aí ele fica, segundo V.Exa. está dizendo, à disposição da CPI para voltar quantas vezes forem necessárias. Mas como é que se dá esse procedimento? É uma decisão de algum Deputado individualmente? É uma decisão do Presidente? É só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Nós vamos deliberar, Deputado Prascidelli.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu queria deixar aqui a minha posição contrária a esse tipo de procedimento, Presidente.

Pelo que eu li no Regimento, cada pessoa que é chamada pela CPI para ser ouvida, convidada ou convocada, a proposição tem que ser aprovada antes de ser providenciada essa oitiva. Então, eu acho que é um procedimento realmente bem complicado, pois, a partir de uma aprovação, durante todo o tempo em que a CPI estiver funcionando, a qualquer momento essa pessoa pode voltar aqui ene vezes por iniciativa da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para concluir, Deputado Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Então, eu queria propor — vou concluir com uma proposta — que o procedimento, cada vez que se julgar necessário chamar uma pessoa, seja a primeira vez, a segunda, ou ene vezes, tenha que passar pela aprovação de um requerimento específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Solla, eu vou deliberar sobre esse assunto. Existe uma posição...



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu estava inscrito. Eu estava inscrito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu gostaria de fazer um apelo para que a Mesa não delibere agora ainda sobre este tema. Por quê? Porque me parece que, se não há uma orientação expressa regimental, mesmo que em todas as CPIs de que o Deputado Onyx tenha participado assim tenha sido procedido, nós temos um caso objetivo agora que não tem cobertura regimental, que tem várias sub-relatorias, e poderíamos, naquela reunião administrativa dos Líderes com o Presidente, analisar o que mais convém. Então, essa pergunta do Deputado Prascidelli procede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado. V.Exa. está repetindo a argumentação.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Mas V.Exa. sabe que eu tinha direito a 1 minuto e está contando ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Mais ainda. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Então, acho que a pergunta do Deputado Prascidelli procede. Portanto, se nós pudermos tratar administrativamente e tentar chegar a um acordo em vez de uma deliberação que venha preterir um acordo de como proceder, acho oportuno. *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos encerrar a discussão.

Vou colocar em votação.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu estava inscrito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. estava inscrito? Com a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu quero me somar à preocupação dos companheiros, inclusive porque nós já tivemos um procedimento anterior, em que foi feita uma reconvocação, e foi objeto de deliberação deste Plenário. Eu acredito que a gente não pode transformar isso aqui numa anarquia.



Então, eu quero me somar a essa preocupação dos companheiros. E também, em relação à discussão do retorno do Barusco aqui, quero dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, aprovamos, porque inclusive consideramos que o Sr. Barusco é o mais contraditório. Veio aqui, disse que recebeu empréstimo do BNDES, foi negado por todos que vieram aqui posteriormente. Aliás, não sei como que é que a delação premiada do Sr. Barusco ainda resiste diante de tantas contradições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vou deliberar agora, até acolhendo a proposta de vários Deputados aqui, inclusive a do Deputado Onyx, que tem uma larga experiência em CPI. Existe uma posição contraditória entre o que diz o Deputado Onyx e o que coloca aqui a Consultoria da CPI, a Secretaria da CPI, que coloca que é necessário que sejam feitas realmente novas apreciações e votações.

Todavia, vamos fazer uma consulta mais aprofundada e, na próxima reunião, vamos então comunicar a posição final. Isso apenas para a gente seguir...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Só para colaborar. Se ao final do depoimento não se encerrar e disserem que fica em suspenso, ele pode vir aqui mil vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Dando sequência, passo a palavra ao Relator, o Deputado Luiz Sérgio, para tratar do Requerimento nº 640, do Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só para esclarecer muito rapidamente o Plenário: o Requerimento nº 640 só foi por mim pautado porque nós já aprovamos o Requerimento nº 452, do Deputado André Moura, que convoca o Sr. Renato Sanches. Então, eu o pautei para corrigi-lo tecnicamente, porque nós estaríamos ouvindo o Sr. Renato Sanches hoje — e nós vamos ouvi-lo —, em decorrência da aprovação do requerimento do Deputado André Moura, e haveria na pauta da CPI



um novo requerimento do Deputado André Moura para convocar o Sr. Renato Sanches.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Isso só reforça a minha tese.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, eu estou solicitando a aprovação do Requerimento nº 640, para que nós possamos eliminar essa dúvida que tínhamos de algo que eu entendo ser tecnicamente equivocado: ouvir uma pessoa com um requerimento para ouvir a pessoa novamente de autoria do mesmo Parlamentar.

Por isso, eu pautei, para que nós pudéssemos anexar, juntar, e assim retirá-lo da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento à pauta...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Só para registrar, Presidente, V.Exa. não estava presente. Eu acho que o encaminhamento do Deputado Onyx tem o mérito de propor diligência. Nós não objetamos a essa possibilidade.

Entretanto, a pergunta do Deputado Prascidelli foi: como será procedido, digamos assim, o retorno? Será por solicitação formal do Sub-Relator ao Presidente, com despacho do Presidente? Se nós chegarmos a um acordo sobre isso, eu acho que não há objeção. Acho que podemos... Permita-me...

Sr. Presidente, só para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu acredito o seguinte... Eu já escutei todas as colocações feitas. O que o Deputado Onyx coloca é pertinente. Se o Plenário aprovou por maioria uma convocação, em sendo necessário, nós poderemos chamá-lo novamente. Claro que com responsabilidade, Deputado Afonso Florence. Claro que com responsabilidade. Mas não vamos aqui também, porque um Deputado sonhou à noite que o cara deve voltar no outro dia, trazer o cara aqui, porque quem marca a oitiva é este Presidente. E eu acho que já deixei claro aqui o respeito e a responsabilidade que eu tenho com os trabalhos.

Então, V.Exas. fiquem absolutamente tranquilos. Vamos consultar o Regimento, vamos fazer tudo na forma regimental, não irei atropelar nenhum tipo de entendimento, farei tudo no mais perfeito acordo. Agora, com muita responsabilidade. E eu não decidirei sobre esta questão neste momento. Eu só quero deixar isto claro: eu não decidirei sobre isso agora. Por mais que vocês tentem persuadir-me, eu não decidirei. Decidirei em outro momento sobre isso.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, disse que ia falar em 1 minuto. Aos 17 segundos, quando eu estava falando, V.Exa. me interrompeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se formos aqui fazer a conta do que fomos complacentes com o tempo que V.Exa. tinha, V.Exa. está me devendo muito mais do que 17 segundos, porque eu tenho feito aqui um esforço muito grande.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos deliberar!

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, é sobre uma questão importante, exatamente a necessidade de *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, permita-me. Primeiro, eu nunca eu extrapolei aqui o tempo que me foi cedido. Eu só tive a pouca modéstia de pretender concluir um raciocínio, porque eu tinha feito uma sugestão...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Já se passaram 17 segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei mais 1 minuto a V.Exa., para que não diga que eu estou censurando a sua palavra. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu não digo que V.Exa. me censura, e levo sempre em consideração as piadas e as sugestões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não estou soltando piadas, Deputado Florence. Nós todos aqui estamos vendo o esforço que estamos fazendo para deliberar.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu havia sugerido, quando o Deputado Imbassahy estava no exercício da Presidência, que nós levássemos esse procedimento, que não tem um lastro regimental definitivo, a uma reunião nossa. Poderíamos adotar o procedimento sugerido pelo Deputado Onyx. Mas é só não termos dúvida de como é que vai ser o procedimento! E podemos fazer isso numa reunião administrativa, só para nós termos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É isso que estou sugerindo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Presidente, já se passaram 2 minutos. É tempo demais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É isso que estou sugerindo. Quando eu digo que vou decidir o procedimento, nós vamos sentar, discutir. E aquilo que for melhor para o andamento da CPI nós vamos fazer.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Presidente, vamos trabalhar! O Brasil está vendo a nossa enrolação aqui. É vergonhoso isso, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Requerimento nº 640, que seria o próximo da pauta, está prejudicado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu quero refutar... V.Exa. está conduzindo com serenidade. Por gentileza, eu quero fazer um apelo para que os colegas e todos nós evitemos esse tipo de procedimento, porque aí parece que é postergação mesmo, e não é! Não é!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Que o espírito de concordância, visto no início da reunião, possa voltar entre os senhores.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, o nosso salário é pago pelo cidadão, pelos nossos eleitores. Como o Deputado vai justificar depois o salário dele se ele fica aqui enrolando? Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Requerimento nº 640 da pauta está prejudicado, porque o Sr. Renato Sanches depõe hoje ainda aqui na CPI, não havendo necessidade de uma reconvocação.

Vamos ao Requerimento nº 644, do Deputado Altineu Côrtes.

O Deputado Luiz Sérgio tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requer a Comissão Parlamentar de Inquérito a convocação do Sr. Abenildo Alves de Oliveira, CPF 354.708.524-15. O Deputado Altineu Côrtes, que é Sub-Relator do eixo referente às construções de refinaria, afirma que este depoimento é importante, para que ele possa esclarecer assunto relacionado ao COMPERJ.

Então, Sr. Presidente, em se tratando de esclarecimento da COMPERJ, eu não me oponho e opino pela sua aprovação.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento. Para discutir, Deputado Celso Pansera.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, vou me inscrever como preposto do Deputado Altineu Côrtes, que teve um problema médico. Ele me deixou... Eu tenho acompanhado o trabalho da sub-relatoria dele.

Trata-se da RNEST, não da COMPERJ. E ele indicava comissões de licitação. Ele montava... Como membro, trabalhador da PETROBRAS, ele era responsável por indicar e organizar comissões de licitações voltadas aos contratos da RNEST. Por isso o seu chamamento.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, Deputado Florence. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Considero que este requerimento é muito relevante. Nós tivemos aqui vários depoimentos de réus confessos que disseram que a lisura das comissões de licitações eram inquestionáveis e que eles procediam aos ilícitos após receberem os contratos.

Então, a oportunidade de apurarmos os procedimentos será muito bem-vinda, porque são casos totalmente diferentes. Se houve cartel e a cartelização levou à corrupção dos diretores que são réus confessos, e na sua delação premiada eles apontam o dedo para terceiros, nós vamos ter que apurar se essas acusações que eles fazem têm prova. E, se houve participação de comissão de licitação, aí vai mais acima.

Portanto, eu quero manifestar que este é um requerimento importante, e nós temos a expectativa de avançarmos na investigação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu também quero reforçar aqui este requerimento, que acho importante. Quero apenas confirmar aquilo que foi dito aqui por diversos delatores ou colaboradores de que a licitação era feita de uma forma correta. Existia o cartel, mas o cartel não definia preços sem antes conhecer quais as empresas que participariam daquela licitação.

O que acontecia é que esses diretores nomeados pelo ex-Presidente Lula — como disse ontem, em Curitiba, o ex-Deputado, ex-Líder e Vice-Presidente do PP, que foi Luiz Inácio Lula da Silva que fez a nomeação de Paulo Roberto Costa, e foi



dito não só para o Líder Janene, mas também para toda a bancada: Lula o nomeou e disse para a bancada que ficaria na cota do PP — informavam para as empresas quais as empresas seriam convidadas para participar da licitação. Então, se eram convidadas 15 empresas, os Diretores Paulo Roberto Costa, Nestor Cerveró, Renato Duque e Pedro Barusco informavam a essas 15 empresas que elas seriam convidadas e, entre elas então combinavam o preço. Era assim que era feito.

Portanto, é importante aprovar este requerimento, para que a Comissão de Licitação da PETROBRAS possa aqui confirmar que não havia de fato informações saindo deles, mas, sim, da diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, em seguida, o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só queria um esclarecimento: por que, em alguns requerimentos, aparecem o CPF do cidadão e em outros não? Por que o CPF?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O autor que colocou, né?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim. Mas por quê?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu acredito que o autor teve o cuidado... Inclusive, quando aqui se falou de uma pessoa que não era aquela pessoa, era outra. Então, para ficar claro...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não estão em todos os requerimentos, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não coloco, você já coloca, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Deveria, na medida do possível, ter, para não haver dúvida de qual é verdadeiramente a pessoa que está sendo convocada.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Esse é um procedimento em que nós podemos ter um acordo: sempre que tentar convocar alguém, sempre colocar o CPF.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas por que não a carteira de identidade?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Porque é mais difícil de obter.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que diferença faz?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não vamos discutir o sexo dos anjos aqui, não, pessoal. Não vamos discutir o sexo dos anjos, não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O CPF é mais fácil obter. É só entrar na Internet.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aumenta a culpabilidade do sujeito colocar o CPF? Isso é o que eu não estou entendendo. Merece uma reflexão, Sr. Presidente, por que um precisa e o outro não precisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos sugerir, vamos sugerir, para que seja carteira de identidade e não CPF.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, não, não! CPF.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - CPF?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vamos sugerir que coloque o nome do cachorro também. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu prefiro a carteira de identidade, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não. Tradicionalmente, Sr. Presidente... Então, se vamos... Vamos nos valer do CPF.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O CPF é mais fácil você conseguir vários do que uma carteira de identidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Aí é um outro...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Estão aí... Os estelionatários estão cheios de CPFs. É mais difícil do que a carteira de identidade.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, mas a pessoa física... Pelo amor de Deus, é absurda essa discussão! É surreal essa discussão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas isso, Deputado Ivan, já se trata de outro debate.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Surreal é colocar o CPF aqui no requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O que tem que deixar claro é que o objetivo do Parlamentar foi um objetivo correto. Agora, o debate se é carteira de identidade... Isso aí... Vamos avançar.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ou nenhum, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu não pedi a palavra para discutir se usa o CPF ou identidade, não. (*Riso.*) Eu pedi a palavra porque um Deputado que me antecedeu mais uma vez fez acusações a um ex-Presidente da República que não procedem. Inclusive na oitiva, em Curitiba, eu não estive presente, mas tive a oportunidade de tomar conhecimento dos conteúdos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Jorge Solla, com todo o respeito que tenho a V.Exa., V.Exa. terá o tempo que lhe convier.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - O Deputado Izalci teve o tempo que quis para acusar o Presidente Lula aqui! Eu tenho que ter o direito também de usar da palavra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou lhe dar a palavra. Eu queria só...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não acusei o Presidente Lula. Eu disse o que foi dito lá.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - É o que foi dito lá que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero só que V.Exa. se detenha ao tema do requerimento, fazendo qualquer argumentação e interligação com o que V.Exa. achar necessário. Se V.Exa. quiser interligar o tema com qualquer outra coisa, não tem problema, agora, desde que o senhor fale do requerimento, certo?

Peço que reponha 1 minuto do Deputado Jorge Solla, para que ele possa fazer a sua argumentação.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, tem tido alguns membros da CPI que, em qualquer assunto aqui, se o Corinthians perde, a culpa é de Lula, se o Palmeiras ganha, a culpa é de Dilma. Eu não tenho trabalhado aqui assim e não acho que é produtivo isso.

Tem que se deixar claro que, na oitiva de Curitiba, ficou claro que a operação que foi feita lá e registrada ocorreu desde os Governos Itamar, Fernando Henrique e outros mais. Inclusive que o Governo mais corrupto da história do Brasil foi o Governo Fernando Henrique Cardoso, que acabou com a TELEBRAS, que vendeu o



patrimônio nacional, que vendeu a preço de banana a Vale, que entregou a indústria brasileira, que faliu, acabou, a indústria nacional, que acabou com a indústria química fina, acabou a pobreza, aumentou a exclusão, jogou o salário mínimo aos piores patamares da história deste País, quebrou o Brasil três vezes, entregou milhares e milhares e milhares de patrimônios a preço de banana. Repito aqui: o maior patrimônio dilapidado da história do Brasil foi durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. E a PETROBRAS não acabou ali porque a população não deixou, porque a população se mobilizou e pediu, lutou, para acabar a privatária tucana neste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Realmente, toda conexão com o tema, Deputado Jorge Solla. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Claro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A carapuça serviu mesmo, hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sr. Presidente, permita-me. Não cabe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sr. Presidente, na hora que o Izalci falou, o senhor não fez esse comentário.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Os Deputados do PSDB estão querendo transformar uma audiência aqui... uma reunião administrativa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não vou entrar nessa querela entre PT e PSDB. Eu já deixei bem claro que não vou me envolver nisso. Essa é uma discussão que vocês fazem aqui, um cabo de guerra político, que eu, enquanto Presidente, tenho o dever regimental, mesmo não tendo nada a ver com a investigação, de suportar, de exercitar a paciência. Não sou só eu que estou exercitando, quem está em casa está exercitando também, porque este debate aqui em nada contribui para a investigação. Mas nós temos que, na verdade, fazer esse esforço. Então, eu tenho, pelo menos, o desejo de protestar quando eu achar necessário. E irei fazê-lo quantas vezes achar necessário e com quem eu entender



que eu deva fazer. Protesto com quem eu entender que deva fazer. Se V.Exa. concorda ou não, é problema de V.Exa.

Vamos a outro requerimento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Parabéns, Presidente! Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos a outro requerimento, o Requerimento nº 645.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Então, V.Exa. não está...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - E a isenção de V.Exa., Presidente, fica onde então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A isenção que eu tenho com os meus trabalhos é, com certeza, a avaliação de V.Exa., que é importante, mas não é relevante para mim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu concordo com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Brasil sabe que estou aqui de maneira isenta e transparente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, V.Exa. está dando um pito no PT e autorizando o PSDB a caluniar, a fazer disputa política, para poder...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, quero dizer que concordo com V.Exa., mas, infelizmente, os Deputados do PSDB não estão contribuindo, não estão contribuindo.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não está correto isso!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu concordo com V.Exa. plenamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 645, do Deputado Altineu Côrtes, que é Sub-Relator do eixo Refinaria RNEST e COMPERJ. Ele solicita a esta Comissão a sub-relatoria, ele quer ouvir o Sr. Flávio Fernando Casa Nova da Motta, CPF 377.258.404-78.



O Deputado Altineu argumenta que ele precisa desse esclarecimento, porque essas informações do eixo COMPERJ e RNEST seriam importantes para a elaboração do seu relatório, o sub-relatório, que ele vai apresentar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que é o substituto do Glauco no empreendimento. Então, eu não me oponho, para não ser aqui acusado de estar bloqueando os trabalhos da sub-relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para defender, Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Isso. Nós também, a pedido aqui do autor, ouvimos aqui o Glauco Legatti. O Glauco Legatti não dirige... não é mais Gerente-Executivo ou Geral da RNEST. Quem assumiu agora foi esse Sr. Flavio Fernando Casa Nova da Motta. E é por esse motivo que o Deputado Altineu está requerendo sua presença a esta CPI, para falar sobre a condução, a conclusão e o estágio das obras lá na RNEST.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento. Deputado Florence, para discutir.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, todos os que nos assistem pelos meios de comunicação da Casa, nós estamos vivendo um momento aqui em que se combina o debate dos requerimentos com o fato de que existem requerimentos extrapauta.

Eu compreendo, Presidente, a orientação de V.Exa. e respeito, e que V.Exa. entenda também a nossa parte. Nós temos que defender a posição do nosso partido, a honra das pessoas que são filiadas ao nosso partido. Nós temos muita honra de ter tido o melhor Presidente da história do Brasil, o Presidente Lula. Nós temos muita honra de dar sustentação política ao Governo da Presidenta Dilma. Vamos votar hoje os destaques da MP 664, que garante direitos dos trabalhadores, o PLV avançou muito em relação à MP. E há requerimentos extrapauta.

Na semana passada, este debate veio aqui ao plenário. Nós vamos fazer todo o possível para impedir que seja posto em apreciação e seja votado o requerimento convocando o Procurador-Geral da República. É isso que está acontecendo aqui.



Nós somos contra isso. É claro que vamos encaminhar também contra todos os outros requerimentos que não são pertinentes, como a convocação de filiados do PT, para criar factóide. Mas o do Procurador-Geral da República, em particular, está motivando essa situação política.

Sr. Presidente, quero registrar que, da nossa parte, nenhum desrespeito à condução de V.Exa., mas reivindicando a compreensão de que foi feita uma observação em relação ao comentário do PT e não ao do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós faremos essas observações, Deputado Florence. Eu só gostaria de deixar claro aqui que discutir o tema do requerimento é totalmente salutar e regimental. Agora, quando a gente traz assuntos que não são inerentes ao tema que está sendo discutido, é até questionável. Não tenha dúvida de que nós vamos ter o mesmo comportamento, como sempre tivemos.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 645 permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao Requerimento nº 646.

Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 646, do Deputado Altineu Côrtes, que requer ouvir o Sr. Heleno Lira, CPF 151.074.184-49. O Deputado Altineu Côrtes argumenta a necessidade de ouvi-lo, em razão de ser Sub-Relator do eixo RNEST-COMPERJ, e que essas informações seriam essenciais para os dados de elaboração do seu relatório.

De forma que, para não ser acusado aqui de obstruir o trabalho de um Sub-Relator, coloco-me favoravelmente à aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, o Deputado Celso Pansera.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, esclarecendo: Heleno Lira também compunha o setor de licitação da RNEST, também era um dos responsáveis pelo certame, definição de vencedor, etc., etc., e eu acho que o Deputado Izalci já fez uma boa fala aqui em relação à importância de a gente entender essa lógica do cartel de empreiteiras e prestadoras de serviços dentro da PETROBRAS.

Por isso, a urgência e a importância da convocação do mesmo pela sub-relatoria do Deputado Altineu Côrtes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Também quero ressaltar a importância deste requerimento na linha do requerimento anterior, que já foi inscrito aqui pelo Deputado Celso Pansera, a importância de a gente ir a fundo, de cada vez mais se aprofundar nesses procedimentos licitatórios, porque até agora a gente não teve, ao longo dessas investigações, nenhum depoimento, a gente não teve ninguém indiciado, não teve ninguém de que foi feita denúncia ou que sequer foi julgado. Então, é muito importante que a gente possa ir a fundo, conversando com essas pessoas que fazem parte desse procedimento, para que a gente possa esclarecer.

O Partido dos Trabalhadores está plenamente de acordo com essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento. Para discutir, o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, quero manifestar o nosso apoio a esse requerimento. Essa linha de investigação é fundamental. Nós precisamos ter precisão no diagnóstico para subsidiar os respectivos relatórios dos Sub-Relatores e do Relator, ver qual a conexão entre os procedimentos licitatórios, as comissões de licitação e os atos praticados pelos diretores e gestores de contratos.

Quero dizer que tudo isso está ocorrendo num momento muito importante da vida da PETROBRAS. A PETROBRAS apresentou o seu balanço. Há um processo inicial de recuperação do preço das ações. O preço das *commodities* do petróleo,



em particular no plano internacional, realmente impacta a PETROBRAS. E, Presidente, só para nivelar, nós invariavelmente nos defendemos.

Naquele momento, Presidente, em que eu reagi a uma observação, nós tínhamos sido citados na inscrição anterior. Por isso, nós nos manifestamos. Mas a nossa regra é conduzir sempre com o maior respeito os demais partidos e filiados dos demais partidos membros desta Comissão.

Nós encaminhamos favoravelmente a este requerimento, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais quem queria discutir, coloco em votação o Requerimento nº 646.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao Requerimento nº 647.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 647, também de autoria do Deputado Altineu Côrtes, que pede para ouvir, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Ivo Tasso Bahia Baer, CPF 413.054.427-68.

Pelo mesmo critério dos requerimentos anteriores, pelo Deputado Altineu Côrtes ser Sub-Relator do eixo construção de refinarias, ele alega ser fundamental a obtenção dessas informações para precisar o relatório que ele prepara.

Dessa forma, coloco-me favoravelmente à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 648, do Deputado Altineu Côrtes.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 648.

“Requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Marcos José Pessoa de Resende (CPF: 128.157.134-20).”



Pelo mesmo argumento dos requerimentos anteriores, por ele ser sub-relator do eixo construção de refinarias, e pelo argumento de que essas informações seriam fundamentais para a elaboração do seu relatório, eu voto e opino favoravelmente à aprovação deste requerimento.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Só para esclarecer, Sr. Presidente. Tanto o convocado anterior, Ivo Tasso Bahia Baer, como esse Marco José Pessoa de Resende, ambos compunham também o setor de licitação da RNEST.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão.

Deputado Florence, para discutir.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu gostaria só de fazer uma pergunta, já que está sendo lido, porque talvez possamos até antecipar. Há requerimentos sobre membros de comissão de licitação de outras refinarias, de outras...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - COMPERJ.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Do COMPERJ, e nós vamos proceder também na mesma linha de investigação em relação a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Acredito que deva ser uma linha igualitária para todas, para que a gente não seja injusto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Ótimo, ótimo. É isso. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se acham.

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 649, do Deputado Altineu Côrtes.

O Deputado Luiz Sérgio tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - *“Requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a convocação do Sr. Sérgio dos Santos Arantes (CPF nº 335.417.367/04).”*

Pelos mesmos argumentos anteriores, opino favoravelmente à aprovação deste requerimento, uma vez que o Deputado Altineu Côrtes é Sub-Relator do eixo construção de refinarias, e solicita a aprovação deste requerimento porque afirma que tais informações serão de fundamental importância para o relatório que ele está elaborando.



Sendo assim, eu opino favoravelmente à aprovação deste requerimento.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão.

O Deputado Pansera tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O Sr. Sérgio dos Santos Arantes era formador de preço. Ele tinha como responsabilidade buscar preços no mercado, tanto do ponto de vista das empresas que prestavam o serviço, como daquelas empresas que vendem os produtos — ferro, areia, essas coisas todas —, e a partir daí ele estimava o preço médio que compunha o projeto básico para a licitação das obras no RNEST.

Então, ele também é importante dentro dessa lógica de buscar entender onde estava a formação do preço, e a gente entender esse importante dilema: se o dinheiro da corrupção vinha do lucro das empresas, ou se vinha do sobrepreço daquilo que era contratado pela PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

Deputado Izalci, V.Exa. tem a palavra para discutir. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a V.Exa. que se atenha ao tema.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero aproveitar para esclarecer novamente como é que funciona e como é que... porque tem muita gente aqui que é só do Legislativo e nunca participou do Executivo.

Como é que se processava essa questão na PETROBRAS? Havia a comissão de licitação que tinha essa figura de buscar o preço dos produtos. Estabelecia, então, a comissão de licitação, os preços da PETROBRAS, e aí, então, como era carta-convite, convidavam as empresas, e elas apresentavam, também, as suas propostas.

Se a proposta apresentada fosse mais 20, ou menos 15, daquilo que estipulou a PETROBRAS, então seria a vencedora. O que acontecia é que os diretores — Pedro Barusco e outros — comunicavam quais as empresas que iriam ganhar, e elas, então, entre elas, faziam um campeonato igual a um campeonato de



futebol, definiam que ia ganhar e faziam, então, um preço maior do que aquela que tinha sido selecionada para ganhar. Esta é a prática. Agora, este requerimento é importante para ver se, realmente, não havia também, por parte da comissão de licitação, qualquer irregularidade. É por isso que eu recomendo a aprovação do requerimento.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Bom, eu quero também reforçar a importância requerimento e orientar a nossa bancada no sentido da aprovação, mas registrar que há outra versão distinta da que foi aqui apresentada pelo Deputado que me antecedeu.

A corrupção, o cartel na PETROBRAS, foi identificada nos anos 80, por denúncias, no final dos anos 89 e 90, inclusive com premiação de jornalistas em grandes concursos, em grandes prêmios nacionais de jornalismo investigativo: o Boechat; posteriormente, o Paulo Francis fez denúncias; o Elio Gaspari publicou um artigo dizendo que o Paulo Francis morreu em depressão, porque fez denúncias contra a corrupção na gestão da PETROBRAS durante o Governo do PSDB, e estava sendo muito pressionado.

E aqui, réus confessos, bandidos, disseram que a comissão de licitação procedia regularmente de forma corporativa, sólida, e que eles depois procediam a ilícitos. E disseram que procediam a ilícitos, mas sem auxílio de superiores hierárquicos. O próprio Barusco, quando esteve aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu estou seguindo meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo não está sendo marcado, mas V.Exa. pode concluir. Foi falha da Mesa. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, então, peço que desconte do meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não é preciso descontar. V.Exa. está com a palavra.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Então... Ah, entendi... Muito obrigado. É porque me desconcentrou.

O Barusco disse aqui que a institucionalização decorreu de aumentos de contratos e aumentos de investimentos, e aí os diretores entraram. Ele disse a verdade, que, quando ele praticava a corrupção nos anos 90, ele a praticava sozinho, mas ele ignorou que estava na imprensa a denúncia de corrupção, o artigo de Elio Gaspari, a situação de Paulo Francis. Ele ignorou isso tudo. Então, acho que deve ser considerado que os réus confessos dizem que as comissões de licitações não estavam envolvidas, o que não deve ser levado como verdade, assim como também não as calúnias que eventualmente eles levantam. Tem de ser constituída a prova no sentido de averiguar se há indício de indiciamento ou de inocência em relação às denúncias feitas pelos réus confessos.

Por isso, a corrupção na PETROBRAS se iniciou em período muito anterior. Nós respeitamos o prazo previsto aqui na CPI, mas esse requerimento é muito importante porque nós vamos identificar precisamente o papel cumprido pelas comissões de licitações e pelos réus confessos, diretores, que operaram. Inclusive há denúncias de que o PSDB recebeu recursos. O Leonardo Meirelles e o próprio Youssef dizem isso. O Presidente Nacional do PSDB recebeu recursos ilícitos oriundos da corrupção da PETROBRAS.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Leo de Brito, V.Exa. tem 1 minuto.

Eu gostaria de pedir à Mesa para que ficasse atenta à marcação, para que sejamos justos com todos os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Pois não, Sr. Presidente, serei breve.

Esse requerimento se justifica exatamente para evitarmos esse tipo de ilação irresponsável aqui. Na verdade, estamos fazendo suposições. O que nós vimos aqui na maioria dos depoimentos... Inclusive, depoentes aqui, como o delator Paulo Roberto Costa, mudaram seu depoimento. Ele tinha dito anteriormente que o dinheiro de propina saía dos contratos, quando, na verdade, saía dos lucros das empresas. E é exatamente isso que queremos.



Eu quero parabenizar o Sub-Relator Altineu Côrtes, e a todos nós que estamos agora nos aprofundando num campo em que não tínhamos entrado ainda nas investigações da CPI da PETROBRAS, exatamente nessa questão dos procedimentos de licitação. Se nós quisermos saber quanto foi o efetivo prejuízo que a nossa grande e importante empresa PETROBRAS teve, nós vamos precisar, é claro, entrar nos detalhes, nos máximos detalhes, para, exatamente, com uma base muito sólida, não fazemos ilações como as que foram feitas aqui, sem nenhuma base sólida de argumentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputada Maria do Rosário, V.Exa. tem 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, como se pôde perceber, a própria bancada do PT destacou no requerimento e na disposição do Sub-Relator a determinação de ingressar em uma área que é bastante importante, como foi dito pelo Deputado Leo de Brito.

Eu também destaco no pronunciamento do Deputado Celso Pansera a vontade política de ingressarmos aqui para verificarmos, de fato, onde está essa contradição. E percebermos como foi mentirosa aquela colocação de Pedro Barusco, e eu acho que vale a pena referir com esta palavra, ainda que ela seja bastante dura, de que foi possível, em algum momento, na vida de uma empresa como a PETROBRAS, agir de forma corrupta sozinho.

Então, quando o Deputado Altineu faz esse requerimento, ele vai entrando numa seara que nos dá oportunidade de ver conexões. E essas conexões, portanto, Sr. Presidente, serão bastante importantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Encerrada a discussão, coloco o requerimento em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que forem pela aprovação do Requerimento nº 649 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao Requerimento nº 662.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Requerimento nº 662, de autoria do Deputado João Carlos Bacelar, requer sejam ouvidos os Srs. Gustavo Freitas, Vitor



Tiago Lacerda, Marcos Guedes Gomes Moraes, Executivos da PETROBRAS, e Roberto Mendes, João Antonio Bernardi e Giorgio Martelli, da empresa SAIPEM, para prestarem esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Segundo o Deputado João Carlos Bacelar, no seu requerimento e pelas informações que circularam, eles teriam assinado contratos entre as duas empresas no ano de 2001 para a construção do gasoduto interligando o Campo de Sapinhoá e Lula Nordeste, e que, em decorrência desse contrato, teria ocorrido o pagamento de propinas. E essas informações foram obtidas em decorrência do depoimento da delação premiada dos empresários diretores da empresa Toyo Setal.

Para que tais dúvidas e suspeitas sejam esclarecidas, eu opino favoravelmente à aprovação do referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir...

Deputado Valmir Prascidelli para discutir.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu infelizmente não pude comparecer às oitivas que parte desta Comissão fez em Curitiba, mas eu creio que essas convocações aqui têm um grau de relacionamento com aquilo que lá foi debatido.

São vários nomes, tanto das empresas quanto de executivos da PETROBRAS. É claro que cada um deles tem uma tarefa específica. Eu quero voltar desde a origem, do primeiro requerimento em que eu ponderei para que o autor pudesse expressar um pouco melhor o porquê da convocação de cada caso, e alguns casos, por exemplo, eu não conhecia, como este aqui, é que eu não sei de onde são efetivamente. *“Ah, tá legal, são executivos da PETROBRAS.”* Mas qual é a efetiva relação que existe com o caso? Porque a PETROBRAS é uma empresa como já foi dito aqui várias vezes, dispõe de muitos Executivos.

Então, só para termos um pouco mais de esclarecimento. Sei que o Relator fez alguns esclarecimentos, mas eu queria entender um pouco mais essa relação, esse nexos com o nosso trabalho aqui na CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Edio, para discutir.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nosso questionamento não tem por objeto a relação das pessoas aqui requeridas para deporem. É quanto à data, porque me parece que o objeto seria um contrato assinado em 2001, salvo melhor juízo, Sr. Relator. E, salvo engano, também, 2001 está fora do alcance do período...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É 2011, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Pelo requerimento, o João Carlos Bacelar, afirma que é o ano de 2011.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Ah, eu entendi que S.Exa. havia falado 2001.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Florence, para discutir.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, antes de me pronunciar, dentro do meu tempo, sobre um tema... Eu só estou esperando concluir o tempo que era do anterior. O Deputado Izalci está dizendo que eu terminei e, que eu saiba, o Presidente...

Presidente, eu peço que desconte o meu tempo, porque o Izalci fica me provocando o tempo todo.

Bom, eu quero registrar o meu apoio ao requerimento apresentado pelo Deputado João Carlos Bacelar e dizer, Presidente, que, apesar de todo debate que nós fizemos na abertura, vários requerimentos foram debatidos aqui e houve ajuste, com inclusão de nome, com antecipação de outros requerimentos, e com esclarecimentos. Então, não foi um propósito apenas postergatório o encaminhamento de votarmos de três em três, de dois em dois, de acordo com a temática e a conveniência.

Agora, alguns esclarecimentos são importantes. O Relator faz uma apresentação sucinta, porque muitas vezes não é ele o autor do requerimento. Então, por exemplo, o Deputado João Carlos Bacelar esteve aqui em todos os momentos em que foi apresentado um requerimento de autoria dele. Se nós pudssemos ceder alguns instantes para o autor apresentar de forma objetiva a motivação do requerimento, poderíamos evitar eventuais perguntas, tirando dúvida,



supondo qual é a intenção. Porque, de fato, como havia dito o Deputado Delegado Waldir, numa intervenção que ele fez anteriormente, salvo o juízo de cada um, respeitando o proponente, nós temos que ouvi-lo e aprovar o requerimento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, 1 minuto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, é nítido que o Partido dos Trabalhadores hoje veio para cá para obstruir a pauta e para dificultar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. vai tratar do requerimento?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, vou entrar agora.

Este requerimento trata exatamente de propina, como foi acusado aqui no contrato de 2011. Essa empresa, uma *offshore* também, foi acusada de dar propina ao Sr. Julio Camargo. Agora, praticamente, em toda a PETROBRAS, a gente detectou que há propina, e não seria nesse aqui, nesse campo Lula e Lula/Nordeste que não teria.

Então, é só para reforçar que é importante a aprovação também para confirmar o que foi dito aqui sobre Julio Camargo na empresa Toyo Cetal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 662 do Deputado João Carlos Bacelar aqui presente.

Vamos ao próximo requerimento, de número 664, também do Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - *“Requer a convocação da Sra. Cristina Palmaka e do Sr. Ricardo Kummel Medina, para prestarem depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.”*

O Deputado João Carlos Bacelar afirma que este requerimento complementa os já anteriormente aprovados, já que respectivamente as pessoas citadas são diretores de empresas da área de tecnologia e informação, e essas informações são fundamentais para complementar os requerimentos já aprovados em relação às



empresas de informação. Por essa razão, eu opino favoravelmente à aprovação do referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

Para discutir, a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu gostaria que o Relator, por favor, repetisse. Eu até acho que seria interessante, porque eu não tenho aqui também o requerimento como um todo, com a justificação, de que empresa se trata, essa Sra. Cristina Palmaka e esse Sr. Ricardo Kummel Medina, e qual é o objetivo. O que nós estamos abrindo aqui? Qual é a linha de investigação? O que é que nós estamos abrindo, quando queremos que esse aqui seja ouvido? Esse nome eu não conhecia também.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O requerimento de convocação tem como objetivo ouvir a Sra. Cristina Palmaka e o Sr. Ricardo Medina, respectivamente, diretora e diretor operacional da empresa de tecnologia e informação SAP BRASIL Ltda., para prestarem esclarecimento referente aos valores dos contratos assinados entre a empresa e a PETROBRAS, sobretudo dos anos de 2006 a 2010, que extrapolaram significativamente a média histórica dos valores dos contratos e aditivos entre elas, para aquisição de softwares e serviços de produtos análogos de informática.

O autor está presente e poderia complementar as referidas informações.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Deputada Maria do Rosário que tem essa dúvida. Acredito que a Deputada não esteve aqui no início desta reunião, Sr. Presidente, quando foi apresentado o primeiro requerimento de nossa autoria, relativo a essas duas empresas de tecnologia.

Então, Deputada, são os excessos de contrato, e apenas essas duas empresas SAP BRASIL e a CENTRI, pelos excessos de contratação junto à PETROBRAS nesse período aí pré-estabelecido.

Esse requerimento subsequente adiciona-se ao primeiro requerimento que era para obter as informações. E, agora, queremos trazer os dois executivos dessas empresas para virem prestar esclarecimentos sobre algumas irregularidades nesses contratos junto à área de tecnologia da PETROBRAS.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Presidente, então eu agradeço ao autor e ao Relator, porque, de fato, há acúmulo de tarefas. Aqui se abre uma nova linha. Não se trata aqui de uma empresa de engenharia nem de uma empresa de ponta. É algo relacionado à informação e a software, o que me parece ser distinto do que nós fizemos até agora.

Mas se o Deputado João Carlos Bacelar identificou a necessidade, nós votaremos favoravelmente para verificarmos aquilo que ele está indicando como necessário.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Agradeço à Sra. Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, quero registrar a minha posição favorável ao requerimento apresentado pelo Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Encerrada a discussão, coloco em votação o Requerimento nº 664.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao Requerimento nº 695, do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 695, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho, que requer que esta CPI requisiite cópia de todos os contratos celebrados pela PETROBRAS e suas subsidiárias no período de 2005 a 2015, cujos objetos abrangem a execução de obras e serviços no continente africano.

A PETROBRAS figura como um dos principais elementos da investigação conhecida como Lava-Jato, e esta CPI tem esse eixo da venda de ativos na África.

Então, a busca dessas informações é importante para nortear o trabalho desta CPI em relação à questão relativa a ativos na África.

Eu opino favoravelmente à aprovação do requerido requerimento.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Peço alguns segundos para explicar.



O primeiro requerimento que nós encaminhamos aprovado pela CPI e encaminhado à PETROBRAS para buscar informações era muito genérico, e a PETROBRAS se valeu dessa característica para não dar explicação nenhuma.

Então, agora nós fizemos algo com mais especificidade, exatamente para que a CPI obtenha as informações de que necessita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 695, do Deputado Onyx.

Vamos ao Requerimento nº 714, do Deputado Paulo Magalhães, do PSD da Bahia. A Bahia está sempre presente aqui na nossa Comissão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. terá oportunidade, depois que aprovarmos esses aqui, de poder reivindicar os seus requerimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - *“Requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a prática de atos ilícitos de irregularidades no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro — PETROBRAS, a cópia integral dos aditivos de contratos celebrados entre aquela estatal e todas as empresas envolvidas no processo de construção da Refinaria Abreu e Lima e Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.”*

Como se trata de informações, eu não me oponho à aprovação do requerimento. Acredito que tais informações serão fundamentais para subsidiar o trabalho do Relator na elaboração do seu relatório. São estas as minhas palavras, Presidente. Opino pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 714.

Vamos ao Requerimento nº 718, do Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - *“Requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que convoque o Sr. Nilton Maia.”*



Como eu afirmei aqui anteriormente, o Deputado Altineu Côrtes, que está no Departamento Médico, numa consulta, apresentou uma série de requerimentos. S.Exa. é o Sub-Relator do eixo construção de refinarias, afirmando que tal informação é de fundamental importância para subsidiá-lo na elaboração do seu relatório.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - O Deputado Altineu, por motivos óbvios e distantes da sua vontade, está em uma consulta médica. Nós não poderíamos verificar algum outro caminho, ou uma leitura mais completa? Porque, veja, Presidente, nós estamos aprovando uma série de requerimentos. Os nossos prazos não são tão extensos. Todos os requerimentos devem ser organizados, depois, em uma pauta de trabalho, em oitivas, que demoram um tempo. V.Exa. tem sido cuidadoso com a colocação em votação e aprovação, justamente porque, depois, tem que caber na agenda, e agenda difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tanto é que nós só fizemos... Esta é a quarta reunião deliberativa. Só fizemos três...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para contrapor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...e analisamos uma quantidade grande de requerimentos. A gente tem se esforçado para cumprir essa agenda. Só para V.Exa. ter uma ideia, neste final de semana, os Deputados viajarão para Londres, no sábado. Na segunda, outra Comissão indo a Pernambuco; na terça, reunião de oitiva, aqui; na quinta, da mesma forma; na outra semana, Washington e Nova Iorque, outra missão oficial também aprovada aqui na CPI; as visitas a serem feitas agora aos estaleiros; já fomos a Curitiba. Ou seja, a CPI tem feito um esforço muito grande para cumprir essa agenda.

A preocupação de V.Exa. é muito pertinente. Mas aproveito aqui este momento para fazer um balanço do nosso esforço, para cumprir essa demanda altíssima de requerimentos. Vamos sair daqui hoje também com outra leva de requerimentos aprovados, e eu vou ter que me organizar. E aqui usarei a prerrogativa de as sub-relatorias poderem ouvir muitas dessas pessoas que foram



convocadas aqui na manhã de hoje, para dar vazão a esse número muito grande de requerimentos aprovados.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, inclusive aproveitando essa oportunidade, quando V.Exa. falou aqui dessas viagens — eu estou na comitiva que vai a Londres —, nós teríamos uma oportunidade muito grande de ouvir um dos depoentes que foram aprovados aqui nos requerimentos, o Sr. Julio Faerman, que se encontra em Londres. E eu queria saber de V.Exa. se a gente poderia incluir o Sr. Faerman, além do Sr. Jonathan Taylor que está na agenda — e nós vamos ficar 4 dias lá em Londres —, aproveitar esse momento, uma vez que ele não veio ao Brasil. Acho pertinente e importante para as nossas investigações que o Sr. Julio Faerman seja incluído nessas oitivas que vamos fazer lá em Londres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Verificarei a possibilidade desse contato. O problema do Sr. Julio Faerman é que não houve, ainda, até este momento, condição de contatá-lo. Ele não tem endereço, não tem telefone, não tem *e-mail*, não tem nenhuma forma de comunicação. Ele literalmente se esconde da nossa intimação. Nós vamos tentar fazer esse contato, para, sendo possível... É muito pertinente — eu acredito —, porque aproveitaríamos a viagem. A CPI poderia ouvi-lo.

Vamos reforçar. Determino à Secretaria que tente contatar o Sr. Julio Faerman.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Claro. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos à discussão do requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, coloco-o em votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, só para esclarecer à Deputada Maria do Rosário, o Sr. Nilton Maia compõe também a equipe de administração do COMPERJ, e também trabalhava na área de licitação. Por isso que ele tem importância para a sub-relatoria do Deputado Altineu, que é uma busca, uma constante de compreender esse processo.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada, Deputado Celso Pansera. Tem o apoio da nossa bancada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está encerrada a discussão.

Em votação, o Requerimento nº 718.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao Requerimento nº 719.

Lembro que o Deputado Altineu pediu para que fosse registrado, e aqui nós temos que registrar. Existem outros requerimentos dele, a partir do 741, que foram de nomes que surgiram depois da ida da CPI ao Paraná, por problemas de crime junto ao sistema financeiro e também de pessoas que poderiam estar envolvidas nesse desvio de recursos envolvendo a PETROBRAS. Então, S.Exa. fez esse requerimento, e todos nós concordamos com a vinda dessas pessoas aqui à CPI.

Então, vamos ao Requerimento nº 719.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É só para saber, também, são todos eles? Tanto o Laerte quanto o Sérgio Bezerra? São todos de licitação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - De licitação eu não posso responder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Deputado Celso falou do caso do Nilton, é licitação. Ele faz parte da licitação. O Laerte e o Sérgio Bezerra também?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Isso. O Laerte, Sérgio Bezerra e Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque.

O SR. DEPUTADO IZALCI - São todos da área de licitação? *(Pausa.)* O.k. Entendi.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, Requerimento nº 719, de 2015: *“Requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Sr. Laerte Pires”*.

Pelos mesmos argumentos anteriores, o Sr. Laerte Pires trabalhava na elaboração de licitações, tanto no COMPERJ como na RNEST, e, quanto a essas informações, o Sr. Deputado Altineu argumenta ser de fundamental importância para a elaboração do seu relatório.

Sendo assim, Sr. Presidente, opino pela aprovação do referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.



Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao Requerimento nº 720.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 720, do Deputado Altineu Côrtes, que requer a convocação do Sr. Sérgio Bezerra, que também trabalhava numa dessas refinarias, o COMPERJ ou a RNEST, e trabalhava também na área de orçamento e licitação.

O Deputado Altineu julga ser de fundamental importância para a elaboração do seu relatório. Para que não seja acusado de estar obstruindo o trabalho de um sub-relator, eu voto favoravelmente à aprovação do referido requerimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só para informar, o Sr. Renato já se encontra na Casa? Está aguardando desde de manhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Desde as 9 horas que o Sr. Renato Sanches aguarda.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao Requerimento nº 721.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - *“Requer a convocação do Sr. Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque.”*

Pelo mesmo argumento dos requerimentos anteriores, o Sr. Eduardo Jorge Leal, funcionário da PETROBRAS, O Deputado Altineu afirma ser de fundamental importância ouvi-lo para a elaboração do relatório que prepara sobre a construção de refinarias. Sob o mesmo argumento, para que o Deputado Altineu possa não reclamar da falta de informação para a elaboração do seu requerimento, eu opino favoravelmente à aprovação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos ao Requerimento nº 724.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - *“Requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que convoque o Sr. Gilberto Moura da Silva, Gerente-Geral da Refinaria de Capuava, e ex-Diretor Industrial do COMPERJ, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.”*

Como já afirmei, o Deputado Altineu argumenta ser de fundamental importância ter aqui o ex-Diretor Industrial do COMPERJ, para que as suas informações possam contribuir para o relatório que ele prepara do eixo construção de refinarias.

Assim sendo, Sr. Presidente, opino favoravelmente à aprovação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Celso Pansera, para discutir.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Seguindo a mesma linha — eu estou aqui com as informações do Deputado Altineu —, o Sr. Gilberto Moura, que é servidor de carreira e, atualmente, Gerente Geral da Recap, tem importância do ponto de vista da análise das mudanças que ocorreram ao longo do processo de construção do COMPERJ.

Nós estivemos lá e vimos que houve diversas alterações no projeto ao longo do processo, e, como ele era gerente industrial, tem muita informação para passar sobre as diversas alterações que teve entre a etapa 1 da configuração do projeto até a etapa 4 e, depois, com as modificações que tiveram em relação à planta de produção de nafta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) – Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário, para discutir.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, nós vamos votar favoravelmente. Apenas gostaria de fazer um requerimento a V.Exa. sobre a possibilidade de os Relatores nos apresentarem aos membros da CPI um balanço estruturado por unidade e por área de investigação das pessoas que nós estamos ouvindo em cada uma delas.

Aqui nós vamos ouvir o gerente geral da refinaria de Capuava, que também foi ex-diretor do COMPERJ, mas dessa mesma área do COMPERJ e dessa mesma refinaria possivelmente outros já foram ouvidos. É natural que o Relator e é a missão dele ir mais fundo para poder orientar e apresentar um relatório ou um sub-relatório



à Comissão. Mas para o benefício do acompanhamento seria interessante — faço essa sugestão — se a assessoria pudesse agora, a essa altura dos trabalhos, preparar um balanço em que dissesse: COMPERJ Refinaria Capuava, ouvido este senhor, no requerimento que nós vamos aprovar, agora e todos os outros, criando uma espécie de sistema que nos possibilitasse identificar as contradições ou não nos depoimentos.

Eu peço isso porque realmente eu me preocupo com o número de depoimentos que nós estamos hoje aprovando e a dificuldade de organizarmos essas informações — que é claro a tarefa é do Sr. Relator e dos sub-Relatores — mas vocês não têm dúvida que todos nós respondemos diante da sociedade.

Portanto, precisaremos ter a análise em cada uma delas. Então, Presidente em exercício, Vice-Presidente Imbassahy, eu lhe faço uma sugestão para V.Exa. avaliar: hoje quando concluirmos os trabalhos, eu gostaria de fazer esse requerimento exclusivamente de forma verbal, porque é um requerimento de procedimento, é uma questão quase que de ordem. que tivéssemos um relatório parcial com unidade que está sendo investigada, caso que está sendo investigado e todos aqueles depoentes que já ouvimos e que iremos ouvir.

Era isso o que eu queria. Apoio os argumentos do Deputado Celso Pansera mais uma vez. mas digo que eu estou sentindo falta desse tipo de organização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputada Maria do Rosário. Eu acho uma sugestão muito pertinente, até porque pelo volume de trabalho que esta CPI já realizou durante pouco mais do que 30, 45 dias, evidentemente que seria interessante ter uma espécie de um balanço. Evidentemente que isso aí eu coloco à consideração do Relator porque é a ele que cabe fazer esse tipo de tarefa.

Mas eu acho interessante, até porque seria uma espécie de um boletim, algo assim, não seria um relatório final, mas algo parcial que pudesse fazer a listagem de todos, das oitivas, dos documentos. Enfim, algo que fosse uma espécie das coisas mais importantes durante esse período. Talvez se o Relator tiver condições de realizar essa tarefa, certamente com a contribuição dos sub-Relatores, acho que seria interessante algo que fosse parcial.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, inclusive o Relator de sistematização poderia contribuir. E eu me somo à preocupação da Deputada Maria do Rosário, acrescentando um pouco mais: eu acho que além de a gente ver aqueles que serão ouvidos e aqueles que já foram ouvidos nesta CPI, por unidade dos eixos de investigação, seria importante pegar também um pouco da síntese do que foi dito em cada depoimento até agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dada até a complexidade. São tantas e tantas ramificações.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu agradeço a sugestão, entendo ser de fundamental importância para que possa dar uma visão organizativa a todos os membros da CPI e acredito que o Secretário-Geral deve ter ficado meio que se coçando na cadeira, mas eu já estou deliberando que ele possa o quanto antes, na medida do possível, elaborar essa sistematização desse plano de trabalho.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Sr. Relator, como isso diz respeito às observações feitas a este relatório e, como também sou um dos Sub-Relatores, na questão da sistematização em especial, eu creio que talvez pudéssemos, evidentemente com a concordância do Relator e dos demais sub-Relatores, depois marcar uma reunião específica dos Sub-Relatores para discutir um procedimento para essa questão, além das que já foram levantadas aqui de sistematização.

Mas precisamos discutir um procedimento para não atrasar posteriormente os trabalhos porque cada um pode ir por um caminho de elaboração de relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos traçar essa linha de trabalho em reuniões internas, para que possamos conseguir acomodar.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Está aprovado o Requerimento nº 724, de 2015.

Em discussão o Requerimento nº 725.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 725, do Sr. Altineu Côrtes que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Sr. Paulo César Amaro Aquino, ex-Gerente Executivo de Petroquímica da Petroquisa”*.



O Deputado Altineu afirma que tais informações são de fundamental importância para que possa subsidiá-lo na elaboração do seu relatório.

Assim sendo, Sr. Presidente, opino favoravelmente à aprovação do referido requerimento.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, é sobre o preposto do Altineu Côrtes. A importância dessa convocação é porque a planta original do COMPERJ, que se chamaria Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, previa a depuração de nafta e depois a construção de um conjunto de indústrias na área de petroquímica.

Nós ouvimos aqui não só o Sr. Sérgio Gabrielli, como a Sra. Graça Foster e outros, dizendo que a mudança no projeto se deu por conta de alterações na cadeia produtiva do petróleo e na demanda do mercado brasileiro e internacional na área de petroquímica. O nosso objetivo aqui de chamar o Sr. Paulo César Amaro Aquino é exatamente o de tratar com ele dessa questão. O que foi que levou à mudança da planta do COMPERJ para deixar de ter um complexo petroquímico para se transformar numa refinaria e numa planta de produção e gás?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Em discussão requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 725, de 2015.

Vamos ao Requerimento nº 740, da Deputada Eliziane Gama, do PPS do Maranhão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Requerimento nº 740, de 2015, da Sra. Eliziane Gama, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de realização de visita técnica por membros desta CPI à Refinaria Premium I, no Estado do Maranhão”*.

A Deputada Eliziane Gama, que tem aqui lutado por essa refinaria, entende esta visita ser de fundamental importância, uma vez que, na Refinaria Premium I já se realizou a etapa de terraplanagem, que consumiu 2,1 bilhões de reais, e hoje há uma incerteza em relação a se nós teremos ou não a Refinaria Premium I, no



Estado do Maranhão. Como se trata de uma visita técnica, eu opino favoravelmente à aprovação do Requerimento de nº 740.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, só quero refirmar as palavras que V.Exa. colocou no início da importância da visita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para discutir, o Deputado Leo de Brito e, em seguida, a Deputada Maria do Rosário.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, quero saudar a Deputada Eliziane Gama pelo requerimento. Acho que a prática da nossa CPI já mostrou a importância de fazermos essas visitas *in loco*, do ponto de vista investigatório e do ponto de vista de podermos apurar melhor os fatos.

Já fizemos visitas a Curitiba, foi feita visita à própria sede da PETROBRAS, inclusive visita ao COMPERJ. O fruto dessas visitas é nós termos hoje aqui requerimentos que estão sendo votados e aprovados. Nós sabemos da luta da nossa combativa Deputada Eliziane Gama em relação à Refinaria Premium I. Inclusive há uma discussão, Deputada, aqui na própria Casa a esse respeito, sobre uma Comissão específica.

Eu quero parabenizá-la, e acredito, Sr. Presidente, que vai ser muito importante que essa visita *in loco* seja feita no Estado do Maranhão.

Por isso, nós do Partido dos Trabalhadores apoiamos integralmente o voto do Relator pela aprovação desse requerimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário e, em seguida, ao Deputado Delegado Waldir.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu quero fazer uma dupla saudação à Deputada Eliziane Gama. Eu quero fazer uma saudação, porque ela, quando propõe essa visita técnica, está demonstrando que nós devemos estar focados na busca da verdade contra a corrupção, em qualquer período, naquilo que já aconteceu e que nós temos obrigação de resgatar para o Brasil. Ela está também preocupada com algo fundamental, que é o presente e o futuro, com a continuidade dos investimentos, que é o que gera emprego, tecnologia e autonomia para o Brasil.



Eu quero me somar a este requerimento, com espírito de que esta visita técnica possa contribuir para assegurarmos que essa refinaria, que já teve investimentos importantes, como V.Exa. colocou no requerimento, transforme-se numa realidade no Maranhão, assim como tudo aquilo que foi um compromisso da PETROBRAS levar adiante no Brasil. Então, V.Exa. conte comigo.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, vou saudar a Deputada por outro motivo. Quero aproveitar este requerimento para dizer que hoje a bancada feminina tem uma jornada no plenário, junto ao Relator da reforma política, para buscar mais espaços políticos para as mulheres.

Eu faço uma saudação à Deputada Eliziane Gama pela qualidade da sua intervenção aqui, da qual a honra de ser colega. Quero demonstrar como é importante estarmos aqui representando os nossos Estados, as nossas linhas políticas e ideológicas distintas entre si, mas também como mulheres.

Eu queria tomar a liberdade, Sr. Presidente, de fazer essa saudação porque a Deputada Eliziane Gama e eu, neste caso, somos as únicas mulheres nesta Comissão e, certamente, não apenas aqui, mas para todo este Parlamento será muito importante que tenha mais mulheres, em especial, a que eu homenageio, neste momento, a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada, Deputada. Agradeço de coração mesmo. Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade do pronunciamento da Deputada Maria do Rosário e manifestar meu apoio. Pode contar meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concederei a palavra ao Delegado Waldir primeiro e, depois, a V.Exa. pela ordem de inscrição, pode ser?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Claro, Sr. Presidente. Desculpe. Pensei que V.Exa. estava concedendo a palavra a mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. O Deputado Delegado Waldir está inscrito. Depois concederei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. pode contar com o Delegado Waldir para mais essa visita a um local de crime. V.Exa. pode contar com o Delegado Waldir. Nós vamos lá ver mais um local do



abandono agora do povo sofrido do Maranhão, onde eu passei alguns dias das minhas férias. Pode contar que eu vou lá ver ao vivo esse estelionato eleitoral, com certeza.

Obrigado, Deputada Eliziane Gama, pela proposta, que foi fantástica. Vou estar com V.Exa. lá. Pode ficar tranquila. Vou estar lá. Se tiver algum criminoso,...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Onde é o crime? É o da Polícia do Paraná contra os professores, Delegado Waldir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence. Peço que se reponha o tempo de 1 minuto para o Deputado Afonso Florence usar a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Parece que o Deputado Delegado Waldir queria responder a pergunta se o crime é dos policiais do Paraná.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, não quero não. Pode falar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, obrigado.

Eu gostaria de manifestar nosso apoio a essa visita, iniciativa da Deputada Eliziane. Gostaria ainda de registrar o empenho do Partido dos Trabalhadores contra esse relatório apresentado sobre a reforma política, em especial em função do pronunciamento da Deputada Maria do Rosário, a pretexto do requerimento da Deputada Eliziane, e o incondicional apoio do Partido dos Trabalhadores ao estabelecimento da cota de paridade para mulheres como critério de eleição e de montagem das chapas dos partidos. Essa é uma conquista que a sociedade brasileira espera para as mulheres do Brasil.

Somos também contra o distritão e contra o financiamento empresarial. Vamos combater esse relatório da Comissão.

Quero manifestar meu apoio ao requerimento aqui apresentado, Presidente, e agradecer a cessão da palavra para eu poder me pronunciar nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 740, de visita à Refinaria Premium I, do Maranhão.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, só uma pergunta para esclarecer uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Nós aprovamos aqui, com relação à Premium I e à Premium II, anteriormente, fazer duas audiências públicas. Neste caso está sendo aprovada aqui uma visita ao Maranhão, à Premium I.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não está no requerimento, mas evidentemente deve ser considerada também a questão da Premium II, lá no Ceará, do mesmo modo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Na verdade, há um outro requerimento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós pedimos para especificar cada visita, com o lugar adequado, para que a gente não aprove em bloco porque só será possível fazer uma visita por vez. Então, se V.Exa. deseja ir ao Ceará ou qualquer outro Deputado, como a Deputada Eliziane, acredito também...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já até foi protocolado, Presidente, esse outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos deliberar e faremos a visita.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Presidente, da mesma forma que aconteceu — não o outro requerimento que a gente incluiu para aprovar, que estava fora do requerimento do Relator, que não havia problema —, neste caso, se houver possibilidade de fazer a mesma consideração, eu estou sugerindo a V.Exa. que possa avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Vamos avaliar se iremos deliberar o requerimento.

Requerimento nº 744, do Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Presidente, o Requerimento nº 741 já está aprovado. Ele relacionou duas vezes, mas é um requerimento aprovado.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, eu gostaria só que V.Exa. me subscrevesse nesse Requerimento nº 741 e nos demais relacionados ao Sr. Rafael, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já é subscritor.

Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, minha questão de ordem, na verdade, é um esclarecimento.

Eu tive oportunidade, assim que cheguei, de me inscrever como Líder. Eu pretendo ainda na sessão deliberativa de requerimentos me pronunciar. Gostaria de saber qual é a orientação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Na hora em que V.Exa. pedir a palavra como Líder, darei a V.Exa., como é regimental.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Mesmo tendo sido o terceiro, tenho direito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Existe uma inscrição que nós deveremos seguir. Agora, quando o Líder solicita, obedecemos à solicitação. Quando V.Exa. achar necessário falar como Líder, faça o pedido. Não tem nenhum problema, daremos a palavra pelo tempo que é regimental ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Sr. Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Srs. Deputados, eu gostaria de pedir atenção ao Plenário e também fazer aqui uma observação: esse Requerimento nº 744, de 2015, de autoria do Deputado Altineu Côrtes, informa que durante a nossa ida a Curitiba, de membros da CPI, teria sido procurado pela Sra. Stael Fernanda Janene, viúva do Sr. Janene, que ela o teria procurado e afirmado, através de pessoas que conversaram com Parlamentares, de que o Sr. Youssef está mentindo — Youssef, por sinal, era compadre dela —, que tiveram contas conjuntas e que ela queria vir a esta CPI.

Levando em consideração que essa é a oitava vez que Youssef vai preso — e ele não tem 50 anos. Se pegar isso, desde o primeiro ano de vida, dividir por 50, dá uma média de uma visita à cadeia a cada 6 anos — e levando em consideração que



sua irmã já foi quatro vezes para a cadeia e o pai também quatro vezes, isso mostra que é um criminoso incorrigível. Infelizmente, há muita gente dando crédito em demasia a alguém que não é herói, mas um bandido.

Em razão dessa afirmação que ela disse, que traria uma colaboração, eu não me oponho à aprovação do requerimento, mas faço uma ressalva: que tanto o Presidente quanto eu, Relator, pudéssemos contatar com ela, sem duvidar do que aqui foi falado, para ver, realmente, a disposição dela.

Em se afirmando que é uma disposição de alguém que quer espontaneamente colaborar, eu entendo que o Plenário desta CPI não deveria abdicar dessa contribuição, mas nós teríamos que reafirmar que essa informação é verdadeira para que nós não pudéssemos aqui estar constrangendo uma pessoa.

Mas nós precisamos, confirmada essa informação que nos chega, já ter o requerimento aprovado. O que nos chega é que ela quer — como ela afirma — desmascarar o Sr. Alberto Youssef. Eu não sei o que significaria desmascarar. Agora, como nós estamos tratando com um criminoso, que já foi preso oito vezes, eu entendo que, sendo verídico, traria uma contribuição importante a esta CPI.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão o requerimento.

O Deputado Izalci pediu a palavra primeiro, depois o Deputado Ivan Valente,

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputada Eliziane Gama, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Celso Pansera, Deputada Eliziane Gama, Deputado Afonso Florence, Deputada Maria do Rosário, Deputado Valmir Prascidelli, por 1 minuto!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu acho fundamental a oitiva da viúva do Janene, até porque conviveu com ele durante muitos anos, e todos nós sabemos que Janene era o Líder do PP, e o operador do PP era Youssef, portanto, ela tem muito o que esclarecer.

Independentemente, se ela quer vir ou não, acho que nós temos que convocá-la, sim, até porque, quando começou a Operação Lava-Jato, houve muita conversa de que só começou isso em função de denúncia dela para o Ministério



Público. Foi aí que começou a Operação Lava-Jato, segundo informações que eu vi na época.

É evidente que alguns Deputados tentam sempre desqualificar Youssef, e tem que desqualificá-lo mesmo, por ser operador, corrupto, ladrão, por estar preso. Mas nós não podemos negar que muitas coisas que ele disse aconteceram. Então, não podemos descartar isso completamente. Eu sou favorável a, caso ela não queira, convocá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos aqui debatendo a convocação. A colocação feita pelo Sr. Relator é pertinente para que não haja a coação das pessoas a falar, até porque ela não é citada no processo e ela pode vir aqui e dizer que vai ficar calada, isso é uma decisão dela. Agora, em a CPI convocando, sendo da vontade da maioria, nós vamos marcar uma oitiva para que ela possa vir se expressar.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu não vou ser contra ao convite ou a uma convocação, mas eu quero lembrar, não sei se o público sabe, não apareceu na fala do Relator: quando o Deputado Altineu perguntou diretamente ao Youssef se ele sabia de uma conta conjunta do Janene com Youssef no exterior, ela deu uma cifra de 183 milhões de euros. Quer dizer, é um número realmente substantivo: 1 bilhão de reais! Mas ele apenas negou, negou peremptoriamente, inclusive, todos os que estavam lá viram isso.

O que eu só queria colocar aqui é o seguinte: o Sr. Youssef, certamente, é uma pessoa que já foi processada, presa várias vezes, condenada, etc. Mas, veja: nós temos que tomar um certo cuidado na CPI para não desclassificar tudo o que foi ventilado na sua delação premiada, porque muitas coisas estão se comprovando e por outras vias, não só pelo depoimento do Youssef. O circuito fecha em muitos momentos. Em outros, cabe à CPI, ao Ministério Público e a Polícia Federal constatar, vasculhar e assim por diante.

Então, quero só deixar claro que não tem problema de a Sra. Stael vir depor, etc., mas a pergunta-chave já foi feita, eu duvido que passe disso. Agora, o problema é outro, é se nós queremos ou não desclassificar a questão do Youssef.



Eu acho que a questão do Youssef e algumas coisas podem ser posteriormente desclassificadas, outras serão provadas e cabe a gente fazê-las.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos à próxima inscrita: Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu faço a discussão já encaminhando favoravelmente. Só queria ter uma compreensão: se o ponto específico da investigação seria exatamente — parece-me que o Relator colocou — contraditar as informações do Youssef. É isso?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Deputado Altineu apresentou o requerimento. E alguns Parlamentares tiveram a informação — por isso, eu faço aqui a observação para que nós possamos checar — de que a viúva do Janene afirma que tem informações, inclusive, em algumas das informações, ela afirma que ele não está falando a verdade e que ela queria colaborar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ela viria como colaboradora à CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como colaboradora.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas na condição de convocada também.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na condição de convocada. Agora, ela também não pode vir aqui e mentir. Então, nós precisamos de...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Era só esse ponto que eu queria que ficasse claro em relação à convocação: se seria através de convocação, como colaboradora da Comissão, o que eu acho extremamente importante, por ser esposa de um nome citado praticamente por todos.

A gente não tem como ouvir o Janene, óbvio, naturalmente, porque ele não está mais entre nós. E a justificativa seria que estaríamos o acusando, ou estariam o acusando, exatamente porque está morto. Então, acho de extrema necessidade e fundamental ouvirmos aqui a Sra. Stael Fernanda Janene.

Nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera, para discutir.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O Deputado Ivan Valente tem razão quando levanta que não se trata de desconstruir o conjunto da obra, mas é importante que se busque o que tem de contradição nisso aí.

Presidente, ainda não apresentei, mas vou apresentar um requerimento, porque acho que tem que ter uma acareação entre o Youssef, entre a Iara e entre a Dona Nelma, porque, por mais que o jogo fosse combinado entre eles, a gente percebe que havia muita contradição. Então, esse submundo é fundamental que venha à tona, para a gente descobrir, de fato, o que estava acontecendo.

E o Deputado falecido, o Deputado Janene, virou a Geni desse negócio. Tudo o que tem de ruim para se jogar em cima de alguém joga-se em cima de uma pessoa, um outro que não pode se defender.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em cima de um morto, é essa que é a questão.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E eu acho que o desejo da Dona Stael é exatamente resgatar um pouco a memória dele. Eu não o conhecia, não tenho nenhuma relação com ele, mas eu tenho a impressão que é isso.

Por isso que é importante a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, quero avisar a V.Exa., para o Brasil e para o nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio, que eu não vou cobrar direitos autorais dele, não. Já começou na fala dele a falar alguma linguagem "policialasca"! *"Porque o bandido do Youssef..."* Parabéns, Relator, está aprendendo! Então, eu não vou cobrar direitos autorais.

E em relação à convocação dessa senhora, por questão de economia processual... Alguém conversou, ou acha que conversou... Nós vamos dar avião para ela, dar comida, haverá um custo para a CPI, para o Governo, para o cidadão brasileiro que está no assistindo. Hoje, nós já inventamos o telefone. Dá uma ligadinha antes lá, grava, aí o nosso secretário faz uma certidão. Que se veja isso efetivamente. Senão, ela chega aqui e vai se reservar ao direito constitucional de ficar calada. Então, eu acho que não custa, por economia processual e praticidade na nossa investigação, tomar essa cautela antes.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário. Em seguida, o Deputado Prascidelli, depois o Deputado Onyx. E aí a discussão está encerrada.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, pelas informações aqui apresentadas pelo Relator, eu acredito bastante pertinente que a senhora esposa, enfim, viúva do Deputado Janene venha a esta CPI, até porque há contradições nos depoimentos de Youssef, de Paulo Roberto, de todos esses que são réus confessos, ou do Pedro Barusco, conforme eles próprios têm demonstrado nos seus pronunciamentos. Mas me parece adequado ouvi-la, já que este é um dos centros da questão. O seu falecido marido é indicado como responsável, por questões bastante graves, e ela pode ter informações em sua defesa, em defesa dele, mas também que esclareçam as operações em curso.

Se nós estamos desqualificando Youssef ou não, eu diria que não é esta CPI que faz isso, mas a sua própria biografia, a sua história. E aqueles que lhe dão fé certamente podem pensar em questionar, em algum momento, quais os seus interesses em cada um dos momentos em que foi preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, essa questão do Youssef eu não vou nem considerar, até porque, segundo o que consta, ele não deveria nem estar sendo ouvido nesta nova delação premiada, porque já mentiu. Ele já mentiu na delação premiada feita para a apuração no caso do Banestado. Já mentiu, portanto, segundo as regras da delação premiada, não pode ter as suas penas reduzidas. E quem mente não pode ter o “benefício” — entre aspas — trazido por conta da colaboração que foi feita através dessa delação premiada.

A ponderação que eu queria fazer com relação a esta oitiva é a mesma que fiz em outra situação com relação a familiares das pessoas que porventura possam estar envolvidas em algum caso de ilícito. É claro que o ex-Deputado Janene, já falecido, não pode se defender, e há algumas circunstâncias que precisam ser esclarecidas, entre elas, essa aqui que essa senhora falou para o sub-Relator Altineu.



No entanto, a ponderação que precisa ser feita para essa CPI é a forma de fazê-lo, para que a gente não possa extrapolar a condição dessa senhora aqui, que, ao que me conste, não cometeu nenhum ilícito, pelo menos não nos parece isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço V.Exa.

Deputado Onyx Lorenzoni, para encerrar a discussão.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu queria acrescentar o tempo de Liderança do Democratas, Sr. Presidente, mas não vou usar os 6 minutos. Eu vou usar talvez 3 minutos, no máximo, mas é imperioso fazê-lo.

V.Exa. já sabe, todos aqui já sabem, nós estamos há quatro horas e meia para aprovar um conjunto de requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer a palavra como Líder?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mais 1 da inscrição, 6.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mais 1, 6.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas eu estou dizendo a V.Exa. que não pretendo usar.

Nós estamos há quatro horas e meia aqui para votar um conjunto de requerimentos que poderíamos ter resolvido em meia hora. E por que foi feito isso? Porque há uma série de requerimentos extrapauta, que são os requerimentos de preferência, que são fundamentais para o avanço da investigação e que não vão mais poder ser votados, porque a Ordem do Dia começou. Faz parte do jogo político, eu compreendo isso, já o fiz, então, tenho que aceitar quando os outros o fazem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Inclusive este requerimento agora não poderá mais ser votado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Exatamente. Mas é por isso que eu pedi o tempo de Líder: para explicar para as pessoas o que está acontecendo aqui, e qual é o problema.



Aí há um conjunto de requerimentos de preferência sobre a mesa, entre eles, o de uma acareação entre Pedro Barusco, Renato Duque e Vaccari. E o Partido dos Trabalhadores não quer que ela seja feita, é óbvio, mas que é fundamental para nós entendermos todo o esquema de corrupção aplicado à PETROBRAS.

Da mesma maneira, há aí requerimentos de vários autores. E eu quero fazer citação ao do Deputado Ivan Valente, que convoca o Sr. Júlio Camargo — delação premiada, imbricado em vários dos esquemas da PETROBRAS. É importante que ele venha aqui. Mas nós não vamos poder deliberar hoje.

E há um requerimento que talvez tenha sido a razão maior desse rodízio de talentos que o PT fez desfilar aqui na nossa CPI hoje, diligentemente, discutindo cada vírgula, cada detalhe, para impedir que a gente discutisse. Eu não estou nem dizendo que nós fôssemos aprovar, mas que apenas pudéssemos discutir se aprovaríamos ou não a convocação do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. E por quê? Porque, no último depoimento feito nesta CPI, várias conexões são derivadas da ação desse cidadão brasileiro, que, hoje, não está nem além, nem acima, nem aquém da lei, ele tem que se cingir à lei.

No depoimento prestado lá em Curitiba — quem esteve lá assistiu —, o Sr. Pedro Corrêa fez uma afirmação que precisa ser aprofundada. O Brasil, o Congresso Nacional entendia, os investigadores da Lava-Jato entendiam que o Sr. Paulo Roberto Costa foi colocado na PETROBRAS, na época em que o Zé Dirceu era o todo-poderoso primeiro-ministro plenipotenciário do Brasil. Hoje é preso, mas lá, quando ele tinha todo o poder, Paulo Roberto Costa é colocado na Diretoria de Abastecimento, Deputado Ivan Valente, porque Lula manda e diz que vai colocar na cota do PP. E o Pedro Corrêa deixa claro que o PP da época não sabia nem quem era o Sr. Paulo Roberto Costa.

Olhem a gravidade do que foi dito lá, se nós confirmarmos que o Partido Progressista nem sonhava, antes da nomeação da Diretoria de Abastecimento, na sua própria cota, que Paulo Roberto Costa, que depois prestou serviço, prestou trabalho, desviou dinheiro para o PT e para o PP, *a lo largo*, foi colocado lá pelo seu currículo profissional anterior e por indicação do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que, aliás, de maneira reiterada, era chamado ou se conhecia como chamando o Sr. Paulo Roberto de Paulinho.



Os despachos de Paulo Roberto Costa com o ex-Presidente Lula e com a então Ministra-Chefe da Casa Civil e Ministra das Minas e Energia são corriqueiros. Entre na Internet e pegue fotos do Lula com Paulo Roberto e de Dilma com Paulo Roberto. É o que não falta na Internet, porque ele era o todo-poderoso da Diretoria de Abastecimento, que, acho, provinha a muitos.

Então, Presidente, eu quero lamentar, quero fazer um apelo a V.Exa. para que, na próxima terça-feira, nós possamos retomar... E eu vou fazer um apelo a V.Exa. para nós concluirmos a pauta selecionada pelo nobre Relator, que tem todo o direito de fazê-lo, pela praxe da Casa, porque é o Relator da CPI, mas é importante, Sr. Presidente, que nós possamos exercer o nosso direito.

Nós estamos há 60 dias sendo cerceados, não pela vontade de V.Exa., que está cumprindo a regra do jogo. Mas, se V.Exa. assumir com o nosso Plenário de, na próxima terça-feira, nós fazemos uma reunião, uma oitiva e, antes, uma administrativa, concluirmos o que o Relator colocou, chamando a sessão pela manhã, como já fizemos em outras oportunidades, e permitindo que depois o Deputado Ivan Valente, o Deputado Onyx Lorenzoni, quem mais quiser, a Deputada Eliziane, que seguramente tem mais propostas a fazer, o Deputado Izalci, o Deputado Pancera, o Deputado Altineu possam elencar quatro, cinco, seis, sete requerimentos, que seguramente vão ser de grande contribuição à CPI, para aí tomarmos uma deliberação.

Nós já tivemos toda a tolerância do mundo, toda a paciência do mundo, Sr. Presidente, e colaboramos com os trabalhos. Agora, está na hora, por favor, de V.Exa. permitir a quem quer realmente investigar ter a chance, pelo menos, de discutir os requerimento de convocação de quem pode elucidar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Nós já havíamos previamente anunciado que, na terça-feira, nós começaremos as oitivas dos presos da Operação Lava-Jato que estão em prisão domiciliar. Esse foi o acordo que eu já havia feito, mas, com certeza, marcaremos uma deliberativa...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quinta-feira, quem sabe, então, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O que eu quero é cumprir toda aquela agenda que nós faríamos em Curitiba e não foi possível porque essas



peessoas tiveram *habeas corpus* dado pelo Supremo Tribunal Federal, mas com certeza...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Tempo como Líder, Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu tenho paciência, mas digo a V.Exa. que nós temos que avançar inclusive para fazer as acareações. É imperioso que esta CPI as faça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato. Vamos evoluir.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Como Líder, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra primeiro ao Deputado Florence, como Líder, e depois ao Deputado Ivan.

Primeiramente, vou chamar o Sr. Renato Sanches, que está aqui há mais de 5 horas, desde às 9 horas da manhã. Antes de iniciar a oitiva, V.Exas. falarão como Líderes, terão o nosso total apoio e, em seguida, começaremos a oitiva, porque nós temos também Ordem do Dia hoje, que já foi iniciada. Sabemos que as oitivas, muitas vezes, ficam prejudicadas com muitas votações nominais. Então, eu irei...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ela foi votada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, ela não foi votada. Eu irei explicar quando terminar aqui. Eu estou explicando que vou chamar o Sr. Renato Sanches. O que eu tenho a dizer sobre a reunião deliberativa? Ela obrigatoriamente não pode mais deliberar nenhum requerimento. O requerimento da Sra. Stael, por termos tido discussão longa, não pôde ser apreciado. Então, o requerimento continua na pauta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mesmo em curso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mesmo em curso, nós não podemos apreciá-lo. Está aqui o Ato da Mesa, que farei chegar às mãos de V.Exa., declarando que a deliberação na CPI está efetivamente suspensa, não havendo nenhum empecilho regimental para oitivas. Ou seja, podemos ter oitivas, mas não podemos deliberar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, tudo bem. A compreensão era só: como já estávamos em votação, em processo de votação...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estávamos em discussão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pois é, em discussão, em processo de discussão da matéria, se a gente poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas aí eu abro margem para que se dê entrada em um recurso e a convocação fique prejudicada. Eu prefiro fazer em outra hora, com mais responsabilidade e segurança para cumprirmos o Regimento, sem estarmos aqui atropelando o que dizem as nossas normas regimentais.

Está encerrada a reunião deliberativa.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu tinha uma inscrição como Líder e o tempo de 1 minuto também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou repetir: eu darei a palavra a V.Exa. como Líder, darei a palavra ao Deputado Ivan Valente como Líder. Eu estou apenas agilizando e chamando o Sr. Renato Sanches, que já está aqui, para que a gente possa iniciar. Antes de passar a palavra ao Relator e fazermos aqui o procedimento, darei a palavra para que V.Exas. possam se colocar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu também estou inscrita, Presidente. Deputada Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos, como já fizemos, e à audiência pública da sub-relatoria, coordenada pelo Deputado André Moura, para investigação de irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África, mais a recuperação de ativos, para tomada de depoimento, com a presença do Sr. Renato Sanches Rodrigues, Diretor de Operações e Participações da Sete Brasil, pela aprovação do Requerimento nº 452, de 2015, de autoria do Deputado André Moura.

Dando continuidade à Ordem do Dia, informo que, após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que o depoente Renato Sanches Rodrigues será ouvido na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado.

Ele já tomou assento à mesa.



Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal, pela prática do crime previsto, e no art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952.

V.Sa. pode ler.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção dos senhores e senhoras para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogados a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Darei a palavra ao Deputado Afonso Florence, pela Liderança do PT.

V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Relator Luiz Sérgio, Sr. Renato Sanches, o propósito é explicitar a posição do Partido dos Trabalhadores em relação ao conjunto da CPI, em relação ao administrativo, em relação a alguns fatos que foram aludidos aqui por um Parlamentar que me antecedeu e que não correspondem à verdade.

Primeiro: a gestão na PETROBRAS, no mandato do Presidente Lula, no mandato da Presidenta Dilma, foi sempre sob a orientação do Conselho de Administração, do Governo, voltada para o desenvolvimento da cadeia de petróleo e gás, para o incremento da economia brasileira, inclusive, em especial, a partir do pré-sal, com o regime de partilha e com a política de conteúdo local.

Os resultados são bastante expressivos, e a Operação Lava-Jato veio em bom tempo, porque identificou a ocorrência de práticas ilícitas gestadas, a partir da existência de um cartel fora da PETROBRAS. E todos os sólidos indícios são de que ele operava já há muitos anos.



Houve premiação do jornalista Ricardo Boechat, em prêmio da imprensa no fim dos anos 80, início dos anos 90, com denúncias sobre cartel na PETROBRAS e participação em ilícitos de seus dirigentes. Houve denúncia do jornalista Paulo Francis, reiterada através de uma denúncia de que ele morreu, em depressão, num artigo escrito pelo Elio Gaspari no fim dos anos 90.

A extensão dos investimentos na PETROBRAS, o crescimento exponencial do número de contratos levou ao que aqui foi dito pelo Pedro Barusco: a uma institucionalização da corrupção. E, perguntado por Parlamentares, inclusive por mim, ele disse que essa institucionalização decorria do aumento do número de contratos e do envolvimento de diretores.

Perguntado sobre o envolvimento do PT, Pedro Barusco disse que supunha, que não sabia se a participação do PT era legal ou ilegal, que não podia afirmar, que não tinha prova. Ele supunha valores, a partir de discussões sobre percentuais, em que ele não conseguia distinguir se a presença do petista era de arrecadador partidário ou de praticante de atos ilícitos. E disse aqui que não conseguia apontar quais eram os atos ilícitos.

A continuidade dessa investigação, para nós, é muito importante, mas há, em paralelo, um processo já bastante expressivo, evidenciado por números de recuperação da PETROBRAS.

A PETROBRAS acabou de ser premiada com o prêmio OTC. Ela publicou seu balanço. O impacto dessa publicação levou a uma alta, a um fim de alta, no mesmo dia, de mais de 8%, de quase 8,5%, de 8,43%. Nos últimos meses, nós tivemos um expressivo aumento da produção de petróleo. Chegamos a 800 mil barris de petróleo, rapidamente atingindo os 6.374 poços convencionais, sendo superado em 8 anos o que levamos mais de 40 anos para realizar.

No último período, houve uma valorização de 40% no valor das ações da PETROBRAS. Ao mesmo tempo, já há um conjunto de indicadores de queda da inflação, de recuperação do cenário positivo, a partir da aprovação da MP 665 aqui na Câmara Federal; ontem, da MP 664 e, agora, apenas há os destaques, começando a Ordem do Dia. Quer dizer: é um cenário que desenha uma reversão de um quadro de expectativas negativas.



Recentemente, ouvido o Sr. Paulo Roberto, diferentemente do que foi dito aqui, porque houve uma absoluta distorção da verdade, ele disse agora, nesta semana — foi divulgado pela imprensa; não pude estar presente, mas foi divulgado pela imprensa —, que havia uma participação de políticos desde o Governo Itamar e, depois, no Governo FHC. Disse que tinham ficado de fora no Governo Lula, fizeram uma articulação e conseguiram — isso foi o ex-Deputado — a indicação do Paulo Roberto, e aí voltaram a operar. Infelizmente, nós não conseguimos que esta CPI retroagisse na investigação.

O propósito do Partido dos Trabalhadores é investigar, independentemente de quem seja o objeto da investigação, seja agente econômico, seja agente público, seja de que filiação for. Patrocinamos a vinda de Vaccari, da ex-Presidenta Graça Foster, do ex-Presidente Gabrielli e temos uma avaliação de uma evolução positiva do quadro dessa investigação.

Vale registrar que repudiamos, refutamos veementemente o que foi dito aqui. O que houve aqui foi uma disputa de como seria esse desenlace administrativo, porque há uma nuvem sobre a possibilidade de convocação do Procurador-Geral da República, e nós achamos que esse não é um ato que deve sequer ser pautado. Mas, sobre convocação de Presidente, há um requerimento nosso de convocação do Presidente do PSDB, que foi citado pelo Leonardo Meirelles, pelo Youssef, como tendo recebido recursos, e há indícios que devem levar à investigação. Há requerimento de convocação do Presidente do DEM, um atual Senador, que é objeto de investigação decorrente de delação premiada.

Então, não é fato, não é verdade. Há disputa política, mas a investigação existe e convém que seja feita. Ela está limpando a PETROBRAS e o Brasil da corrupção. Há disputa política, mas há um cenário econômico de retomada, de expectativas positivas, e aí o papel da Sete Brasil, a execução das obras previstas, a retomada da atividade econômica na cadeia de petróleo e gás, a conclusão das obras de estaleiros que estiveram paralisadas, tudo isso é muito importante.

Então, um depoimento que possa esclarecer os aspectos referentes à investigação é oportuno, mas é oportuno também que nós consolidemos essa empresa como instrumento da economia brasileira. É um instrumento existente em todos os países do mundo, nos países que têm atividade econômica intensa, e no



Brasil não é diferente. Não é a única. Em vários setores há sociedades de propósito específico nas áreas, por exemplo, do saneamento, da infraestrutura, da geração de energia. E nós temos a expectativa de retomada dos investimentos e da conclusão das obras de estaleiros que estão em execução e que têm alguma intercorrência, em decorrência desse cenário turbulento iniciado no meio do ano passado e intensificado no final do ano passado.

Queremos dizer que vamos perseverar nas investigações, não vamos compartilhar da prática de generalizar as acusações. Manifestei-me contrariamente ao relatório paralelo apresentado pelo Deputado Carlos Sampaio, na CPMI, no ano passado, que, entre outros equívocos, propunha o indiciamento do ex-Presidente do próprio PSDB, a partir apenas de uma delação premiada, sem a constituição de substantivas provas.

Portanto, a orientação do Partido dos Trabalhadores é límpida. Vamos continuar a defender os direitos do povo brasileiro, com uma reforma política sem financiamento empresarial, uma reforma política com a paridade das mulheres, contra o distritão, contra a terceirização, com a retomada da capacidade de investimento. Defendemos e aprovamos nesta semana a MP 663, que vai garantir recursos públicos para infraestrutura, para logística e para as cooperativas. Por isso, eu tinha que retificar o que foi dito aqui. Ocorreu justamente o oposto do que foi dito aqui pelo Deputado que me antecedeu.

Essa é a posição do Partido dos Trabalhadores. Temos a expectativa de que essa oitiva de hoje vai contribuir com o avanço dessas investigações. Infelizmente vamos ficar nessa situação de votação nominal ocorrendo no plenário, indo lá e vindo cá, mas a nossa assessoria e a assessoria dos demais partidos certamente vão aproveitar, e vamos também participar com os questionamentos necessários. Essa é a posição do Partido dos Trabalhadores, e vamos consolidar a liderança da Presidenta Dilma. O Presidente Lula é o maior Presidente da história do País, gestão prova que melhorou a vida do povo. Vamos perseverar na investigação, porque ela, com certeza, vai limpar o Brasil definitivamente da corrupção que se iniciou lá atrás, nos anos 90. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem até 3 minutos, pela Liderança do PSOL. Em seguida, Deputado Izalci, pela Liderança do PSDB.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu acho que a atividade da CPI, no dia de hoje, da forma como foi feita, não contribui para o bom andamento dos trabalhos. Eu acho isso porque não adianta nós aprovarmos 500 requerimentos, nós temos que ter uma seleção de requerimentos. O próprio Relator fez uma seleção, e nós não sabemos qual é a ordem de prioridade.

Nós entendemos que a CPI tinha que ter a aprovação daqueles requerimentos que são de fato os que têm maior substância política e têm uma ordem de prioridade a ser seguida. Hoje, nós tivemos uma obstrução aqui de 5 horas, porque se se quer, realmente... O Deputado Paulinho não ficou aqui na reunião, mas apenas apresentou um requerimento ultraproblemático, para convocar o Procurador Janot, que é uma intimidação ao Ministério Público, uma coisa que desmoraliza a CPI. Não dá nem para entender por que ele faz isso. Acho que a CPI rejeitará esse tipo de pedido, mas fica pairando no ar um tipo de ameaça desmoralizante, inclusive, pelo conteúdo do requerimento.

Há outros requerimentos e, se nós adiantarmos o debate, como no caso de requerer a presença de Presidente de República, etc., sem que a CPI tenha ouvido delações premiadas inteiras de empresários, sem acareações, é evidente que será um fato político apenas. Nós estamos tentando avançar na direção de pessoas que tenham o que dizer. Fomos a Curitiba, ouvimos doleiros, temos que continuar ouvindo aqueles que operam, aqueles que levam o dinheiro, aqueles que têm informações precisas a dar. Nós precisamos avançar mais nisso. Nós não podemos perder uma reunião inteira hoje só para aprovar requerimentos um a um, etc.

Então, eu acho que há requerimentos que já deviam ter sido aprovados há muito tempo aqui. É o caso daquele do convite ao Sr. Júlio Camargo, para o qual há 3 proponentes: um do PSDB, o Deputado Onyx e o nosso requerimento. O Sr. Júlio Camargo já devia ter vindo, ele está na capa de todos os jornais de hoje. Ele é sócio, na Toyo Setal, do Augusto Mendonça. E tem mais: nós temos 48 Parlamentares envolvidos nessa história. Nós não temos planejamento para ouvir



ninguém aqui. Eu não sei se foi uma deliberação, tomada não sei onde de que nós não podemos ouvir também Parlamentares nesse processo — aqueles acusados.

Então, passa para a sociedade — eu quero terminar assim — certa visão que não corresponde até aos fatos, porque a CPI tem ouvido pessoas que têm muito a contribuir. Mas nós deveríamos fazer um balanço. E é esta proposta que quero fazer a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Que a gente reúna, para fazer um planejamento, além dos empresários que já estão colocados, uma ação da CPI em que a gente alterne os requerimentos que estão para entrar na pauta há tanto tempo com esses requerimentos. Senão, haverá sempre a exclusão daqueles que são minoria na CPI. Nós deveríamos ouvir as pessoas que têm algo, de fato, a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, faço esse balanço em nome do PSOL. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Dando seguimento ao nosso trabalho... O Deputado Izalci tinha pedido a palavra, como saiu, vamos dar seguimento à nossa oitiva. Quando S.Exa. chegar e requisitar a palavra como Líder, nós daremos a palavra ao Deputado Izalci.

Com a palavra o Sr. Renato Sanches Rodrigues, por até 20 minutos, para fazer sua saudação inicial.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente Hugo Motta, em nome de quem saúdo os demais Parlamentares aqui presentes. Meu nome é Renato Sanches Rodrigues, sou engenheiro civil, eu me pós-graduei na PETROBRAS em Engenharia de Petróleo. Vou fazer agora, em janeiro do ano que vem, 40 anos de trabalho. Comecei trabalhando numa empresa de sondagem, de 76 a 80. Em 80, eu entrei na PETROBRAS e fiquei inicialmente embarcando em plataformas. Depois, eu fui para o Rio de Janeiro e, em 84, a PETROBRAS iniciou o seu programa de águas profundas, com a chegada do primeiro navio de posicionamento dinâmico, especializado em trabalhos em águas profundas, em dezembro de 84. Eu tive a oportunidade de me integrar à equipe da PETROBRAS, que passou a trabalhar nessa atividade. Em 85, logo no início, em fevereiro, se não



me engano, chegou o segundo navio. E, a partir daí, com as descobertas grandes — Marlim e Albacora —, a intensidade da atividade em águas profundas aumentou na PETROBRAS e no Brasil. Em 91, inclusive nesse... Por volta de 90 ou 89 — não estou bem certo —, foi criada uma Divisão Técnica de Águas Profundas, da qual tive oportunidade de ser o gestor. E, em 91, eu fui convidado a assumir uma posição de Gerente-Geral da BRASOIL, em Angola. A BRASOIL era uma subsidiária da BRASPETRO, que era o braço internacional da PETROBRAS. Lá em Angola, então, em 91, eu comecei a trabalhar na atividade de operação de sondas. Foi o meu início na atividade de operação de sondas. Lá nós tivemos a oportunidade de trabalhar com empresas como a ELF, Texaco, a própria Sonangol, a Chevron. Em 95, eu retornei ao Brasil. No final de 95, eu retornei ao Brasil. Em 96 ainda, fui para a Bacia de Campos trabalhar embarcado, em operações submarinas de inspeção de poços, sob a chefia do engenheiro Formigli, que veio a ser o Diretor de E&P, na gestão da Graça Foster. No final de 96, a PETROBRAS lançou um plano de demissão voluntária, e eu saí da PETROBRAS por esse plano. Em 97, eu entrei na Schahin. A Schahin era uma das poucas empresas — acho que naquela ocasião só tinham duas empresas — que possuíam sondas de águas profundas. E era uma oportunidade que eu via de contribuir, de provar, de colocar em prática a experiência que eu tive na atividade de águas profundas. Esse navio estava muito mal na PETROBRAS. A PETROBRAS tem um *ranking* que ranqueia as sondas por *performance*. O navio, acho que estava em último lugar até. E nós conseguimos, com trabalho, principalmente com trabalho de colocação, de substituição de estrangeiros por brasileiros. Esse navio foi o primeiro navio dessa categoria a trabalhar com 100% de brasileiros aqui no Brasil. Normalmente, as outras empresas trabalham nas posições-chave com estrangeiros e, nas demais posições, com brasileiros. Nós tivemos sucesso, e esse navio foi, durante muitos anos, uma referência em termos de *performance*, ocupando sempre o primeiro, o segundo ou o terceiro lugares ao final de cada ano, segundo esse *ranking* da PETROBRAS. Em 96, desculpem-me, em 2006, a Schahin teve mais dois contratos, que foram de sondas em construção na China. Em 2008, foram mais dois navios para construção na Coreia. Eu tive a oportunidade de acompanhar a construção dessas sondas. Essas sondas começaram a entrar em operação em 2011. Normalmente, uma



sonda dessa, para entrar em operação, tem um período que se chama de *ramp up*. É um período em que ela começa com uma *performance* bem baixa e vai crescendo na medida em que há uma familiarização entre os tripulantes da embarcação e os equipamentos, um aprendizado, um conhecimento maior. E nós fizemos um plano para que isso ocorresse da forma mais rápida possível, novamente utilizando predominantemente, quase na totalidade, brasileiros. E essas sondas entraram em operação praticamente sem nenhum tipo de perda de tempo, já chegando com *performance* de 98% a 99%. Isso aí chamou a atenção. Para a PETROBRAS, que era a cliente, era excelente, porque já dispunha da sonda na sua plenitude de *performance*. Mas, em final de 2011, eu tive um problema de saúde, esse problema de saúde foi no coração. Isso me gerou um problema de estresse e uma espécie de síndrome do pânico, e eu fui afastado das operações. Eu fiquei 3 meses e pouco fora do trabalho. Quando retornei, a empresa entendeu que era melhor eu me manter um pouco mais afastado da atividade de frente. Fiquei um pouco mais dando suporte, ajudando nos momentos mais difíceis. Uma plataforma dessa trabalha 24 horas por dia. Então, com cinco, seis plataformas trabalhando 24 horas por dia, é muito difícil se fazer qualquer outra coisa que não seja cuidar delas. Eu fui dando esse apoio, mas as atividades que me foram passadas não foram atividades motivantes, e eu fui ficando cada vez mais com saudade de voltar à operação. No início de 2014, eu saí da Schahin. Durante alguns meses, fiquei estudando algumas propostas, quando eu recebi um convite do ex-Diretor Formigli, José Formigli. Ele me ligou e disse que estaria no final do mandato de um Diretor de Operações da Sete Brasil e que ele gostaria de contar comigo lá. Eu tive a oportunidade de perguntar a ele: “Por que eu?” Ele disse que gostou muito do meu trabalho e que ele queria que eu repetisse na Sete aquilo que foi feito na Schahin, porque era muito importante para a PETROBRAS que essas sondas novas, fabricadas aqui no Brasil, entrassem em operação de forma mais rápida possível e já atingissem *performance*, porque isso ia ajudar o cronograma da PETROBRAS de perfuração e, consequentemente, de produção. Bom, eu topei, eu aceitei. Eu achei que ia ser um desafio, era um retorno à operação, um desafio bastante grande, com a vantagem ainda de trabalhar com sondas feitas aqui por brasileiros. Enfim, eu aceitei e, em junho de 2014, eu entrei na Sete Brasil. Logo quando entrei na Sete Brasil, naquela



ocasião, a Diretoria de Operações acumulava, tinha duas áreas dentro da Diretoria de Operações: uma área de operações propriamente dita, que seria voltada à operação futura das sondas; e tinha uma área de engenharia, que era a área que estava cuidando das construções das plataformas. Então, isso tudo estava numa mesma engenharia. Como a área de operações ainda era muito pequena, porque não tinham sondas ainda próximas de entrar em operação, aquilo estava bem acomodado. Mas, como já estava chegando no momento, já existia previsão de, nesse ano, termos sondas sendo entregues — e, normalmente, é preciso começar a cuidar da sonda, para efeitos de operação, para efeitos de ela entrar bem em operação, mais ou menos, 1 ano antes de ela ser entregue pelo estaleiro —, quer dizer, isso apontava, sinalizava um crescimento na área de operações e ainda continuava uma demanda grande na área de engenharia. Então, houve a divisão da Diretoria de Operações em uma Diretoria de Engenharia, que cuida dos estaleiros, e uma Diretoria de Operações, que foca a operação das sondas, o preparo das sondas e a relação com os operadores que irão operar essas sondas. Eu faço parte dessa Diretoria de Operações. Então, neste momento, eu já estou praticamente com 23, 24 anos na atividade de operações de sonda. Com relação ao meu problema de saúde, que me impediu de vir aqui na audiência passada, eu realmente tive um problema, além daquele que eu tive em 2011. Eu tive uma ocorrência em outubro do ano passado e tive uma outra ocorrência dia 27 de abril deste ano. É uma ocorrência muito desagradável, uma arritmia. Eu fui atendido, fui medicado. Eu já tomo medicamentos, só que é uma coisa que ainda está em investigação. Desde aquela época, continua a investigação. Já fiz inúmeros exames para tentar descobrir o que causa, o que dispara o mecanismo da arritmia. Eu estava disposto a vir, mas comecei a não me sentir bem, provavelmente, talvez, devido ao nervosismo, a todo esse envolvimento. Eu liguei para o meu médico, e a sugestão era de aumentar a dose do remédio. E ele disse para eu não fazer isso, porque o remédio que eu estava tomando era o Ritmonorm. Ele disse que esse remédio em doses maiores poderia provocar a arritmia — existem casos — então que era arriscado eu tomar, vir e não passar bem. Então, ele sugeria trocar o remédio, mas também esperar um tempo para ver a reação do organismo. Então, por conta disso, por sugestão do médico, eu pedi a liberação daquela vez. Bom, com relação à minha solicitação



também de dispensa, no requerimento para minha participação aqui, foi dito que eu seria o Diretor de Operações na época em que ocorreram os desvios. Eu não era, eu entrei em junho do ano passado. E eu também não respondo pela área onde foi identificado desvio na delação premiada do Sr. Barusco. Eu trabalho na área de operações de sonda, não trabalho na área ligada aos estaleiros, aos contratos com os estaleiros. Então, por isso, eu imaginei que poderia não ser exatamente eu a pessoa que V.Exas. gostariam de ouvir. Mas, enfim, estou aqui e estou à disposição para prestar o meu depoimento aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Quero agradecer as palavras do Sr. Renato Sanches.

Passo a palavra, agora, ao nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio, pelo tempo que julgar necessário.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Renato Sanches, em relação à sua trajetória profissional, V.Sa. aqui já falou; quanto ao ingresso na PETROBRAS, também. Mas, na PETROBRAS, nos cargos de gerência que V.Sa. já ocupou, quem eram os seus respectivos superiores em cada período?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, quando eu entrei, quando eu fui para o Rio de Janeiro, eu fui para o Setor de Operações Marítimas, que era o setor que acompanhava as atividades *offshores* na costa brasileira inteira. Meu chefe era o Josemar Lucas de Souza. Depois, mais tarde, quando eu assumi a Divisão de Perfuração, que era a divisão que fazia os projetos dos poços, o meu chefe continuou também sendo o Josemar Lucas de Souza. Depois, eu fui para a DIVAP, que era a Divisão — técnica — de Águas Profundas, e o meu chefe, se não me engano, foi... Eu não me recordo aqui agora, porque ele era uma pessoa do DEPRO, que assumiu a Superintendência do Departamento de Perfuração: Gilvan, Dr. Gilvan. E, quando eu fui para Angola, meu chefe imediato, num primeiro momento, foi o Dr. Rafael Dória; num segundo momento, foi o Sr. Leduvy Gouvea. Quando eu retornei ao Brasil — eu citei aqui —, eu trabalhei na área do Sr. José Formigli. E eu depois saí da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No período em que V.Sa. ocupou cargos na PETROBRAS, houve indicação política para esses cargos que V.Sa. ocupou?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, todos os cargos foram os meus chefes imediatos que me indicaram.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. trabalhou na Schahin entre 1997 a 2012, é isso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - A 2014.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A 2014.

V.Sa. tem conhecimento da data em que se iniciaram as relações comerciais entre a Schahin com a PETROBRAS?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, não me recordo. Quando eu entrei na Schahin, a Schahin já tinha dois contratos, bom, na área de óleo e gás. As outras áreas eu não acompanhava, era coisa de São Paulo, eu ficava em Macaé. A minha interface era com o Rio de Janeiro, eu me reportava ao Rio de Janeiro. Tinha dois contratos: um com uma plataforma, uma Jack-up, que é a North Star, e com um navio, do qual eu fui ser gerente, o SC Lancer.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. foi gerente de navios que exploravam, em conjunto com a PETROBRAS, para a Schahin?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Exato. Eram navios que pertenciam à Schahin, que eram afretados à PETROBRAS e operados pela Schahin na perfuração de poços.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então quando V.Sa. foi trabalhar na Schahin, a Schahin já tinha contratos com a PETROBRAS?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E, na PETROBRAS, V.Sa. trabalhou em algum desses processos em que a Schahin depois acabou sendo a vencedora?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, indo para a Sete Brasil, V.Sa. poderia detalhar aqui a governança corporativa da empresa Sete Brasil no que concerne às diretorias? Como são indicados os seus membros? Como se deu a sua indicação?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, os acionistas da Sete Brasil são compostos pela PETROBRAS e pelo FIP Sondas. O FIP Sondas é basicamente formado por empresas financeiras. Então eles indicam o Diretor Financeiro, e a



PETROBRAS, que é o outro acionista, indica o Diretor de Operações. E, através de uma lista tríplice, é submetido um nome para aprovação do Conselho para o Presidente. Apesar da indicação do Diretor de Perfurações... de Operações, ser feita pela PETROBRAS, o nome pode ser rejeitado pelo Conselho.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. poderia detalhar como se deu a contratação para a construção das 7 primeiras sondas e das 21 do segundo bloco? Como foi que as empresas chegaram ao processo de serem as vencedoras desses processos licitatórios na empresa Sete Brasil?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, o processo das primeiras sete sondas ocorreu dentro da PETROBRAS — eu não tenho conhecimento, detalhes desse processo. Já as 21 sondas, que vieram posteriormente, foi uma licitação. Se não me engano, foram convidadas 26 empresas para participar dessa licitação, mas, devido ao risco de construir no Brasil, com estaleiros alguns deles ainda *greenfield*, quer dizer, não estavam construídos, com problemas de financiamento, quase a totalidade desistiu, ficando remanescente, remanescendo apenas três concorrentes: a Sete Brasil, a Pacific Drilling e a Ocean Rig — Pacific Drilling e Ocean Rig, duas empresas estrangeiras. A Pacific Drilling não chegou a apresentar proposta, porque ela encontrou problemas de financiamento, pelo menos é o que foi comentado na época, e houve a concorrência entre a Ocean Rig e a Sete Brasil. Na primeira rodada dessa concorrência, os preços ficaram acima do esperado pela PETROBRAS. A PETROBRAS fez um novo *bid*. Nesse novo *bid*, as taxas baixaram, mas, ainda assim, ficaram acima das expectativas da PETROBRAS. Aí, ela cancelou a licitação e chamou para uma negociação direta, quando ela conseguiu baixar as taxas para níveis de mercado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., é evidente, tem conhecimento de que as plataformas que a empresa Sete Brasil está construindo serão depois afretadas para a PETROBRAS. Os preços desses afretamentos estão compatíveis com as métricas internacionais dos afretamentos? V.Sa. poderia versar sobre esse tema?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Como eu tinha dito antes, quando a PETROBRAS fez a negociação final, em que ela conseguiu reduzir mais ainda as taxas, ela trouxe as taxas para dentro dos parâmetros esperados por ela, que eram



os parâmetros internacionais vigentes naquela época. Isso varia muito. As taxas de sondas, há 1 ano e meio, estavam na faixa de 620, e hoje já estão bem mais baratas. Então, isso varia muito ao longo do tempo. Mas, na ocasião em que as sondas foram contratadas, elas foram contratadas com taxas muito próximas das taxas praticadas no mercado, apesar de as sondas apresentarem conteúdo local, o que favorecia muito a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em sua carreira no setor de petróleo, que é uma carreira considerável na PETROBRAS e fora da PETROBRAS, V.Sa. teve conhecimento ou notícia da existência do cartel de empresas que mantinham negócios com a PETROBRAS?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, eu nunca tive. Eu também fiquei muito tempo afastado. Eu fiquei 5 anos fora do País e depois eu fiquei em Macaé. Em Macaé, o que tem lá, o que se discute lá, o que se conversa é sempre operação de sondas. A gente está muito afastado do que acontece no Rio, na PETROBRAS. Então, não tive, nunca soube disso nesse período.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. teve conhecimento do teor da delação premiada do Sr. Pedro Barusco? O que V.Sa. tem a dizer sobre os relatos de ilícitos praticados pela Schahin Engenharia?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, eu fiquei impressionado de duas formas. A primeira foi pela extensão. Eu não podia imaginar que uma coisa dessas estivesse acontecendo na PETROBRAS, e também não podia imaginar que isso estivesse acontecendo na própria Schahin. Isso me fez até parecer meio ingênuo, mas, como eu trabalhava em Macaé — a minha interface era o Rio de Janeiro, e os contratos, as negociações feitas pela Schahin normalmente eram feitas pelo pessoal de São Paulo e o comercial do Rio de Janeiro —, o meu envolvimento era somente com informações operacionais, com custos de operação, análise de cláusulas contratuais que são penalizantes, multas, etc., então a parte comercial eu nunca acompanhei.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na empresa Sete Brasil, o Sr. Pedro Barusco também faz acusações de que diretores teriam recebido recursos indevidos. Na empresa Sete Brasil, V.Sa. teve conhecimento disso? Alguém relatou



esse fato? Como o senhor recebeu essa notícia do Pedro Barusco de que na empresa Sete Brasil também havia um processo de corrupção profundo, ali dentro?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Também foi uma surpresa para todos nós, porque, quando nós entramos na Sete Brasil, a equipe que estava lá era a equipe que trabalhava com a administração anterior. Essa equipe continua trabalhando conosco. É uma equipe excelente, e nunca foi mencionado, nunca foi levantada nenhum tipo de suspeita de que isso poderia ter acontecido. Então, foi realmente uma surpresa. Embora, na delação premiada do Sr. Barusco, ele fale que isso ocorreu por fora — aí realmente ficava talvez difícil perceber que isso teria ocorrido, as auditorias também não detectaram nada, porque os contratos estão perfeitos —, talvez por isso não tenha aparecido nada, nenhuma suspeita.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu tenho ainda uma sequência de perguntas, mas confesso que hoje eu mal tomei café, então as letras já estão sendo miragens na minha frente. Eu já falei que o efeito colateral da CPI é que nós vamos sair daqui enjoados de barras de cereais.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Os fabricantes de barrinhas agradecem.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu passo ao Sub-Relator André Moura, que é o autor do requerimento, para que ele possa fazer as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Antes do Sub-Relator André Moura, o Deputado Izalci pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pode passar para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Pode passar para ele? *(Pausa.)* O.k., então.

O nosso requerente e Sub-Relator André Moura está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Cumprimento o Sr. Presidente Deputado Celso Pansera, o Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, o Sr. Renato Sanches.

V.Sa., Sr. Renato, assumiu a Diretoria de Operações e Participações da Sete Brasil em meio a uma série de escândalos. Obviamente, V.Sa. sabia muito bem onde estava pisando, tendo também consciência da função social dessa empresa, especialmente no contexto da economia brasileira. Assim, espero que V.Sa.



colabore de forma honrosa para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito e, sobretudo, o povo brasileiro recebam as explicações a que têm direito, em vista dos comprovados e gravíssimos ilícitos apurados.

V.Sa. foi convocado para comparecer a esta CPI, no último dia 7 — e V.Sa. já trouxe a sua versão —, porém enviou um atestado médico com recomendação de repouso e para evitar situação de estresse. Mas, quando V.Sa. aceitou o convite da Sete Brasil para assumir a Diretoria de Operações, em meio a uma série de escândalos, V.Sa. já tinha um problema de saúde e sabia que iria passar por essas situações de estresse, não aqui, nesta CPI, mas obviamente lá na Sete Brasil.

A consulta de V.Sa. lá havia ocorrido 10 dias antes da data da audiência, em 27 de abril, e o atestado não informava o tempo que V.Sa. deveria permanecer de repouso. Assim, a justificativa apresentada a mim não me convenceu, como Sub-Relator, e quero crer que a alguns dos membros que aqui estão.

V.Sa. já trouxe aqui a desculpa de sua ausência, mas essa ausência é por que V.Sa. tem alguma coisa a temer ao comparecer ou a se manifestar nesta CPI?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - De forma alguma, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. tem culpa no cartório?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não.

Qual o envolvimento de V.Sa. no esquema de corrupção da PETROBRAS através da Sete Brasil?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Nenhum.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nenhum.

V.Sa. é especialista na construção e operação de sondas em águas profundas — V.Sa. acabou de falar aí, como consta também em seu currículo, no sítio da Sete Brasil, na Internet —, com experiência na PETROBRAS, na Schahin Engenharia e como consultor independente. Então, já que V.Sa. tem esse currículo, como foi concebido o modelo de contratações de navios-sondas e plataformas de perfuração da PETROBRAS que levou à criação da Sete Brasil Participações S.A.? V.Sa. teve participação na formatação desse modelo?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Invertendo as perguntas, não, eu não tive nenhuma participação na elaboração desse modelo. Eu não sei, eu não



estava aqui, eu não participei... Eu soube da Sete Brasil prestando informações para o pessoal da Schahin, que, em determinada época, cogitava participar do projeto. Então, eu me lembro de que eu estava de férias e eu fui perguntado sobre informações de custos, sobre os tipos de plataforma que estavam sendo solicitados aqui, quais seriam os riscos operacionais. Eu informei, passei isso aí para o pessoal da Schahin, o pessoal comercial e os donos, mas depois — eu nem sei direito — a Schahin ficou fora do processo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, V.Sa. teve participação; como consultado que foi, mas teve participação. V.Sa. disse que não, e agora está dizendo que teve. Teve ou não teve?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Na criação da Sete Brasil, não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Eu vou reformular a pergunta, porque eu perguntei a V.Sa. sobre a contratação de navios-sondas da PETROBRAS para perfuração de petróleo, o que levou à criação, depois, da Sete Brasil. Eu perguntei se V.Sa. teve participação nessa formatação desse modelo através de sua experiência na área. V.Sa., num primeiro momento, disse que não. Depois, na mesma resposta, V.Sa. disse que foi consultado. V.Sa. teve participação ou não?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, eu entendo que a participação... Se puder ser entendido que eu prestei informações para algum momento do processo em que se montavam as propostas dos operadores que fariam parte da Sete Brasil, eu tive uma pequena participação, sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, V.Sa. reformulou a sua resposta.

Quantas sondas — independentemente de ter participado diretamente da formação, mas, como Diretor de Operações, V.Sa., creio, tem essas respostas — foram projetadas? Quantas e quais empresas foram contratadas para a sua construção? Quem são ou eram os seus representantes?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - O que V.Exa. quer dizer com representantes?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu não estou aqui para ser perguntado por V.Sa.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - É só para entender.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Então, eu vou lhe perguntar passo a passo. Quantas sondas foram projetadas?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Foram projetadas 28 sondas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quantas e quais empresas foram contratadas para a sua construção?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Foram contratados cinco estaleiros.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Cinco estaleiros. E quem são ou eram os seus representantes, os representantes desses estaleiros?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu não sei, porque a Schahin não participou, não chegou ao processo final de ter contato com o estaleiro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E V.Sa., enquanto diretor, não sabe essa informação?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu sei os estaleiros que estão construindo: o Estaleiro Atlântico Sul, o Estaleiro Enseada, o Estaleiro BrasFELS, o Estaleiro Jurong e o Estaleiro Erg, no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E todos esses estaleiros são sediados onde?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - No Rio Grande do Sul, o Erg; o Jurong, no Espírito Santo; o BrasFELS, no Rio de Janeiro; o Paraguaçu, na Bahia; e o Atlântico Sul, em Pernambuco.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Como Diretor de Operações, que participa das decisões da Sete Brasil, como V.Sa. me explica que esses estaleiros são sediados no Brasil, mas suas sociedades estão sediadas, por exemplo, na Holanda? Por que não são sediadas aqui no Brasil, se a concepção da Sete Brasil foi privilegiar a mão de obra e a empresa brasileira? Se esses estaleiros estão em solo brasileiro, por que há essas sociedades? E aí V.Sa. não venha me responder que na época não era V.Sa. o diretor, porque V.Sa. é diretor agora e obviamente deve saber me explicar por que essas sociedades estão sediadas na Holanda, por exemplo.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, em todas as empresas que prestam esse tipo de serviço para a PETROBRAS, o afretamento é feito com uma



empresa no exterior e o contrato de prestação de serviços é feito com uma empresa no Brasil. Por que o afretamento é feito no exterior, mesmo o de empresas brasileiras? Porque ele se beneficia do regime do REPETRO, que é uma isenção de impostos para alguns itens que são utilizados nas plataformas; porque senão o estrangeiro, com a plataforma estrangeira, sairia beneficiado em relação a um concorrente brasileiro que estaria com a sonda com a bandeira brasileira, que não teria direito ao REPETRO.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa., como diretor da Sete Brasil, responda-me, por favor, qual é a finalidade, qual é a concepção. Quando a Sete Brasil foi criada, qual era a sua finalidade? Qual era a concepção na criação? Quando se formatou, quando se teve a ideia da criação da Sete Brasil, qual era a concepção dela? Qual era a finalidade dela?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu não sei. Eu posso supor aqui por experiência, por coisas que eu ouvi falar, porque eu não estava presente e não acompanhei esse processo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, o senhor supõe que é por quê?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, hoje, depois do que eu percebi lá na Sete Brasil, para se construírem sondas aqui no Brasil, existe muito risco: o risco do estaleiro, o risco do financiamento, como nós tivemos a oportunidade de viver. Se isso for pulverizado, como se tentou... A Pacific Drilling, na concorrência, tentou participar, não conseguiu financiamento, não conseguiu garantias. A Ocean Rig conseguiu, num primeiro momento, mas acabou também saindo. Isso tinha que ser construído sob uma forma de portfólio. O portfólio, com sondas em estaleiros diferentes, permitia que eventuais problemas nos estaleiros fossem compensados com algum avanço melhor em outro estaleiro: alguma SPE, que são essas Sociedades de Propósito Específico, que eventualmente estivesse tendo uma dificuldade pudesse ser socorrida por uma outra. Se isso fosse pulverizado, isso não poderia acontecer e seria muito difícil conseguir empresas, como foi, que pudessem assumir riscos de estaleiros que sequer estavam implementados naquela ocasião. Isso é a leitura que eu tenho da Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, a leitura de V.Sa. é de que a Sete Brasil foi criada exatamente por conta dessa dificuldade de pulverizar a



construção desses navios-sondas, e aí a ideia era concentrar toda a construção na Sete Brasil. Para isso ela foi criada, com essa finalidade de concentrar ali toda a construção dos navios-sondas que eram objeto de planejamento futuro da PETROBRAS. Inicialmente eram 40: 12 construídos num primeiro momento, e 28 exatamente para não ter essa pulverização. A Sete Brasil foi criada exatamente para ser responsável pela construção desses 28 navios-sondas?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não é bem isso o que eu tentei dizer. Talvez eu não tenha me expressado bem. A Sete Brasil propiciou, quer dizer, com o conceito de portfólio, podendo pegar com acionistas de peso, acionistas financeiros de peso, poder pegar uma quantidade de sondas e mitigar os riscos, coisa que alguém, uma empresa qualquer, pegando uma quantidade menor de sonda, era mais difícil, como se caracterizou mais difícil. Foram convidadas 26 empresas, e não conseguiram se viabilizar na apresentação das propostas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E a Sete Brasil, que era uma empresa que até então não existia, poderia dar essa garantia da execução do serviço, essa tranquilidade à PETROBRAS? A Sete Brasil não tinha portfólio, a Sete Brasil não existia.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - A Sete Brasil tinha as sete sondas do primeiro sistema, que foi uma concorrência feita dentro da PETROBRAS, um processo feito dentro da PETROBRAS, com a PNBV, que é uma empresa estrangeira da PETROBRAS, que, eu já falei aqui, eu não conheço exatamente o histórico e como isso aconteceu. A partir daí, a Sete caminhou por pernas próprias.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A Sete Brasil foi criada oficialmente quando? Teve vida quando? Em que ano?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Olha, se eu não estou enganado, a Sete Brasil foi aprovada em dezembro de 2010.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E ela começou a construção das primeiras sondas quando?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu teria que consultar isso aqui.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - As sete sondas que o senhor citou.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Os contratos com essas sete sondas... *(Pausa.)* Foi em junho de 2011.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Realmente, a Sete Brasil foi fundada em dezembro de 2010 e, 6 meses depois, era responsável pela construção de sete sondas em uma grande operação. Realmente, ela não foi criada com essa finalidade, não. Seis meses depois, a empresa já estava apta, pronta, com grande portfólio de experiência, que dava garantia necessária para que a PETROBRAS pudesse fazer uma transação com volumes tão altos para a construção de sete sondas e de outras que completam esse rico contrato da Sete Brasil com a PETROBRAS 6 meses depois.

Eu nunca vi uma empresa ser construída hoje e, 6 meses depois, estar apta a realizar operações tão vultosas, como a Sete Brasil. A Sete Brasil realmente é uma empresa de orgulho para todos, uma empresa realmente genial, porque, em 6 meses, já estava apta a construir sondas do porte daquelas que foram construídas. Realmente, não foi nada direcionado à construção da Sete Brasil.

Qual é o volume estimado de despesa com as obras e serviços para a construção dessas sondas?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - O previsto total era 26,4 bilhões de dólares, se não estou enganado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Certo.

E para a operação de cada sonda após sua entrega e locação para a PETROBRAS?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, o custo operacional, que a gente chama de OPEX, que é o custo para operar a sonda, está em torno de 190 mil por dia. É o valor estimado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim, esse é o valor estimado para a operação. Quanto do valor estimado por dia que a PETROBRAS irá pagar por cada sonda alugada?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - A valores de hoje, corrigidos, está próximo de 460 mil dólares por dia.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, qual é o custo? São 190 mil dólares a operação por dia...

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Esse custo é o operacional. Depois, tem o custo do capital, o custo do financiamento. Então, o custo final...



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não, mas o custo do capital... Se tomou financiamento para construir, isso não é problema nosso. Não é problema do povo brasileiro. Quando um cidadão toma um empréstimo, ninguém está preocupado com o custo dos juros do empréstimo que ele pegou para construir uma empresa ou o que quer que seja. Não é problema nosso.

Custo operacional: 190 mil dólares. Custo da locação que a PETROBRAS irá pagar por dia: 460 mil dólares. É essa a resposta. Então, 460 mil dólares menos 190 mil dólares de custo significam um lucro diário líquido de 270 mil dólares. Se vai pagar financiamento, não importa. Quando um cidadão brasileiro toma um empréstimo para construir uma empresa, ninguém está preocupado se ele vai pagar os juros desse empréstimo. Por que o capital do povo brasileiro tem que estar inserido nesse processo de cálculo do lucro real líquido da Sete Brasil?

O que estamos perguntando aqui é: a operação custa 190 mil dólares por dia, e o que vai ser pago pela PETROBRAS são 460 mil dólares por dia, o que justifica a finalidade de criação da Sete Brasil, no meu ver. Qual é a racionalidade de a PETROBRAS ter admitido, em uma licitação envolvendo um projeto de R\$ 40 bilhões, uma empresa recém-criada, como a Sete Brasil, sem experiência? Diferentemente do que V.Sa. falou do portfólio que a Sete Brasil tinha, ela não tinha experiência nenhuma.

A Sete Brasil foi criada em dezembro de 2010 e, já em junho de 2011, já era responsável por um contrato com a PETROBRAS, uma empresa com técnicos tão capacitados, que eu tenho certeza de que não entregariam um projeto de 40 bilhões de reais a uma empresa recém-criada, como a Sete Brasil, sem experiência nenhuma, diferentemente do que V.Sa. disse aqui acerca do seu portfólio, para construção e operação de navios-sondas.

Qual é a racionalidade de a PETROBRAS ter admitido, em uma licitação envolvendo um projeto de R\$ 40 bilhões, uma empresa recém-criada, sem experiência na construção de navios-sonda? Por quê? Qual a racionalidade disso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Quem ia operar essas sondas era a própria PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A PETROBRAS ia operá-las?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Sim.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E o custo de operação que o senhor disse que era 190 mil reais por dia? De quem era esse custo de operação?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Esse custo de operação é da SPE.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O que é SPE?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sociedade de Propósito Específico.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Certo, eu só quero que ele diga: por que pagar os 460 mil reais à Sete Brasil? Então, a Sete Brasil, na verdade, tinha um lucro real diário de 460 mil reais. É isso que eu quero mostrar, porque esse custo de operação de 190 mil reais não é da Sete Brasil, é da PETROBRAS, que iria operar.

Então, o lucro real líquido diário em cada sonda era de 460 mil dólares, porque a operação e o custo dela seriam da PETROBRAS, e não da Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Dólares.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Dólares, desculpe-me.

É um negócio extremamente rentável para uma empresa concebida em dezembro de 2010, para começar a trabalhar em junho de 2011, por meio de um contrato de 40 bilhões de reais com a PETROBRAS, que obviamente não faria se não fosse uma coisa direcionada, não celebraria um contrato como esse com qualquer outra empresa que tivesse apenas 6 meses de fundação, sem nenhuma experiência na construção e operação de navios-sonda. É só para comprovar aquilo que nós já temos certeza.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E só tinha 9% de participação.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Aí já é uma outra questão. A PETROBRAS com 9,6% de participação, sendo 4,36% no FIP Sondas e 5% na PETROBRAS, teve direito de indicar seus principais diretores. Eu não consigo entender essa engenharia extraordinária e fenomenal da PETROBRAS e da Sete Brasil.

V.Sa. poderia nos dizer por que a PETROBRAS não contratou diretamente os estaleiros para a construção das sondas, navios e semissubmersíveis, financiando-se com recursos do BNDES, BNDESPAR, do Fundo Nacional da Marinha Mercante, do FI-FGTS, por exemplo, sem ter que contratar uma empresa intermediária, ainda mais sem experiência nenhuma no ramo, diferentemente do que V.Sa. disse que



tinha um portfólio, mas não existe portfólio numa empresa constituída há 6 meses para operar um projeto de 40 bilhões... Então, V.Sa. poderia nos explicar por que a PETROBRAS não contratou diretamente esses estaleiros?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência, eu não sei. Talvez a PETROBRAS possa explicar isso aí melhor. Isso deve envolver vários aspectos que eu não conheço.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece o Consórcio Integra, formado pela OSX e Mendes Júnior?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, senhor. Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Vou fazer de novo a pergunta: V.Sa. conhece o Consórcio Integra, formado pela OSX e Mendes Júnior? Não conhece?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, senhor. Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E a empresa multinacional francesa Veolia?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Também não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não.

O senhor pode nos dizer sobre a participação do Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Presidente da Sete Brasil, que dirigiu a OSX, e do Sr. Eduardo Musa, ex-Diretor da Sete Brasil, em negociação junto à PETROBRAS, que resultou na contratação do Consórcio Integra?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, senhor. Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Veja, V.Sa. é Diretor de Operações da Sete Brasil e não tem conhecimento de negociação entre a Sete Brasil e esse Consórcio Integra para a construção de duas plataformas de exploração? Na Sete Brasil.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, V.Sa. não tem conhecimento de que a Sete Brasil celebrou dois contratos com esse consórcio através da empresa Veolia para a construção dessas plataformas?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A Sete Brasil não tem em construção duas plataformas com esse consórcio, com essa empresa Veolia?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não tem?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Em relação às empresas sócias com participação minoritária na Sociedade de Propósito Específico, a saber, Atlas, que seria ligada à OAS e à Tesco, Queiroz Galvão Óleo e Gás, Galvão Perfurações, Seadrill, da Noruega, e Odebrecht Óleo e Gás, qual é o seu papel operacional na construção das sondas? Ou são apenas investidores? Qual é a sua relação com os estaleiros?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, eles têm duas participações: uma como sócios na SPE, quer dizer, eles são donos de parte da sonda, e pagam por ela, na medida de sua participação, e são também os operadores, os operadores que têm cadastro na PETROBRAS, que têm experiência para operar as plataformas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. poderia nos explicar as razões de tais manobras operacionais dessas empresas sócias, que eu citei aqui, com participação minoritária?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Desculpe-me, eu não sei se entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. saberia nos explicar as razões das manobras operacionais dessas empresas com participação minoritária? Isso tudo foi feito apenas e tão somente para facilitar o desvio de recursos dos fundos de pensão, dos bancos de fomento e de fundos públicos ou gerenciados por bancos do Governo, como FI-FGTS e Fundo da Marinha Mercante? Isso foi feito para camuflar a sanha por apropriação de capitais?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Desconheço.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual o valor de recursos investidos na Sete Brasil pelo BNDES?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Nenhum.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quais os fundos de pensão que fizeram investimentos na Sete Brasil e o montante, individualmente?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, todos os sócios são: a BTG Pactual, com 26%; a PETROS, 16,8%; a FUNCEF, 16,8%; a PETROBRAS, direto ou indireto, 9,4%; FI-FGTS, 7,7%; Santander, 6,1%; UEG, 6%; a Luce Drilling, 3,4%; BRADESCO, 3%; VALIA, 2,4%; PREVI, 2,2%.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E FUNCEF, PREVI, FI-FGTS, por exemplo, em montantes, o senhor sabe informar o valores investidos?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, mas é proporcional a esse percentual que eu passei. Teria que fazer o cálculo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Dos 26,4% do investimento previsto da Sete Brasil, é isso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, do valor que foi... Aqui só tenho o FI-FGTS, com 877 milhões. Os demais somam 3,6 bilhões.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - FUNCEF, PREVI e o restante, 3,6 bilhões.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, não, desculpe-me. Os demais acionistas, 3,6. Eu não tenho separado por...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Certo. Com quem V.Sa. tratava ou mantém contato na PETROBRAS?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Perdão, poderia repetir?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Com quem V.Sa. tratava ou mantém contato, atualmente, na PETROBRAS?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - O meu contato na PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - De quando V.Sa. assumiu a diretoria da Sete Brasil, de lá para cá.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Os meus contatos, na PETROBRAS, mais próximos são o Sr. Fernando Teles, Marcos Assayag, que é o responsável pela área, o Sr. Alexandre, eventualmente, alguns outros.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E quando o senhor assumiu lá atrás, eram esses mesmos?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eram os mesmos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E na FUNCEF?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Na FUNCEF, somente o contato durante as reuniões de conselho, e eu aqui de cabeça não me recordo o nome. É o conselheiro da FUNCEF que está na reunião de conselho.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor não se lembra do nome de nenhum conselheiro da PREVI?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Da FUNCEF — eu recebi ajuda aqui — é a Lucimara.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Da PREVI?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Miranda.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - VALIA?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Desculpe, Miranda é da VALIA. Da PREVI, não sei.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Da PREVI, o senhor não sabe?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, não recordo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Lucimara, da FUNCEF; Miranda, da VALIA. BTG Pactual?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - BTG, Mazola e Lucas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mazzola...

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - E Lucas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim. Santander?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei também. Santander trocou recentemente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Bradesco?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Buzzo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu quero dizer que V.Sa. está até contribuindo. Nós já enviamos vários ofícios, o Deputado Luiz Sérgio, Relator, para todos, pedindo o nome dos seus representantes lá no conselho da Sete Brasil, nenhum nos informou até hoje. Foram os primeiros requerimentos que eu aprovei aqui hoje, inclusive o Deputado Júlio os citou, e até hoje, Deputado Izalci, ninguém informou. Agora o senhor está contribuindo, já que eles estão escondendo tanto.

Que valor a Luce investiu na Sete Brasil?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Aí teria que fazer a conta de... 8,1 bilhões na proporção de 3,4%.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Três vírgula quatro é o percentual da Luce? É isso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, desculpe. Dos 3,6 bilhões que foram aportados pelo... 3,6 bilhões aportados pelos sócios da Sete, a Luce tem 3,4%.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Com quem V.Sa. tratava ou trata na Luce?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Com o Conselheiro Lauro de Luca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E na EIG?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - EIG, eu não recordo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. poderia contribuir com esta CPI nos enviando, na próxima semana, os nomes completos desses conselheiros, representantes de cada um desses sócios que eu acabei de citar: FUNCEF, PREVI, VALIA, BTG Pactual, Santander, BRADESCO, Luce e EIG?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Nós vamos mandar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, ao término aqui, eu vou passar a relação, para que o senhor possa encaminhar à CPI para contribuir.

Tem sido afirmado aqui que a política de conteúdo nacional para exploração do pré-sal teria justificado a criação da Sete Brasil. No entanto, ela é uma empresa de participações, podemos dizer, uma empresa de investimentos que terceiriza a construção de sondas. Isso não poderia ser feito por qualquer outra empresa, ainda que de capital estrangeiro?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei dizer, Excelência. Não conheço bem essa matéria.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa., enquanto diretor da Sete Brasil, com a larga experiência que tem, não sabe responder isso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Segundo informa o *site* da Sete Brasil na Internet, a primeira das diretrizes estratégicas da empresa é a mitigação de



riscos, principalmente por meio de diversificação do extenso portfólio de ativos, operadores e estaleiros. Afirma-se ali que — abre aspas — *“o modelo de negócios adotado está sempre associado a parcerias estratégicas com empresas especializadas e experientes na operação de ativos, cuja propriedade é compartilhada entre a Sete Brasil e cada um dos seus parceiros; que é uma companhia criada para unir esforços com grandes operadores, aumentando a capacidade de levantar recursos, capital próprio e financeiro e adquirir as garantias necessárias. E, ainda, que as 29 sondas do portfólio da Sete Brasil apresentam dois importantes diferenciais: gera escalada para atrair o interesse dos estaleiros internacionais para o Brasil e fornecem a melhor alternativa para mitigar os riscos envolvidos através da diluição entre os diferentes elementos”*.

Dito isso — que está no *site* da Sete Brasil —, por que os agentes financeiros deixaram de aportar recursos na Sete Brasil, já que esse era um dos principais objetivos quando da sua criação? Pelo menos está no *site* da Sete Brasil. Por que esses agentes financeiros deixaram de aportar recursos na Sete Brasil?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, os recursos estavam sendo aportados a nível de empréstimos-ponte, que também são analisadas todas as condições de financiabilidade do projeto; e o empréstimo de longo prazo com o BNDES e mais outros bancos estava previsto para acontecer até o final do ano passado. Quando estávamos muito próximos da assinatura desses contratos de financiamento, começaram a acontecer as notícias do envolvimento do Barusco, Lava-Jato, e novas exigências passaram a ser feitas por esses bancos, e nisso foram iniciadas algumas auditorias. E quando novamente estávamos chegando próximos de termos as condições atendidas para obtenção do financiamento, houve a divulgação da delação premiada que envolvia a Sete Brasil diretamente, e aí os credores se retraíram, e o financiamento não foi possível.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Diante da grave crise atual da empresa, com severos atrasos na construção das sondas e com estaleiros paralisados ou que já rescindiram os contratos de fornecimento, V.Sa. diria que a sua estratégia, estratégia que eu falo da Sete Brasil, que está no *sítio* da Sete Brasil, de mitigação de riscos foi adequada? Por que a empresa Sete Brasil está nessa situação?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, a Sete Brasil está nessa situação devido, eu acho, principalmente, à ocorrência da Lava-Jato, que retraiu o mercado financeiro e aumentou o número de exigências. Hoje, está em curso um plano de reestruturação. Esse plano de reestruturação está sendo feito pelos bancos credores, os acionistas, com a participação de todos. Ele é possível, é possível se chegar a uma solução, justamente por essa questão do portfólio. É uma questão de mitigação de riscos. Mesmo que em algum local se perca alguma coisa, é possível se compensar em outra. Isso que seria muito difícil ser feito com uma empresa com poucas unidades apenas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quais as perspectivas que V.Sa. tem em relação ao atendimento dos contratos firmados com a PETROBRAS para a disponibilização das sondas com vistas à exploração do pré-sal?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, têm dois estaleiros que eles não pararam, as sondas continuam sendo fabricadas: o estaleiro Jurong e a Brasfels. Eles... As sondas foram mostradas aqui na semana passada, elas estão bem avançadas. Esperamos que elas sejam entregues até o final ou início do ano que vem, se retomarmos os pagamentos, mas até o momento as obras continuam. Os estaleiros que estão parados, a ideia, com esse plano de reestruturação, é retomar o mais rápido possível, resgatar os empregos, os eventualmente perdidos aí com a paralização, e o processo de trazer os fornecedores e implementar a nacionalização cada vez maior de itens, porque cada sonda pede um requisito maior de conteúdo local do que a anterior.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. pertence ou pertenceu a algum partido político ou entidade ligada a partido político?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. pode me dizer quem indicou o seu nome para ocupar o cargo atual?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Foi o ex-Diretor José Formigli, da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Somente ele?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, eu não sei, lá dentro da PETROBRAS, como foi o processo, mas ele que me comunicou o convite. E eu respondi a ele.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. não sabe dizer se houve envolvimento de mais algum outro Diretor da PETROBRAS na indicação?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei dizer, não, senhor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Certo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Foi numa assembleia — para poder ajudar, nobre Relator... Foi numa assembleia que aconteceu isso? Foi numa assembleia que aconteceu essa escolha do senhor?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Pelo que eu conheço da PETROBRAS... Eu saí da PETROBRAS já tem 18 anos, mas na época em que eu estava lá, geralmente, quando algum Diretor tem algum tipo de indicação, como essa, ela é submetida à Diretoria, e é aprovado ou não. Então, deve ter sido aprovado pela diretoria da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. acha normal a PETROBRAS, que detém apenas 9,36%, sendo 4,36% no FIP Sondas e 5% diretamente da PETROBRAS, com apenas 9,36% ter o direito de indicar os dois principais executivos do grupo?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Olha, quanto a... Isso foi uma coisa estabelecida lá atrás. Eu não sei... Quando todos entraram no negócio, eles já sabiam dessa condição. A parte do... Eu posso responder pela parte da operação que eu acho que faz sentido, porque do grupo de acionistas e cotistas é... Quem conhece da atividade e quem poderia ajudar é a PETROBRAS. Por outro lado, do grupo de acionistas, quem poderia ajudar na parte financeira são os acionistas, são os cotistas do FIP Sondas, que são todos da área financeira. Então, cada parte indica o seu representante, o Diretor de Operações pelo lado da PETROBRAS e o Diretor Financeiro por parte dos demais acionistas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas a PETROBRAS, que não é a majoritária, muito pelo contrário, há outros à frente da PETROBRAS, indicar o Presidente e o Diretor de Operações, os dois principais executivos do grupo? V.Sa. não acha isso estranho?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, eu acho que...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - É normal?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não. Não sei se é normal, porque não é uma estrutura que aconteça todos os dias, mas...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Se V.Sa. tivesse uma empresa, que tivesse 26% dessa empresa, V.Sa. aceitaria que quem tivesse 9% indicasse o Presidente dela?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei responder, senhor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não sabe responder?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, porque eu acho que depende das condições em que aquilo foi formado, como é que aquilo... Se é uma coisa de alta *expertise* e essa *expertise* é do meu sócio, mesmo ele sendo minoritário, eu gostaria que a indicação, desde que contasse com a minha aprovação, a minha escolha entre uma lista maior, em cima de um currículo, de um histórico, eu, eu... Seria possível aceitar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quais as condições, competências ou circunstâncias que V.Sa. entende que concorreram para sua nomeação?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, conforme eu comentei aqui, o que me foi dito foi que a PETROBRAS gostaria que fosse repetido na Sete o mesmo processo que foi feito na Schahin, em que conseguimos, com sucesso, botar sondas recém-construídas em operação, já com elevado índice de *performance*.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A Schahin hoje é uma empresa rentável?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei dizer, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A Schahin hoje tem... No ramo de atividade, ela hoje é uma empresa conceituada, que está em pleno exercício, está em plena expansão?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Acredito que não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Acredita que não.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Ela... Mas durante muitos anos, ela foi uma referência operacional dentro da PETROBRAS.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. assumiu a diretoria da Schahin. Quando V.Sa. saiu, a situação da Schahin era confortável?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não. A Schahin já enfrentava problemas financeiros.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Está certo.

V.Sa., Diretor de Operações, o Presidente também vindo da mesma empresa Schahin... Num termo bem popular, V.Sa. pode não querer dizer, mas a Schahin quebrou, faliu. A competência de V.Sa. e a do Presidente que, quando esteve no Grupo X, a ação do Grupo X valia 17... Quando entrou no Grupo X, para ser um dos diretores, valia 17 reais e, quando ele saiu, valia 0,7 centavos, e que passou pela Schahin, que faliu e quebrou tanto quanto o senhor na gestão de V. Sas. É o currículo de competência e a circunstância necessária para realmente a PETROBRAS indicar V.Sa. e ele para serem os dois principais executivos do grupo Sete Brasil. Mas me responda qual o seu salário mensal e, com os bônus e gratificações, qual sua retribuição anual em média.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, meu salário é 80 mil reais. Os bônus dependem das metas alcançadas. Esse ano que passou, por exemplo, foi em torno de 300 mil o bônus anual.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Entre bônus anual e salário, é uma média anual..?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Uns 100 mil.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA – Cento e dez mil. E qual o montante de seu patrimônio pessoal? Possui bens, inclusive participações acionárias ou cotas de empresas ou aplicações financeiras em nome de terceiros ou no exterior? Quais e a quanto montam individualmente?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, eu não tenho nada no exterior. O meu patrimônio somado ao da minha esposa — nós temos declaração conjunta — é na ordem de 9 a 9,5 milhões.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E tem participações acionárias ou cotas de empresas?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu tenho uma empresa que está no momento, não sei o termo jurídico, congelada, que foi a empresa que eu utilizei quando estava trabalhando para a Schahin.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Para vir a ocupar esse cargo lhe foram exigidas contrapartidas?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. sabe as razões da saída do Sr. Pedro Barusco da Sete Brasil, em 2013?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - A informação que eu tenho é que ele estava doente. Há um termo de renúncia em que ele informa isso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E do Sr. João Carlos Ferraz?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, o João Carlos Ferraz terminou o mandato, e ele foi substituído. É o que eu entendo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E do Sr. Eduardo Musa?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Idem. Também terminou o mandato em maio, e eu entrei em junho.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece o Sr. Pedro Barusco, João Carlos Ferraz e Eduardo Musa?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - O João Ferraz eu o conheci uma semana antes de entrar na Schahin, numa reunião que o Carneiro promoveu para uma espécie de passagem de serviço. Foi a primeira vez que eu me encontrei com ele, na Sete, desculpe, antes de entrar na Sete. E o Sr. Musa eu o conheci na época de engenheiro, iniciando na PETROBRAS, no início da década de 80, assim como o Sr. Barusco.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E tinha relações próximas com Barusco, com João Carlos Ferraz e com Musa?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, nunca tive.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Por que motivo a PETROBRAS não quis que, com a saída do Sr. Pedro Barusco, a diretoria para a qual V.Sa. foi escolhido continuasse a ser ocupada pelo Sr. Eduardo Musa?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei responder, Excelência.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Será que o Sr. Eduardo Musa estava atrapalhando algo?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei responder, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A nomeação de V.Sa. juntamente com o Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro foi feita para dar continuidade ao esquema que inicialmente foi montado na Sete Brasil pelo Sr. João Carlos Ferraz e Pedro Barusco?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. considera normal que a PETROBRAS participe do capital da Sete Brasil e simultaneamente promova licitação em que a Sete Brasil é concorrente?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Olha, novamente eu vou recorrer a situações, a informações que eu obtive conversando com alguns acionistas ou conselheiros. Foi uma exigência dos cotistas do FIP Sondas que a PETROBRAS permanecesse, ficasse no projeto, porque ela seria a detentora do conhecimento do negócio e eles eram investidores. E em caso de qualquer conflito com os operadores, a PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu não estou perguntando isso. Eu estou perguntando se V.Sa. considera normal que a PETROBRAS, que participa do capital da Sete Brasil, simultaneamente promova licitação em que a Sete Brasil é concorrente. V.Sa. não acha que isso viciou o processo competitivo, não?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, acho que não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Normal?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu acho que sim, que é normal.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Acha normal que um acionista participe... Um acionista da empresa, que é a PETROBRAS, promove uma licitação e a Sete Brasil concorre e isso não viciou o processo?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, porque do jeito que o processo é feito, os envelopes, as propostas são abertas simultaneamente. Existe todo um cerimonial para isso. Então, não tem como haver algum tipo de favorecimento, pelo menos do jeito que eu, eu... Das poucas vezes que eu vi processo dessa natureza, eu não sei como isso poderia beneficiar de alguma forma.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Se um Prefeito, Deputado Izalci, de um Município abrir um processo licitatório na sua Prefeitura e uma empresa da qual ele faz parte concorrer e ganhar ele vai preso, mas na PETROBRAS tudo isso é normal. É extremamente normal e lícito. Não é ilícito, é lícito, pelo que respondeu o Sr. Renato Sanches.

Quais foram as empresas que ganharam as licitações da PETROBRAS para a construção de sondas e plataformas para a exploração do pré-sal?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Pela Sete Brasil?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Foram o Estaleiro Rio Grande, o Estaleiro Jurong, o Estaleiro Brasfels, o Estaleiro Enseada e o Estaleiro Atlântico Sul.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A contratação da Sete Brasil pela PETROBRAS ocorreu por meio de contrato de concorrência pública ou por carta-convite?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - É uma concorrência através de carta-convite.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Convida as empresas que a PETROBRAS entende que devem participar?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Foram convidadas, se eu não estou enganado, 26 empresas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor acha que em um processo de carta-convite, em que você convida quem você quer, houve efetiva competição?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei dizer, Excelência. Eu não estava lá para verificar, mas eu acho que, com 26 potenciais concorrentes, e com empresas muito grandes no meio desses 26, tenho que acreditar que sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor não acha que foi contemplada nenhuma outra empresa, tipo construção de cinco sondas, como se fosse um cala-boca para que a Sete Brasil ganhasse todas as outras?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei dizer, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quais as empresas de *drilling* ou operadoras sócias da Sete Brasil na Sociedade de Propósito Específico?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Nós temos a ETESCO, a OAS, a Queiroz Galvão Óleo e Gás, a PETROSERV, a Odebrecht Óleo e Gás, a Seadrill, a Galvão Odfjell, além da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, responda-me, qual a experiência anterior dessas empresas, a exemplo da OAS, Queiroz Galvão, Odebrecht, na construção de navios-sonda? Qual a experiência delas?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, a OAS e, no caso a OAS que é sócia com a ETESCO, e a Galvão, que é sócia com a Odfjell, quem tem a experiência é o operador, que no caso é a Odfjell e no caso a ETESCO. Essas empresas, assim como a Odebrecht, Queiroz Galvão, Seadrill, PETROSERV, daquelas 12 sondas iniciais, eles acompanharam a construção dessas plataformas no exterior, a Seadrill e Odfjell muitas outras dentro da frota deles.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quais os representantes dos estaleiros e dos operadores, as empresas *drilling*, que mantiveram ou mantém relacionamento com V.Sa.?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, dos estaleiros, como eu falei, não é da minha diretoria, eu não tenho contato, relacionamento profissional com eles, nem social. Eu nem conheço direito. Com os operadores, basicamente, são equipes compostas de pessoal financeiro, jurídico, técnico, comercial, durante as reuniões em que são discutidos os contratos, a redação das cláusulas contratuais, etc.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece e tem ou teve algum relacionamento com a empresa SBM Offshore?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu conheço a empresa. Ela tem operação lá em Macaé de afretamento de FPSO. Mas nunca tive nenhum relacionamento com essa empresa nem conheço ninguém dela.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Que relação essa empresa tem com a Sete Brasil e a PETROBRAS?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Com a Sete Brasil, nenhuma. Com a PETROBRAS, teve de afretamento de FPSO?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece o Sr. Julio Faerman?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não conhece. V.Sa. fez parte do corpo executivo da PETROBRAS, passando por vários cargos importantes na empresa. Não é isso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece o Sr. Renato Duque?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Conheço o Renato Duque. Na época, o EP era dividido em Departamento de Perfuração, Departamento de Produção, Departamento de Exploração. O Renato Duque era do Departamento de Perfuração. Se eu não me engano, ele ficava em Macaé. Eu estava no Rio de Janeiro. Eventualmente, havia algum tipo de reunião em que ele estava presente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Conhece o Sr. João Vaccari Neto?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O Alberto Youssef?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quem dava suporte político ou comandava o Pinóquio Vaccari, o Vaccari, para que ele chegasse e simplesmente arrecadasse 200 milhões de dólares junto a Diretores da PETROBRAS?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não tenho ideia, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Existia alguma transação nesse esquema dele junto à Sete Brasil?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece o Ricardo Pessoa, da UTC?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu o conheço só através da mídia, somente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nenhum contato pessoal? Nunca tratou de nenhum assunto com ele?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. atuou na Schahin Engenharia. A Schahin está citada por Pedro Barusco como uma das empresas integrantes do esquema de corrupção. Relativamente é um empreendimento de reforma e ampliação do Centro de Pesquisas da PETROBRAS do Rio de Janeiro, complexo de



laboratórios na Ilha do Fundão. Como ex-Diretor, diga-nos como funcionava o esquema de corrupção entre a Schahin e a PETROBRAS através do Sr. Pedro Barusco.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu não conheço nenhum esquema de corrupção na Schahin. A Schahin Engenharia era em São Paulo. Eu trabalhava em Macaé e o meu contato era no Rio de Janeiro com o CEO da empresa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O Sr. Pedro Barusco informou que o senhor, mesmo tendo o Musa um intervalo aí entre a saída do Barusco e a sua chegada ao cargo de Diretor de Operações da Sete Brasil, e o Pedro Barusco informou que o valor de propinas na Sete Brasil é da ordem de 10 milhões de reais. V.Sa. acha esse valor subestimado?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei dizer, Excelência. Segundo consta, isso foi por fora. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E para quem foram destinados os valores pagos, se é como V.Sa. disse, por fora como propina?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sei dizer, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nem a finalidade?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Também não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O que levou a Sete Brasil a contribuir com campanhas eleitorais? Contribuiu?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Que eu saiba, não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nunca contribuiu com campanha eleitoral?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu não posso dizer para trás da minha entrada lá, mas, depois que nós entramos lá, com certeza, não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. sabe me dizer quais foram os ativos da PETROBRAS que foram alienados na África?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu tenho uma ideia, pelo que eu li na mídia. Mas eu não conheço, não tenho detalhe nenhum sobre isso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nem sabe quem os adquiriu? Por qual valor? Qual era o valor de sua avaliação e quem os avaliou?



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu sei que quem adquiriu, não sei se sozinho, mas teve parte na aquisição, foi o BTG.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Há notícias de que, na próxima semana, autoridades e investidores asiáticos, em especial o Primeiro-Ministro da China, virão ao Brasil interessados em aportar capital à Sete Brasil. O senhor confirma essa informação?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu ouvi dizer essa informação pela mídia, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. é Diretor, Diretor Presidente, depois, o senhor é Diretor de Operações e V.Sa. não sabe dizer? Diz que ouviu pela mídia? A mídia é mais informada do que tão competente que o senhor é como Diretor da Sete Brasil. Se autoridades asiáticas, a exemplo do Primeiro-Ministro da China, virem ao Brasil, e o Japan Bank também, para aporte de investimento, de capital, na Sete Brasil, e V.Sa. diz que ouviu falar na mídia?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não houve essa discussão de Diretoria para poder discutir essa possibilidade? Isso não cai do céu. Uma coisa dessas, se vier a ocorrer, foi discutida, foi debatida, foi montado um planejamento estratégico. E V.Sa. não sabe informar?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, o que eu sei é que tem um plano de reestruturação em curso, e esse plano de reestruturação conta com diversas alternativas, eu não sei todas elas. Ela está sendo trocada por participantes dos credores, basicamente pela área financeira da Sete Brasil, também com participação da engenharia no que diz respeito à interface aí com os estaleiros e com os acionistas. Então, entre essas alternativas, várias coisas são discutidas. Agora, se isso vai acontecer, se eles virão a investir, isso eu não sei dizer.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Além dos já mencionados, quais são os investidores e bancos com interesse em conceder empréstimos ou aportar capital na Sete Brasil?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Desculpe, eu não sei se compreendi a pergunta.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Além do que eu já mencionei aqui, do Japan Bank, enfim, com a vinda do Primeiro-Ministro da China interessado em aportar capital na Sete Brasil, quais são os investidores e bancos outros que têm interesse em conceder empréstimos ou aportar capital na Sete Brasil?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu desconheço algum outro investidor interessado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. não tem conhecimento?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não tenho conhecimento.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Nem que... na possibilidade desses investidores de aportar capital na Sete Brasil, eles estão exigindo garantias do Governo brasileiro para aportar esses recursos na Sete Brasil?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não sei dessa informação, Excelência.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não sabe.

Sr. Presidente, só para eu poder encerrar, vou aqui refazer, mais uma vez, duas perguntas que eu fiz aqui, para que V.Sa. responda de novo, pedindo a V.Sa. que preste bem atenção à sua resposta, preste bem atenção à sua resposta. Eu perguntei se V.Sa. conhece o consórcio Integra, formado pela OSX e Mendes Júnior.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não conheço, Excelência.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não conhece. E a empresa multinacional francesa Veolia?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Também não conheço, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. nunca teve contato nem com o consórcio nem com a empresa francesa Veolia?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Nem da celebração de dois contratos da empresa Veolia com a Sete Brasil para a construção de duas grandes plataformas?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu desconheço essa informação, Excelência.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito, aguardando o que foi solicitado ao depoente, o Sr. Renato Sanches Rodrigues, que se comprometeu de para cá nos enviar os nomes completos dos representantes da FUNCEF, da PREVI, da VALIA, do BTG Pactual, do Santander, do Bradesco, Luce, EIG, que fazem parte do Conselho Administrativo da Sete Brasil, comprometimento do Sr. Renato de aqui encaminhar esses nomes para a sub-relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo Sub-Relator, o Deputado Bruno Covas. V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Renato, boa tarde! Só para retomar. V.Sa. atuou na Schahin Engenharia em qual período?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - De janeiro de 1997 a fevereiro de 2014.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. poderia nos informar se a Transportadora Gasene contratou a Schahin Engenharia para prestação de serviços ou fornecimento de materiais, seja diretamente, seja por meio de consórcios formados, com a participação da Schahin?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu desconheço, e seria muito difícil ter algum tipo de informação dessas, porque a Schahin Engenharia era em São Paulo, e não tínhamos nenhum tipo de ligação ou informação sobre o negócio que eles faziam.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. teve alguma participação no projeto Gasene ou alguma relação com a Transportadora Gasene?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. tem algum conhecimento de como é que se davam as tratativas para prestação de serviços com a Transportadora Gasene?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Pedro Barusco afirmou a esta CPI que a Schahin se beneficiou com o esquema de corrupção montada na PETROBRAS e que houve propina pela contratação na construção de gasoduto em



Caraguatatuba, especificamente uma tubulação vertical. V.Sa. participou ou teve algum conhecimento desse fato?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A imprensa noticiou que a Justiça Federal de São Paulo, em sede de ação popular, concedeu liminar que suspende a aquisição de navios-sondas da Sete Brasil Participações pela PETROBRAS. Quais as consequências dessa decisão para a Sete Brasil?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - A gente... a Diretoria da Sete Brasil está trabalhando na remoção dessas liminares, dando as explicações que foram solicitadas, para darmos prosseguimento ao plano de reestruturação e recuperação da empresa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E a Sete Brasil já apresentou defesa?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - O advogado está me informando aqui que sequer fomos citados ainda.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ah, não foi citado ainda em relação à ação?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas, também teve notícia pela imprensa em relação a isso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Exatamente, Excelência.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. sucedeu o Sr. Pedro Barusco na Diretoria de Operações da Sete Brasil. O mesmo relatou em delação premiada que, sobre o valor de cada contrato firmado entre a Sete Brasil e os estaleiros, deveria ser distribuído o percentual de 1%, depois reduzido para 0,9%, que a divisão dava-se da seguinte forma: dois terços para João Vaccari e um terço para a Casa 1 e Casa 2; que a Casa 1 referia-se a pagamento de propina no âmbito da PETROBRAS, especificamente para o Diretor Renato Duque e Roberto Gonçalves; e que a Casa 2 referia-se ao pagamento no âmbito da Sete Brasil. Diante disso, indago a V.Sa.: houve alguma modificação nessa estrutura financeira?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Nós não temos essa estrutura financeira.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe dizer quem são as pessoas que receberam ou que atualmente recebem esses valores?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Da atual Diretoria, que eu tenha conhecimento, ninguém recebe valor, não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passemos aos membros inscritos.

Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Valtenir Pereira. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Izalci, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. adicione aquele 1 minuto que ficou e mais 3 minutos da Liderança. Então, são...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, meia hora. *(Riso.)* Eu pedi 1 minuto e o tempo da Liderança, para falar um pouquinho ainda sobre o que decidimos na questão dos requerimentos. E aí eu peço ao Relator, que esteve conosco lá em Curitiba... É porque eu vi os requerimentos aqui do nosso colega Altineu, e ele coloca que o Rinaldo, que era apenas um gerente operacional... No depoimento da Nelma e da Iara, foi colocado o Eiras, que era o Gerente-Geral do Banco do Brasil que estava envolvido nessas questões.

Mas, por que eu estou falando isso aqui? Primeiro, para chamá-lo. Mas, para quem não foi a Curitiba, com o que é que nós nos deparamos e de que forma era feita essa operação aí da importação/exportação? O Sr. Leonardo Meirelles, que virá aqui novamente, daqui a pouco, fez 3.900 operações de exportação/importação fictícias. A Nelma, doleira, que também fazia operações de câmbio fictícias, fez em torno de 900. Por isso que ela estava achando incoerente ela ter sido condenada entre 18 e 30 anos e os outros praticamente pagaram fiança e não foram condenados. Mas qual é o esquema que aconteceu com essa importação/exportação que foi feita para desviar recurso e para encaminhar recurso para o exterior? É que, em 2006, Deputado André Moura, foi encaminhada para esta



Casa a Medida Provisória nº 315, que foi transformada em lei. Essa medida provisória e outras que se sucederam foram para flexibilizar a questão de importação/exportação. Então, vê-se que, como eu disse aqui uma vez, este Governo, em especial o Partido dos Trabalhadores, conseguiu fazer do Governo um sepulcro caiado. Aparentemente é tudo maravilhoso, é tudo certinho. A Sete Brasil é maravilhosa; os programas são maravilhosos. Mas, por dentro, na raiz, quando você entra para conhecer, está podre. Então, o que é que aconteceu com relação à questão da PETROBRAS?

Já foi feito aqui, os Deputados que me antecederam do Partido dos Trabalhadores tentam: *“Ah, vamos jogar para trás, porque atrás tinha corrupção também, desde Itamar Franco”*. Conversa fiada! De Itamar Franco para cá, como foi dito lá em Curitiba, o que foi dito é que os Diretores foram nomeados politicamente. Mas essa sistemática de transformar em quadrilha, com o envolvimento dos Diretores da PETROBRAS, foi a partir de 2003! E, como disse o ex-Deputado Pedro, que foi Vice-Presidente do PP e Líder, é que foi realmente o Luiz Inácio Lula da Silva que realmente nomeou o Paulinho. O Paulinho é aquele que foi no casamento inclusive da Presidenta Dilma e que deu um presente. Esse Paulinho é que foi nomeado. Foi colocado na cota do PP. E foi dito claramente, não foi só contado não. Foi reunida a bancada: *“Bancada, ó, está na nossa cota o Paulo Roberto Costa”*. Por isso que ele, Janene, que era o Líder, nomeou Youssef para ser o operador de tudo isso. Então, nós vamos depois conversar com a esposa dele para ela exatamente rememorar tudo isso.

Mas acho que a gente precisa imediatamente — por isso estou fazendo questão — de chamar o gerente-geral do Banco do Brasil, o Eiras, porque essa operação não se faz apenas com o Banco do Brasil, ou apenas com o diretor da PETROBRAS. Tem que haver um esquema. Primeiro, a legislação aprovada aqui nesta Casa, encaminhada pelo Executivo, que flexibilizou. Portanto, não há controle. O que já se descobriu foi isso: não há controle do COAFI, não há controle do Banco do Brasil, muito menos do Banco Central, porque basta o gerente-geral justificar a transação: *“Ah, não! Justifica e está tudo o.k.”*. Então 3.900 operações foram feitas por Leonardo. Bilhões e bilhões que foram levados para o exterior nessas contas já indicadas por Pedro Barusco.



Portanto, nós estamos buscando a origem da questão. Nós temos que reformar imediatamente a legislação. A Nelma, que está lá presa, contou mais ou menos como era feita essa operação. Então, há o envolvimento do Banco do Brasil, há o envolvimento das operadoras de câmbio, há o envolvimento do Banco Central. Então, nós precisamos chamar imediatamente, acho que aí, sim, é prioridade. Há vários depoimentos que a gente chama aqui, que por isso que eu digo que não tem nenhum depoimento nosso aqui aprovado, por quê? Porque se aprova um monte de pessoas que às vezes não têm muito a contribuir e deixa de se convocar quem é fundamental para a operação, que é o caso de alguns que têm que ser chamados imediatamente aqui.

Temos que estancar essa questão da corrupção para o exterior. E, para isso, temos que mexer na legislação. Então tem que se chamar aqui Banco Central, tem que se chamar aqui o COAFI — como já foi aprovado hoje aqui exatamente para a gente começar isso — e tentar também aprovar e reformar essa legislação que está aí.

Mas quero entrar agora nos 3 minutos, Sr. Presidente, já para indagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Preste atenção quem está marcando o tempo. São 3 minutos para o Deputado Izalci questionar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero primeiro citar um fato que eu quero ver se V.Exa. lembra. O publicitário Marcos Valério — já fiz um requerimento para chama-lo aqui —, condenado no mensalão, prestou depoimento no Ministério Público Federal em 2012. E ele disse que José Carlos Bumlai, amigo do ex-Presidente Lula, havia contraído um empréstimo de 12 milhões no extinto Banco Schahin, e havia repassado metade desse valor — um pouquinho menos da metade — ao empresário Ronan Maria Pinto, de Santo André, que estaria extorquindo Lula, José Dirceu e Gilberto Carvalho, ameaçando envolvê-los no caso de morte de Celso Daniel. Como uma recompensa a esse empréstimo, que o Banco Central considerou inclusive irregular concedido ao Bumlai, o Grupo Schahin teria sido agraciado com um contrato de 1,2 bilhões junto à Diretoria de Exploração e Produção da PETROBRAS.

Por ocasião do depoimento de Marcos Valério, depois que o mensalão veio à tona, ele soube que o Banco tinha uma construtora chamada Schahin, comprou



sondas de petróleo que foram alugadas para a PETROBRAS, por intermédio de seu Diretor Guilherme, como uma forma de viabilizar o pagamento da dívida. No relatório emitido pelo Banco Central do Brasil, não há registro de que Bumlai tenha quitado essa dívida, porque o banco faliu, passaram para o BMG, que foi um dos contribuintes da campanha.

V.Sa., como ex-Diretor da Schahin Petróleo e Gás, tem conhecimento dessa operação? O que tem a dizer a respeito disso? Ouviu falar sobre esse empréstimo? Da contratação dessas sondas de 1,2 bilhões?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, eu...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Anota, por favor, senão vai acabar o meu tempo e eu não consigo terminar. Só tenho mais duas perguntas. Anota só essa questão da Schahin.

Como foi dito aqui pelo Deputado André Moura, não é muito estranha essa participação realmente, essa criação da Sete Brasil, já quase que dirigida para ganhar a licitação? Por que a PETROBRAS, como ele mesmo perguntou, não contratou direto o estaleiro, tendo em vista que teria o BNDES, teria mais facilidade inclusive de financiamento do que a Sete Brasil, que estava nascendo agora? Por que ela não fez direto isso? E está escrito aqui, não sei se V.Sa. pode confirmar, que a Sete Brasil antecipou 1 bilhão e 400 milhões em parcelas referentes a 13 sondas, que já foram canceladas; porque inicialmente estavam previstas 29 sondas, e restaram apenas 16. Já foi antecipado 1 bilhão e 400 para essas sondas que não serão mais realizadas. V.Sa. tem conhecimento?

Para finalizar, eu perguntaria a V.Sa. se conhecia o Pedro Barusco. Qual foi a relação que V.Sa. teve com ele? E V.Sa. conheceu também Renato Duque, ex-Diretor da PETROBRAS? Teve alguma relação, algum contato ou algum conhecimento com relação a Renato Duque e Pedro Barusco? Essas são as três indagações que faço a V.Sa., para obedecer o tempo do meu Presidente.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, com relação ao Banco Schahin, eu não tenho nenhum contato nem nunca tive nenhum contato com o Banco Schahin. O Banco Schahin era administrado por São Paulo, e eu ficava em Macaé cuidando de sondas. Não tinha nenhuma relação com o banco. Por que a PETROBRAS não comprou direto...



O SR. DEPUTADO IZALCI - E antes disso? Aquele 1 bi e 200 de...? Foram duas sondas que eles compraram? Como é que foi isso? Tem conhecimento disso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - O conhecimento que eu tenho é que todas as sondas da Schahin foram frutos de licitação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não foi comentado nenhum benefício direto ou indireto? Que houve uma participação de alguém, que houve um benefício, uma contrapartida, exatamente como foi alegado na reportagem?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência. Que eu saiba não, excelência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k..

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Por que a PETROBRAS não contratou direto? Acho que essa pergunta já aconteceu aqui. Eu não sei. Teria que perguntar à PETROBRAS. Eu posso até imaginar algumas coisas, como não querer correr os riscos do estaleiro, os riscos de financiamento. Não sei. Teria que realmente perguntar à PETROBRAS. A antecipação para pagamento de sondas canceladas: na realidade, não houve nenhum... Primeiro que não houve nenhuma sonda cancelada ainda. O plano de reestruturação está estudando alternativas e não chegou a nenhum número — que eu saiba — acertado já, concordado e pacificado entre as partes envolvidas. Quanto à antecipação de pagamento, também eu desconheço qualquer antecipação de pagamento, mas ressalto que não é minha área. Isso seria da área de engenharia. Os pagamentos que foram feitos seguem o que está preconizado nos contratos. Às vezes se pagam parcelas adiantadas porque o estaleiro tem que efetivar, tem que colocar as compras, e são compras pesadas. Uma sonda de perfuração, o grosso do custo dela são equipamentos de perfuração; e esses equipamentos de perfuração para se encomendar é preciso que se pague um sinal, um adiantamento. Então, mesmo que a sonda não tenha começado, as compras já podem ter sido realizadas. Então, pagamentos precisam ser feitos para que o estaleiro possa fazer esses adiantamentos. Não sei se é exatamente esse o caso, teria que conversar melhor. Quem poderia responder melhor seria a engenharia. Eu conheci o Sr. Barusco na época de recém... de engenheiro novo na PETROBRAS, em meados da década de 80. Depois nunca mais tivemos contato. Fui saber que ele era diretor da Sete Brasil já bem mais recentemente. O Sr. Renato



Duque: o Renato Duque era da perfuração, eu também era da perfuração na PETROBRAS. O Renato Duque, se não me engano, pelo menos quando eu conheci o Sr. Renato Duque, ele era de Macaé, trabalhava na operação em Macaé, e eu estava trabalhando no Rio de Janeiro. Então, nossos contatos foram muito esporádicos, em alguma reunião de discussão de algum tipo de dispositivo técnico, enfim, e soluções para algum problema que estivesse ocorrendo em alguma sonda, coisas dessa natureza. Porque o setor em que eu trabalhava era um setor de operações marítimas que participava das atividades de operação marítima em toda a costa brasileira. Então, de vez em quando, havia contato com as regiões.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não teve nenhuma influência do Renato Duque na sua nomeação, na sua indicação?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não. Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, eu gostaria de chamar aqui alguns Parlamentares que me parece estarem...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só um detalhezinho que eu esqueci, é porque quando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deixe-me só concluir. Eu darei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Há muitos inscritos aqui. Gostaria logo de fazer a chamada, porque a gente tem respeito com quem está aguardando desde cedo. Estamos aqui em uma reunião que já dura quase 7 horas.

Então, vamos lá: Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Antonio Imbassahy. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Carlos Andrade. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Celso Pansera. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Afonso Florence. *(Pausa.)* Ausente.



Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Julio Lopes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)* Ausente.

Então, nós temos aqui inscritos a Deputada Eliziane Gama, o Deputado Edio Lopes e o Deputado Delegado Waldir.

Deputado Izalci, V.Exa. tem 1 minuto para concluir, para que a gente possa dar a palavra aos demais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É só porque, quando o Líder que me antecedeu falou da PETROBRAS, ele se esqueceu de dizer o seguinte: a PETROBRAS já foi a 12ª, depois caiu para o 25º lugar. E eu tive que olhar no dicionário como se pronunciava o que ela foi agora: 416º — quadrigentésimo décimo sexto — lugar no *ranking* das empresas de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares... Sr. Renato Sanches Rodrigues, só para confirmar: até 1997 o senhor era funcionário da PETROBRAS; em 2012 foi para a Schahin; em 2012 passou a ser consultor, até 2014; e hoje está na Diretoria Operacional da Sete Brasil. É isso? Confirma esses dados?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Só uma pequena correção: eu saí da PETROBRAS no final de 1996. Entrei na Schahin e fiquei na operação, na frente da operação, até dezembro de 2011. Depois...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Renato, certo, tudo bem, é porque o nosso tempo é extremamente pouco, escasso. Por que a sua saída da PETROBRAS? Na verdade, as pessoas acabam sonhando muito em ter uma carreira dentro da PETROBRAS. Quem chega, quer chegar a ser presidente. De repente, o senhor estava na PETROBRAS e saiu. Por que essa saída para ir para a Schahin?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Quando eu estive em Angola e passei um período lá em Angola, eu fiquei à frente de operações de sonda. Quando eu voltei ao Brasil, essa possibilidade não existia aqui. A PETROBRAS quase não opera sondas de perfuração. Então, eu queria voltar a operar sondas. Eu gostei



dessa atividade, é uma atividade com que eu me identifiquei muito. Aprendi muito e queria colocar em prática esse conhecimento. Saindo... Como teve o plano de demissão voluntária, que é um estímulo à saída, eu aproveitei para sair e entrar em uma empresa para fazer esse tipo de trabalho.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Esse seu convite teve alguma coisa relacionada com a quantidade de informações que o senhor tinha da PETROBRAS como funcionário, como integrante dos quadros da PETROBRAS?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu acredito que não, porque, como eu fiquei quase 5 anos fora do País, eu estava muito desatualizado. Foi a razão até por que eu voltei a embarcar. Eu nem voltei para o quadro normal de técnicos da PETROBRAS.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E de repente o senhor sai da Schahin e vai ser um consultor autônomo, não é isso? Por que mais uma vez essa mudança? Naquele momento, o mercado petrolífero não proporcionava boas oportunidades? Eu vou fazer várias perguntas, porque eu só tenho 50 segundos agora. Qual efetivamente essa saída, da mudança depois, dessas várias mudanças, indo agora para ser consultor autônomo até o período de 2014?

Ao mesmo tempo também, outra pergunta, quando o senhor passou a integrar os quadros da Sete Brasil, o senhor também continuou como consultor autônomo? Mais uma pergunta: para quais empresas o senhor prestou consultoria nesse período? E também: o senhor prestou consultoria para a OGX? Essa é a terceira pergunta.

Mais uma pergunta: como é que o senhor conheceu o atual Presidente da Sete, Luiz Eduardo Guimarães Carneiro? Fazendo o levantamento, a gente vê que o senhor tem uma história muito parecida com a dele ou muito próxima a ele. Como é que se deu esse conhecimento entre vocês? Vocês estiveram na PETROBRAS, estiveram na Schahin, hoje estão na Sete Brasil, ele como Presidente e o senhor como Diretor de Operações. É uma coincidência, na verdade, continuada, concomitante aí também com a caminhada do atual Presidente da Sete Brasil. O senhor pode responder?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, quando eu tive um problema de saúde, eu saí da linha de frente das operações das sondas na Schahin.



Na ocasião, os donos da empresa falaram: *“Não. Vamos trabalhar, aqui, você pode ajudar muito a gente, acompanhe aqui conosco as operações”*. Mas queria me preservar de ficar na linha mais de frente, por causa do estresse, e porque eu ainda estava me recuperando do problema que eu tive. Depois que eu estava recuperado, eu queria voltar para a operação e eu não estava encontrando mais esse espaço na Schahin. Então eu saí da Schahin e comecei a procurar esse tipo de espaço em outras empresas. Cheguei a ter convites de, pelo menos, convites formalizados, de duas empresas, quando chegou o convite da Sete Brasil, para vir para a Sete Brasil. Então, foi isso que aconteceu, por isso eu saí da Schahin. Eu sou, na Sete Brasil...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ainda sobre a Schahin: por exemplo, a Schahin é uma das empresas que são acusadas de ter feito pagamento de propinas. O senhor tem informações sobre isso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, porque, como eu já disse aqui, a parte de engenharia, que é onde acontece esse tipo de denúncia, é controlada, e os executivos estavam em São Paulo. Nós não tínhamos contato com esse pessoal, nem do Banco, nem da Schahin Engenharia. Meu contato era com a Schahin Petróleo e Gás, era com a área de óleo e gás da Schahin.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas o senhor nunca ouviu falar que havia uma prática, por exemplo, em relação a essa questão do pagamento de propina? Todas as pessoas que nós já ouvimos aqui sempre colocam isso, que havia uma prática meio que promíscua, não de agora, mas já de muito tempo de empresa, em relação à PETROBRAS. O senhor nunca ouviu comentários nesse sentido?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tudo bem, Renato.

Ele ainda vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, claro!

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, eu, na Sete, entrei como Diretor Estatutário, eu não sou consultor, não sou autônomo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, eu só perguntei se o senhor chegou a fazer algum tipo de consultoria.



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, não fiz consultoria para ninguém.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E para a OGX o senhor já fez?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, nunca fiz consultoria para a OGX.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O seu conhecimento com o atual Presidente da Sete como se deu?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu conheci o... Bom, quando eu entrei na PETROBRAS... Eu tinha tido um contato com o Carneiro no segundo grau, um contato muito rápido, porque ele foi para uma outra turma, não tínhamos afinidades, porque eu gostava de jogar futebol, ele gostava de vôlei, alguma coisa assim, eram grupos diferentes, mas chegamos a estudar um período juntos, pouco tempo. Depois, quando eu entrei na PETROBRAS — ele já tinha entrado na PETROBRAS, eu soube disso depois —, tivemos alguns contatos profissionais, porque ele era do Departamento de Produção, eu era de Perfuração, então, não havia muita relação. Na Schahin... Quando ele entrou na Schahin, foi justamente no período em que eu saí, eu fui para a Coreia, morei um ano na Coreia, e foi o ano que ele passou na Schahin. Então, também, novamente, tivemos poucos contatos. E o contato maior está sendo aqui na Sete Brasil.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tanto a Schahin, nós tivemos a quebra do Banco Schahin, do Grupo X, que foi um grupo também que ele integrou, acabou quebrando, e hoje a Sete Brasil está na situação em que está. O senhor, na verdade, acompanhou esses momentos, estava, naturalmente, nesses momentos, muito embora, como o senhor coloca, não tenha uma relação muito próxima, mas o senhor viveu esses momentos, momentos na Schahin, momento inicial na PETROBRAS, agora o momento na Sete Brasil, meio que numa continuidade, em ação paralela. Essas quebras que vieram se seguindo, esses prejuízos econômicos que vieram se seguindo, como é que o senhor vê tudo isso? Como é que o senhor recebeu tudo isso, o senhor recebe tudo isso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, da questão da OGX eu não tenho conhecimento, o que eu sei é o que eu li aí na imprensa, e me pareceu que foi uma coisa antiga, que arrebentou na frente. Na Schahin, eu fui saber... Eu saí da



operação em dezembro de 2011. A Schahin estava operando bem. A Schahin, eu não sabia de problemas financeiros mais sérios, mas ela havia sofrido um baque muito grande, porque a construção das sondas na China atrasou muito. Você vê que foram sondas que começaram em 2006, e as sondas que começaram em 2008 chegaram juntas. Então, esse atraso causou um impacto muito grande em multas com a PETROBRAS, em juros com bancos, etc. Eu soube que isso prejudicou bastante a parte financeira da Schahin. Operacionalmente, a Schahin estava indo bem lá na operação das sondas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor prestou consultoria para alguma das 11 empresas que são citadas no “grupo do bilhão” — OAS, UTC, Odebrecht? Para alguma dessas empresas o senhor chegou a prestar consultoria?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, eu não prestei consultoria para nenhuma empresa fora da Schahin.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor só prestou consultoria para a Schahin?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Exato.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, em face da intervenção minuciosa feita pelo Sub-Relator André Moura, nós retiramos a nossa inscrição, haja vista que o Sub-Relator fez um interrogatório digno de registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. O último inscrito, para fechar com chave de ouro os nossos trabalhos, é o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Os últimos algum dia serão os primeiros. (*Riso.*) Não desta vez. Sr. Renato Sanches, eu tenho 3 minutos. Eu acho que o Presidente vai ser tolerante com uma meia hora, mas, se não for, o senhor, por favor — vou matar os jornalistas do coração lá, que também querem ir embora, e a assessoria —, se o senhor puder fazer as anotações das perguntas, eu vou tentar ser breve, rápido nas perguntas. Eu gostaria de saber se o senhor tem passaporte.



O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, não, o senhor pode responder ao final. O advogado vai anotar, e o senhor me responde ao final, porque o meu tempo é muito curto: 3 minutos. Para fazer interrogatório de outros criminosos lá na delegacia a gente tinha mais tempo, mas aqui não tem jeito. O senhor já esteve em Milão? Terceira pergunta: o senhor ou familiares tem conta no exterior? O senhor ou familiares tem conta no exterior? O ex-Presidente da Sete Brasil vai fazer uma delação premiada, segundo tem sido noticiado pela imprensa. O senhor ou o Sr. Luiz Eduardo, o atual Presidente, corre algum risco em relação a essa delação premiada do ex-Presidente? O senhor tem conhecimento de uma sociedade entre o Sr. Eduardo Musa e o atual Presidente da Sete Brasil? O senhor conhece... Entre os consórcios que o senhor mencionou, está incluída a Mendes Júnior? O senhor tem conhecimento? O senhor tem conhecimento de uma comissão de 15% oferecida pela empresa francesa Veolia para Duque, Zé Dirceu e, por consequência, ao atual Presidente da Sete Brasil? Causa-lhe surpresa o atual Presidente ter sido funcionário da empresa do Eike Batista, que teve financiamento obtido das mesmas empresas da Sete Brasil? Não é um pouco suspeita essa presença do atual Presidente num cargo que hoje parece suspeito? O senhor teria alguma coisa a mencionar a respeito? Obrigado. Seriam as minhas perguntas, tomaram 30 segundos. Se for necessário, se o Doutor não conseguiu anotar alguma, eu posso refazer. Obrigado.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Bom, eu tenho passaporte.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sim.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Nunca estive em Milão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu não tenho conta no exterior. Eu tenho um filho estudando nos Estados Unidos, na Universidade de Virgínia, e ele tem uma conta, onde eu envio dinheiro para pagar a faculdade.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Tenho algum risco em relação à delação premiada do Ferraz? Zero risco.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Sabe de sociedade Carneiro e Musa? Desconheço, Excelência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não conhece isso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, senhor, Excelência. Sabe de comissão de 15%...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É uma informação que eu recebi ainda hoje. Eu criei um disque-denúncia, e as pessoas mencionaram a existência. Por isso eu teria que fazer essa pergunta para o senhor, porque vai que o senhor conhece e o senhor pode colaborar com a gente, né? O.k. Pois não.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Comissão de 15% oferecida pela Veolia ao Duque e Carneiro. Eu, sequer, sei que empresa é essa Veolia.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não conhece a Veolia, uma empresa francesa?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E a Mendes Júnior? Sabe de alguma...

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Também não, Excelência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, não é?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Causa surpresa Carneiro ter sido da OGX, é isso?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É, ter sido... Ter trabalhado para o Eike e agora vir para a Sete Brasil.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu acho que não. Eu acho que o Carneiro é um profissional com uma experiência enorme. Eu admiro muito o Carneiro. Eu acho que é um profissional que, durante o meu convívio, nesse quase 1 ano que eu tenho convivido com ele, ele tem me surpreendido muito favoravelmente, sempre com posturas bastante corretas, bastante centradas. Não sei por que seria algum problema isso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O cargo do senhor... Porque o Paulo Roberto disse para nós aqui que, para ser diretor da Sete Brasil ou de qualquer órgão, é necessária uma indicação política. O senhor teve indicação



política, ou o senhor chegou por mérito mesmo a esse cargo que o senhor ocupa hoje? O Paulo Roberto é mentiroso?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Talvez ele estivesse se referindo à Diretoria da PETROBRAS. A surpresa que eu tive... Realmente foi uma surpresa ter sido convidado para vir para a Sete Brasil. Mas o convite foi feito pelo Diretor Formiga e não teve nenhum tipo de... Ele não botou condição nenhuma nem ofereceu nada. Simplesmente...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nem pediu nada?

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Nem pediu nada. A única coisa que ele pediu foi que eu fizesse lá o excelente trabalho, que ele qualificava assim, que foi feito na Schahin, na preparação das sondas.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Renato Sanches.

Obrigado, Presidente, pela tolerância. Obrigado, Srs. Deputados. Obrigado, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. V.Exa. pode repetir aqui o número do seu disque-denúncia, para que o Brasil esteja acompanhando.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O número...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Do seu disque-denúncia.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Do meu disque-denúncia? É o telefone do meu gabinete. *(Risos.)* Podem entrar no *e-mail* do meu gabinete, mas eu tenho aqui, sim, na carteira. Se o senhor me der um minutinho, eu até forneço.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Enquanto ele procura...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Por favor, denunciem questões da PETROBRAS. O disque-denúncia criado é o 3215-2645. É o mesmo Delegado Waldir, aquele do 45 do calibre, 00 da algema, o mais votado da história de Goiás. E lá a gente trabalhava muito com o disque-denúncia. Esse disque-denúncia já está trazendo informações importantes. Então, eu pediria ao Brasil: ajudem a derrubar esses bandidos que estão na PETROBRAS, na Caixa Econômica e em outros órgãos.

Obrigado, Sr. Presidente. Fui salvo aqui pela carteira e pela boa memória. *(Risos.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um jabá para V.Exa. poder apresentar o seu disque-denúncia.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Apenas uma observação, que eu considero muito importante, que o Sr. Renato Sanches fez aqui que pode ter passado despercebida: ele disse que uma das questões que contribuíram para a dificuldade da Schahin foi que as plataformas encomendadas em 2006 chegaram junto com as plataformas de 2008, plataformas encomendadas na China. Então, nada é pior e nada representa um prejuízo tão grande quanto se planejar botar um poço de petróleo de perfurar e, 2 anos depois, ainda não ter recebido os equipamentos. Então, contratar no exterior não significa eficiência de prazos, como muitos pensam aqui.

Quero apenas deixar registrada essa informação, a meu ver, muito importante.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Concorde, Sr. Presidente. Eu acho que a corrupção e a má administração é que foram os grandes males da PETROBRAS.

Obrigado. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, acho que vamos ocupar o tempo até que V.Exa. retorne ao seu posto para poder encerrar. V.Exa. teve muita tolerância conosco, foi atender à imprensa.

Parabéns! Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Volto a palavra para V.Sa., Sr. Renato, para que possa fazer as suas considerações finais.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Eu tenho que fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Caso queira.

O SR. RENATO SANCHES RODRIGUES - Obrigado a todos pela oportunidade. Eu não tenho considerações a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Não havendo mais Deputados inscritos, está encerrada a reunião.